DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.

Assinaturas por anno . . . . . 18\$000
 Ditadas por semestre . . . . . 10\$000
 Anuncios, por linha 60
 Comunicados e correspondencias, por linha 60
 Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40

A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administracão Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar á publicacão de anuncios será enviada á mesma Administracão Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 8 de agosto de 1909, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anuncio publicado no *Diario do Governo*

AVISO

São prevenidas as autoridades, repartições publicas ou quaesquer individuos que subscreveram para o «*Diario do Governo*» até 31 de dezembro corrente, de que devem renovar as assinaturas antes d'aquelle dia, a fim de não soffrerem interrupção na sua remessa.

Os preços são, por anno, a começar em janeiro ou julho, 18\$000 réis; e por semestre, idem, 10\$000 réis, acrescentando para o estrangeiro o porte do correio. Não se abre assinatura por trimestre.

As assinaturas recebem-se unicamente na Contadoria da Imprensa Nacional, em todos os dias uteis, desde as dez horas da manhã até as tres da tarde, podendo ser satisfeitas em dinheiro ou vales do correio passados a favor do thesoureiro da mesma Imprensa.

SUMMARIO

PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA:

Decreto com força de lei de 21 de dezembro, collocando no Tribunal da Relação de Nova Goa os quatro juizes do Tribunal da Relação de Lisboa que intervieram no julgamento dos recursos de agravo a que se referem os accordãos annexos ao mesmo decreto.

MINISTERIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral de Administracão Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Declaração de terem sido approvados pela Inspeccão Hygienica os fasciculos e pautas do methodo de escrita Carlos Silva, com excepção dos exemplares impressos a cor vermelha.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrucção Primaria, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Decreto com força de lei de 21 de dezembro, determinando que a aposentação do secretario da Delegação de Saude de Lisboa seja promovida com o vencimento que competir ao referido cargo.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Decreto com força de lei de 20 de dezembro, estabelecendo a aposentação, por limite de idade, para os magistrados judiciaes do continente, ilhas adjacentes e provincias ultramarinas.

Decreto com força de lei de 21 de dezembro, regulando a execucao do disposto no n.º 7.º do artigo 4.º do decreto com força de lei de 8 de novembro, sobre divorcio.

Despachos pela Direcção Geral de Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Despachos concedendo aposentações

Anuncio, pela Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes, para a venda de uma porção de papel inutilizado.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições Directas, sobre movimento de pessoal.

Nota dos candidatos admittidos ao concurso para sub-inspectores das alfandegas e aviso para as provas do referido concurso.

MINISTERIO DA GUERRA:

Habilitação para a sobrevivencia de uma pensão do antigo Montepio Militar.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Despacho nomeando uma commissão de inquerito ao Instituto de Soccorros a Naufragos

Rectificação ao despacho publicado no *Diario* de 19 do corrente e relativo á nomeação da commissão de inquerito á Administracão dos Servicos Fabris.

Decreto com força de lei de 20 de dezembro, mandando que fiquem com direito á compensação que se julgar equitativa conferir-lhes os officiaes da armada que tenham passado ou venham a passar ao quadro auxiliar, e os que tenham sido ou vierem a ser reformados depois de entrar em execucao o decreto que revogou a lei sobre equiparação para reforma.

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Decreto com força de lei de 21 de dezembro, revogando a disposicao do decreto de 21 de novembro de 1908, que reduziu a tres o numero de juizes do Tribunal da Relação de Nova Goa, e estabelecendo a legislação anterior, que fixava em cinco o numero dos referidos juizes

Aviso a dois candidatos a encadernadores da Imprensa Nacional da provincia de Angola para se apresentarem na Imprensa Nacional de Lisboa a fim de serem examinados.

Despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.

Anuncios, programmas e condições do concurso para aforamento de terrenos situados no districto da Luanda

Habilitações para levantamento de creditos.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Portaria de 15 de dezembro, approvando os planos de lavra de tres minas de wolfram situadas no concelho de Ribeira de Pena.

Editos para concessão dos diplomas ao descobridor de duas minas de wolfram e outros metaes situadas no concelho de Trancoso.

Estatutos da Associação de Soccorros Mutuos de Nossa Senhora do Portal, da villa de Alhandra, approvados por alvará de 27 de agosto de 1909.

Relação de pedidos de registro de patentes de invenção.

Despacho autorizando um fabricante de farinha a exercer temporariamente em outra fabrica a sua industria.

Decreto com força de lei de 17 de dezembro, autorizando a Camara Municipal de Grandola a applicar parte do seu fundo de viação ás expropriações necessarias para a construcção da linha ferrea do Sado, dentro do referido concelho.

Habilitações para levantamento de creditos.

TRIBUNAES:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão de ser julgados na sessão de 3 de janeiro de 1911.

Tribunal de Contas, accordãos julgando as contas de responsaveis; rectificação á lista dos processos julgados em 20 do corrente, publicada no *Diario* de 21.

Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, accordão n.º 314.

AVISOS E ANUNCIOS OFFICIAES:

Junta do Credito Publico, aviso acêrca do pagamento de juros aos sabbados.

Juizo de direito da comarca de Agueda, editos para citação de refractarios.

Juizo de direito da comarca de Thomar, editos para expropriações de terrenos.

Recebedoria do 2.º bairro de Lisboa, aviso para pagamento das contribuições predial, industrial e de juros de 1910.

Casa da Moeda e Papel Sellado, nota da folha das ferias extraordinarias do pessoal operario, na semana finda em 12 de novembro.

Caminhos de Ferro do Estado, anuncio de concurso para a exploracão dos bufetes dos vapores e da estação do Barelro.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barrias.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 524 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 19 de dezembro.

PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

No Tribunal da Relação de Lisboa foram proferidos, em 14 do corrente mês de dezembro, os dois accordãos que vão adiante transcritos como documentos, sob os n.ºs 1 e 2, e nos quaes os juizes Drs. Abel de Matos Abreu, collocado naquella tribunal desde 31 de agosto de 1907, Basilio Alberto Lencastre da Veiga, Antonio Augusto Barbosa Vianna e Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro, aggregados á mesma Relação, respectivamente, desde 15 de maio de 1907, 22 de fevereiro de 1908 e 20 de janeiro de 1910, se insurgem abertamente contra alguns principios essenciaes da Republica Portuguesa, taes como: a responsabilidade ministerial, a igualdade de todos os cidadãos perante a justiça, a incompatibilidade absoluta entre os crimes de desvios de dinheiros publicos e os abusos de origem ou caracter politico.

Logo que a revolução gloriosa de 5 de outubro estabeleceu a Republica em Portugal, o Governo Provisorio, tendo recebido directamente da Nação a soberania sem limitação alguma, cabendo-lhe por isso todos os poderes do Estado, em vez de os conservar em sua mão, como era seu direito, até que, libertado o eleitor de todas as coacções herdadas da monarchia, pudesse entregar aos representantes d'este, legitimamente escolhidos, a Nação portuguesa como a recebera da revolução, apressou-se a reconhecer ao antigo poder judiciario, não só a plenitude da função de julgar, como se vivessemos, desde logo, em perfeita normalidade juridica, mas uma somma de liberdades e garantias que elle nunca recebera do regime monarchico.

A dependencia em que o poder judicial estava do poder executivo-pela extensão crescente de poderes do juizo de instrucção criminal, acabou immediatamente. A liberdade individual foi confiada aos tribunaes pela suppressão, quasi absoluta, da detenção administrativa. Os juizes criminaes de Lisboa e Porto viram-se libertos da suspeita deprimente que resultava do anachronico systema dos emolumentos. E até os ordenados estabelecidos aos funcionarios-dos juizes criminaes e de investigacão das duas cidades deram immediata demonstração do interesse e da confiança que a justiça merece ás novas instituções é do desejo que estas tem de criar um poder judiciario verdadeiramente eminente e forte, material e moralmente independente, como convem a uma nação moderna, progressiva, civilizada.

Como corresponderam os juizes signatarios dos accordãos adiante transcritos a esta attitudo do Governo Provisorio?

Em vez de se limitarem a apreciar com plena independencia e como lhes parecesse mais justo, á face dos autos, um caso judiciario a que o proprio Governo se tem conservado completamente estranho, os quatro juizes metteram a politica dentro dos seus julgados e, acobertados pela intangibilidade que a Republica se deu pressa em assegurar á magistratura, pretenderam desferir contra ella

golpes audazes, que inutilizariam a justiça na sua propria essencia moral se pudessem ficar como regra ou mesmo somente como exemplo.

Tinha o partido republicano por todos os seus representantes, tinham os homens verdadeiramente liberaes, como Dias Ferreira, sustentado sempre a doutrina moralizadora da plena responsabilidade ministerial, visto que consideravam o Codigo Penal como a lei especificadora das infracções dos ministros previstas no artigo 103.º da carta constitucional, e considerando o regimento da Camara dos Pares, constituída em tribunal de justiça excepcional, como a lei especificadora da maneira de proceder contra os Ministros. E, não contente com essa doutrina liberal e moralizadora, a Republica apressara-se a declarar, no seu decreto de 10 de outubro ultimo, que ficavam revogadas todas as leis de excepção que submettiam quaesquer individuos a juizes criminaes exceptionaes, mandando submeter aos tribunaes ordinarios todos os accusados ainda não definitivamente julgados, por qualquer tribunal ou jurisdicção excepcional, annullando-se para tanto todos os actos de processo incompativeis com a jurisdicção commum.

Era claro e era logico. Para a Republica não havia mais irresponsabilidades, porque todos os cidadãos, ministros, juizes, bispos, funcionarios diversos, etc., deviam contas á justiça commum pelos seus crimes ou delictos. As disposições da carta, na parte em que era lei de excepção, isto é, na relativa ás jurisdicções exceptionaes para ministros e outros privilegiados, tinham caído perante a democracia, até independentemente do decreto de 10 de outubro, como perante o simples facto da proclamação da Republica caiu tudo quanto na carta representava organizacão do Estado, agora confiada pela Revolução exclusivamente ao Governo Provisorio e á livre vontade dos eleitores.

Pois os senhores juizes retomaram a these monarchica da irresponsabilidade dos ministros, e defenderam-na com as razões politicas de diversos estadistas dos partidos monarchicos, como se nada tivesse occorrido nestê pais, nem a abolição, em 5 de outubro, da monarchia com os seus privilegios e irresponsabilidades, nem a substituição de um systema de desigualdade perante a justiça por um claro e inequivoco regime de obediencia á lei e á moral.

Por pouco teriam os senhores juizes chegado até o extremo de considerar nullo e irritado o decreto, que aliás desactaram, de 10 de outubro, por terem sido acclamados pelo povo e não nomeados pelo rei, como queria a carta constitucional, para elles plenamente vigente!, os ministros do Governo Provisorio que o firmaram!

E se deixafam apenas subentendida essa extravagante conclusão das suas premissas politicas, não hesitaram em considerar de pé diversos preceitos da carta constitucional que são incompativeis com a Republica, taes como o da competencia exclusiva das camaras legislativas para a accusação e julgamento dos delictos dos ministros.

Bem diversamente procedeu o Tribunal de Verificação de Poderes, que, apesar do seu caracter especial, cessou espontaneamente as suas funcções logo que se proclamou a Republica, e muitos dias antes de ter apparecido acêrca d'elle qualquer providencia, aliás só determinada pela necessidade de ordenar um inquerito ao seu funcionamento. No seu accordão de 8 de outubro (documento ao deante, sob n.º 3), esse tribunal considerou finda a sua missão e prejudicadas as suas attribuições pelo mero facto de ter sido proclamada a Republica de Portugal, em 5 do mesmo mês, como constava do *Diario do Governo* n.º 1 do dia 6. E assinaram o accordão juizes dos tres mais altos tribunaes da Republica Portuguesa, Supremo Tribunal de Justiça, Relação do Porto e Relação de Lisboa. Que grandes reparos não causa, depois d'isto, a tentativa dos quatro juizes, nos seus accordãos de 14 de dezembro, quando tinham já perante elles, alem da proclamação, a constituição e o exercicio fecundo das novas instituções!

O Governo Provisorio não quis intrometer a politica na magistratura, e os senhores juizes responderam-lhe intrometendo a magistratura na politica!

Mas não ficaram por aqui. O seu proposito foi mais arrojado ainda do que se se tratasse de um mero protesto, mais ou menos platonico, de juizes monarchicos, impenitentes adoradores da carta, contra os principios essenciaes da nova Republica. Elles quiseram innocentar, libertar dos simples incommodos das accusações criminaes, todos os ministros do antigo regime!

E isto no momento em que a Republica offerecia ao pais o admiravel espectáculo da sua confiança completa nos trabalhos das commissões de syndicancia e na apreciação, que d'elles havia de fazer ulteriormente, o poder judiciario independente. Era, pois, a propria destruição da obra da justiça o que se propunham alcançar os magistrados referidos, ao desenterrarem e resuscitarem a ir-

responsabilidade ministerial, que a monarchia tinha inventado para sua defesa contra o pais, deturpando, sophistica, os textos da carta, fechando os olhos, espavorida, perante o Codigo Penal, e burlando a Nação com tentativas successivas de diplomas sobre responsabilidade ministerial, que só eram destinadas a criar a ideia de que tal responsabilidade ainda não era possível!

Eis ahí os principaes resultados dos accordãos de 14 do corrente, nos quaes os senhores juizes allegaram ainda que a camara dos deputados já tinha rejeitado definitivamente a querella contra os accusados, e que os crimes a estes attribuidos não tinham o menor valor, visto que eram de origem ou caracter politico!!

Nem ao menos a citação do caso succedido em 1892 com a proposta do Sr. Manuel de Arriaga, sobre a qual chegou a haver parecer, os advertiu de que a accusação, perante a camara dos deputados, dos aggravantes a que se referem os accordãos, não chegou a tomar as proporções de discussão, porque não foi admittida a ella, quanto mais as de rejeição, que pudesse equiparar-se ao não recebimento de querella. Essa proposta de 1908 não foi admittida á discussão; e por isso, nos termos do regimento da camara que então vigorava, era licito renová-la quando aprouvesse ao proponente, ou a qualquer outro individuo, sem limitação alguma (artigos 115.º, 116.º e 147.º).

Da origem ou caracter politico dos crimes attribuidos nos aggravantes nem sequer fallaremos, pela magna que nos causa ver magistrados judiciaes acceptando um criterio, de que a propria monarchia, pelos seus mais importantes agrupamentos, nunca ousou lançar mão. Quando os politicos dos grandes partidos monarchicos cognominavam o decreto dos adiantamentos, em que os accusados tentaram defraudar os cofres publicos em proveito do rei, como um crime imperdoavel, merecedor da maior execração, que deve dizer-se da facilidade com que os senhores juizes o cognominam e annunciam como mero acto politico! Triste politica, a d'estes senhores juizes.

Dissessem elles, embora, que o facto não estava provado ou não existia, ou que d'elle não eram autores os accusados, e então, na sua independencia de julgadores, elles tinham de ser acatados, por maior que fosse o seu erro, a sua illusão, a perturbação da sua consciencia juridica. Mas reconhecer que existiram factos qualificados pelo despacho de pronuncia como desvio de dinheiros publicos, e affirmar peremptoriamente que esses factos, quando fossem criminosos, «estariam amnistiados pelo artigo 2.º do decreto de 8 de maio de 1908, visto serem de origem ou caracter politico», — eis o que affronta a consciencia publica, os principios republicanos, a moral da Nação, eis o que alarma e irrita todos os portugueses que soffriram ou se bateram para resgatar Portugal, precisamente, d'esses crimes infamantes de desvios de dinheiros publicos em favor do rei e dos seus aulicos e cúmplices, e de todas as outras immoralidades e crimes que se desenvolveram e proliferaram nesse meio infinitamente depravado.

Nas circumstancias expostas, o Governo Provisorio da Republica acalenta a esperanza de que esta incomprehenhivel tentativa de ataque aos principios de moralidade, responsabilidade e igualdade que sustentam a Republica, nem terá efficacia, nem mais se repetirá. A apreciação judiciaria dos processos será tal qual a entenderem os juizes na sua illimitada independencia. Mas a responsabilidade de todos os culpados, a igualdade de todos os cidadãos perante a justiça, a separação entre o crime e a politica, não mais serão postas em duvida. E assim o poder judiciario collaborará na obra patriótica das novas instituições, contribuindo para moralizar o meio social, impedindo a renovação dos erros passados e dando a todos e a cada um a consciencia dos seus deveres e direitos.

Mais do que o proprio poder judiciario, precisa o Governo Provisorio que os juizes sejam independentes, respeitados, obedecidos em seu procedimento.

Por isso, o afastamento dos quatro juizes que firmaram os dois accordãos, não judiciaes mas politicos, que adiante se lêem, não tem outro intuito que não seja o de convidar cada qual a conter-se nos limites exactos das suas attribuições. Nem justiça republicana, nem justiça monarchica: só justiça sem politica, unica propria para apreciar os factos e applicar-lhes as leis. E se estas leis não agradarem aos juizes, não serão ellas que devem quebrar, visto que emanam do unico orgão legitimo da soberania nacional, o Governo Provisorio; antes são os juizes que devem subordinar-se-lhes e applicá-las taes quaes são, o de harmonia com os principios republicanos fundamentaes que são obrigados a reconhecer e a acatar, como legitima expressão da vontade do povo.

Pelo exposto, e tendo em vista o decreto d'esta data sobre a Relação de Nova Goa, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os juizes Abel de Matos Abreu, Basilio Alberto Lencastre da Veiga, Antonio Augusto Barbosa Vianna e Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro deixam de pertencer ao Tribunal da Relação de Lisboa e são collocados nas quatro vagas existentes no Tribunal da Relação de Nova Goa, conservando, porem, os vencimentos de categoria que estavam percebendo no Tribunal da Relação de Lisboa, na hypothese de serem superiores aos que lhes pertencem pelos seus novos cargos.

Art. 2.º Os juizes referidos no artigo anterior cessam o exercicio das suas actuaes funções na Relação de Lisboa desde o momento da publicação d'este decreto no *Diario do Governo*.

Art. 3.º O Tribunal de Contas tomará nota das disposições d'este decreto para os effectos da contabilidade.

Art. 4.º O presente decreto entra immediatamente em

vigor e será sujeito á apreciação da proxima Assembléa Constituinte.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 21 de dezembro de 1910. — Joaquim Theophilo Braga — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

DOCUMENTOS

N.º 1

Procuradoria da Republica. — Lisboa, 10 de dezembro de 1910 — N.º 3.951.

Francisco Ferreira Garcia Dinis, escrivão do Tribunal da Relação de Lisboa, etc.

Certifico que no cartorio a meu cargo existem uns autos crimes de agravo, vindos do Primeiro Juizo de Investigação Criminal de Lisboa, em que são partes aggravantes João Ferreira Franco Pinto Castello Branco e agravação o Delegado do Procurador da Republica, e, por me ser pedido verbalmente pelo Ex.º Procurador da Republica, passo a transcrever o accordão do teor seguinte:

Accordão fl. 90 v.

Accordam em conferencia na Relação: Em virtude de participação dada por Francisco Correia Heredia, Visconde da Ribeira Brava, e a requerimento do Ministerio Publico junto do Primeiro Juizo de Investigação Criminal, procedeu-se a corpo de delicto pelos crimes mencionados na proposta de accusação, apresentada na Camara dos Deputados na sessão de 28 de julho de 1908, pelo illustre Deputado o Sr. Dr. Affonso Costa, attribuidos ao agravante João Ferreira Franco Pinto Castello Branco e outros, como Ministros de Estado, e praticados desde 10 de maio de 1907 a 1 de fevereiro de 1908.

Nesta proposta eram o agravante e outros Ministros accusados de crimes de traição e rebellião, abuso de poder, falta de observancia das leis, ataque á liberdade e segurança dos cidadãos e dissipação dos bens publicos, previstos nos artigos 171.º, n.º 2.º e 4.º, 200.º, 291.º e seguintes, 301.º, n.º 3.º e 4.º, 313.º e 349.º e seguintes do Codigo Penal. Por estes crimes querelou o Ministerio Publico contra os arguidos.

O juiz recorrido pelo despacho transcrito a fl. 68 e seguintes pronunciou o agravante e mais arguidos, somente por terem promulgado e posto em execução desde 10 de maio de 1907 a 31 de janeiro de 1908, 70 decretos regulando materia da exclusiva competencia do poder legislativo, suspendendo a execução das leis e arrogando-se o poder de legislar, praticando assim crime punivel pelo artigo 301.º, n.º 1.º, do Codigo Penal e por terem promulgado o decreto de 30 de agosto de 1907, pelo qual o Rei D. Carlos dá por paga ao Estado uma parte do que este lhe havia adeantado com bens da Coroa, estabelecendo em seguida que ficassem a cargo do Estado despesas na importancia de 160:000\$000 réis annuaes, que por lei estavam a cargo do Monarcha, com o intuito fraudulento de aumentar a lista civil nesta quantia, sob o pretexto de liquidar contas com o Estado, o que, segundo o mesmo despacho, constitue crime punivel pelo artigo 451.º, n.º 3.º, com referencia ao artigo 421.º, n.º 4.º, do Codigo Penal, mas como simples tentativa, visto que não se mostra que D. Carlos chegasse a receber aquella quantia. E da parte d'este despacho, que pronunciou o agravante, que provém o presente agravo. Este recurso é competente e foi interposto pelo agravante no prazo legal.

Como questão previa e prejudicial, cumpre decidir em primeiro lugar se é, ou não, competente o juizo e o meio empregado conforme a doutrina já estabelecida no assento de 23 de março de 1786, e seguida nos accordãos do Supremo Tribunal de Justiça de 19 de maio de 1868, 24 de janeiro de 1841, 24 de fevereiro de 1874, 7 de abril de 1876, 9 de maio de 1879, 17 de junho de 1884 (na *Revista de Legislação*, 1.º anno, pag. 190, 5.º anno, pag. 223, 8.º anno, pag. 463, 12.º anno, pag. 462, 19.º anno, pag. 126, 27.º anno, pag. 332), e outros.

E assim, em presença do exposto, e:

Attendendo a que, tanto a participação e promoção de querela, como o despacho de pronuncia, fazem referencia unicamente a actos praticados pelo agravante como Ministro do Estado e no exercicio das suas funções;

Attendendo a que a Carta Constitucional no artigo 103.º indica os delictos por que são responsaveis os Ministros de Estado, e entre elles se comprehendem os que determinaram a pronuncia do agravante;

Attendendo a que no artigo 104.º da Carta Constitucional está estabelecido que uma lei particular especificará a natureza d'estes delictos e a maneira de proceder contra elles;

Attendendo a que essa lei particular ainda não foi promulgada, e portanto não está definida a natureza de taes delictos nem regulado o processo a seguir na accusação e julgamento dos Ministros de Estado por esses delictos;

Attendendo a que o grande numero de projectos de lei, apresentados no Parlamento por illustres estadistas de todos os partidos monarchicos para definir a responsabilidade criminal dos Ministros de Estado, podendo citar-se entre esses projectos os de Adriano Machado em feve-

reiro de 1880, e renovado em 12 de abril de 1890, 2.º de abril de 1892 e 2 de janeiro de 1893, o do Sr. Antonio de Azevedo em 16 de maio de 1893, renovado em 1896, 1902 e 1903, o do Sr. Veiga Beirão em 1897, o do Sr. Alpoim em 1 de maio de 1905, o do Sr. José Novaes em 6 de outubro de 1906, o do Sr. Francisco Medeiros em 11 de agosto de 1909, e o do Sr. Arthur Montenegro em 2 de abril do anno corrente, mostram claramente que essa lei especial não existe ainda, e é necessario que exista para que possam ser punidos os Ministros por crimes relativos ás suas funções; e alem d'isso,

Attendendo a que o artigo 37.º da Carta Constitucional expressamente preceitua que é da privativa attribuição da Camara dos Deputados decretar que tem logar a accusação dos Ministros de Estado:

Attendendo a que, usando d'esta attribuição, o illustre Deputado o Sr. Dr. Affonso Costa apresentou á Camara em sessão de 28 de julho de 1908 a proposta para a accusação do agravante e mais Ministros arguidos, que serviu de base ao processo criminal de que se trata, e ficando essa proposta para segunda leitura, foi rejeitada na sessão imediata, como tudo consta do *Diario das Sessões da Camara dos Deputados* de 28 e 29 de julho de 1908;

Attendendo a que, tambem em 1892 o Sr. Dr. Manuel de Arriaga apresentou á Camara dos Deputados uma proposta de accusação contra o Ministro Mariano de Carvalho, sobre a qual a comissão de infracções deu parecer e que foi rejeitada na sessão de 26 de março do mesmo anno, por todos os Deputados presentes, com excepção dos Srs. Drs. Manuel de Arriaga e Eduardo de Abreu;

Attendendo a que esse parecer que foi approvedo concluiu, affirmando que, não só se acha especificada por lei a natureza dos delictos de que se trata, mas não está designada por lei anterior a penalidade e que, ainda que o Codigo Penal fosse legislação subsidiaria, não se encontram nelle comprehendidos os delictos enumerados no artigo 103.º da Carta Constitucional;

Attendendo a que, em vista do exposto deve considerar-se prejudicada a accusação do agravante, visto já ter sido rejeitada pela unica entidade competente para a decretar, segundo o disposto no citado artigo 37.º da Carta Constitucional, e não poder receber-se segunda querella pelo mesmo crime (Reforma Judiciaria, artigo 883.º);

Attendendo a que esta disposição está em vigor não só porque a Camara dos Deputados não foi abolida, mas porque o decreto de 10 de outubro ultimo revogou apenas as leis de excepção, que submettem quaesquer individuos a juzos criminaes excepcionaes; e nem aquella Camara é juizo criminal, nem a Carta Constitucional é lei de excepção e nem está comprehendida entre os diplomas legislativos que o mesmo decreto expressamente revogou;

Attendendo a que o facto de ter sido abolida pelo decreto de 17 de outubro ultimo a Camara dos Pares, que, pelo artigo 41.º, § 1.º da Carta Constitucional, tinha competencia exclusiva para conhecer dos crimes commettidos pelos Ministros de Estado, não torna o poder judicial competente para conhecer d'esses crimes, porque é jurisprudencia assente que a competencia provem da lei (accordãos do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de agosto de 1869, 9 de maio de 1885, 30 de abril de 1892, do S. C. de J. M. de 24 de janeiro de 1895, e 19 de fevereiro de 1897 (na *Revista de Legislação*, 3.º anno, pag. 86; 27.º anno pag. 462; 33.º anno, pag. 94. *Revista dos Tribunaes*, 17.º anno, pag. 204; 16.º anno pag. 46.º) — Ferreira Borges, *Dicc. Jur. Com.*, — Nazareth Proc. Cri. § 59.º — Neves e Castro, *Manual do Processo Civil Ord.* e não ha diploma algum legislativo que expressamente lhe conceda tal attribuição;

Attendendo a que ainda, admittindo-se por hypothese que, na falta da Camara dos Pares, compete aos tribunaes communs conhecer dos crimes praticados pelos Ministros de Estado, esta attribuição não poderia exercer-se sem existir a lei especial a que se refere o citado artigo 104.º da Carta Constitucional, e sem que a Camara dos Deputados decretasse a accusação dos Ministros arguidos, como tem sido reconhecido nos projectos de lei de responsabilidade ministerial apresentados ao Parlamento;

Attendendo ainda a que a lei penal não tem effecto retroactivo, senão na parte que for favoravel aos criminosos, e ninguem pode ser sentenciado senão pela autoridade competente por virtude de lei anterior e na forma por ella prescrita (Carta Constitucional, artigo 145.º, § 2.º e 10.º; Codigo Penal, artigo 6.º);

Attendendo a que nos termos expostos é incompetente o poder judicial e o meio empregado para conhecer dos crimes attribuidos ao agravante pelo despacho recorrido;

Attendendo a que a incompetencia em processo criminal produz a nullidade insanavel do processo, como o artigo 13.º, n.º 1.º, da lei de 18 de julho de 1855 determina e tem sido decidido pelos accordãos do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de junho de 1869, 17 de junho de 1884, 14 de dezembro de 1883, e outros. (Na *Revista de Legislação*, 2.º anno, pag. 270; 27.º, pag. 331; 30.º, pag. 205. *Gazeta da Relação*, 18.º anno, pag. 530);

Attendendo a que, finalmente, quando o juizo fosse competente e os factos a que respeita o despacho aggravado fossem criminosos, estariam esses factos amnistiados pelo artigo 2.º do decreto de 8 de maio de 1908, visto serem de origem ou caracter politico, devendo nesse caso o respectivo processo ficar de nenhum effecto e terminado, segundo o disposto nos artigos 4.º do mesmo decreto e 125.º, n.º 3.º, do Codigo Penal;

Por estes fundamentos julgam incompetente o juizo recorrido e o meio empregado para conhecer dos factos a que respeita a pronuncia, e annullam todo o processo na parte relativa ao agravante, dando nestes termos provi-

mento ao recurso. Sem custas e julgam procedente a nota do revedor.

Lisboa, 14 de dezembro 1910.—*Abel Abreu—Barbosa Vianna—Pimenta de Castro.*

Nada mais se contém no accordão que, fielmente, fica transcrito.

Lisboa, 16 de dezembro de 1910.—Eu, Francisco Ferreira Garcia Dinis o subscrevo, rubriquei e assino.—*Francisco Ferreira Garcia Dinis.*

N.º 2

Procuradoria da Republica.—Lisboa, 10 de dezembro de 1910.—N.º 3937.

Antonio Emidio de Sá Nogueira, escrivão encartado em um dos officios do Tribunal da Relação de Lisboa:

Certifico que em meu poder e cartorio existem uns autos crimes de agravo vindos do Primeiro Juizo de Investigação Criminal d'esta cidade, em que são partes: agravante, José Malheiro Reymão; aggravado, o Ministerio Publico, e dos mesmos autos, a pedido do Ministerio Publico junto d'esta Relação, fiz extrahir por certidão o seguinte:

Accordão fl. 76 v.

Accordam em conferencia os da Relação:

José Malheiro Reymão agrava do despacho que o pronunciou como incurso no artigo 301.º e artigo 451.º, n.º 3.º, com referencia ao artigo 421.º, n.º 4.º e seu § 1.º, do Codigo Penal, por varias medidas governamentais firmadas com a sua assinatura e a dos mais collegas do Ministerio de 1907 a 1908. O recurso é o competente e em tempo foi interposto. O que visto:

Considerando que a primeira questão prejudicial a todas as outras é a da competencia do poder judicial para conhecer dos crimes dos Ministros;

Considerando que comquanto houvesse uma grande transformação politica no nosso país, é certo que não ha lei que revogasse os artigos 103.º e 104.º da Carta Constitucional que dizem quando os Ministros são responsaveis em tal qualidade criminalmente, devendo uma lei particular, que ainda não se promulgou, especificar a natureza dos delictos e a maneira de proceder contra elles;

Considerando que a attribuição para determinar a accusação contra os Ministros é da Camara dos Deputados pelo artigo 37.º da Carta e a do julgamento era pelo artigo 41.º, §§ 1.º e 2.º da mesma Carta, da Camara dos Pares, hoje extincta pelo decreto de 17 de outubro ultimo;

Considerando que sempre se tem entendido que não havendo a lei regulamentar a que se refere o artigo 104.º da Carta não se pode chamar á responsabilidade os Ministros pelos crimes commettidos nessa qualidade e que veem enumerados no artigo 103.º onde o Sr. ex-Ministro da Justiça Medeiros diz se encerra um codigo penal inteiro (pag. 9 das Reformas Judicarias);

Considerando que para obviar á falta de lei reguladora de responsabilidade ministerial, varios projectos sem seguimento foram apresentados no Parlamento;

Considerando que competendo pelo artigo 41.º, §§ 1.º e 2.º da Carta o julgamento dos Ministros á Camara dos Pares, a extincção d'esta não dá a outro tribunal competencia para o julgamento d'elles, visto o preceito do § 10.º do artigo 145.º da Carta que diz que ninguem será sentenciado senão pela autoridade competente por virtude de lei anterior e na forma por ella prescrita, sendo certo que a extincção dos tribunales de excepção decretada no decreto de 10 de outubro de 1910 não vae affectar os que são criados por uma lei organica, como é a Carta. (Bluntschli, *Droit Public*, pag. 206).

Considerando que embora se quisesse sustentar o contrario, é certo que, como se disse nos termos do artigo 37.º da Carta, a attribuição para determinar a accusação dos Ministros tem pertencido á Camara dos Deputados;

Considerando que na sessão de 29 de julho de 1908 da Camara dos Deputados foi rejeitada a admissão da accusação formulada contra o Ministerio, de que fazia parte o aggravante, por varios crimes, entre os quaes se incluíam os da pronuncia;

Considerando que nos termos do § 11.º do artigo 145.º da Carta, que garante a independencia do poder judicial, se estabelece expressamente que não se podem fazer re-viver os processos já findos, e que com tal preceito se conforma o artigo 883.º da Novissima Reforma Judiciaria;

Por estes fundamentos dão provimento ao recurso, annullando todo o processo, que mandam se archive sem custas;

Julgam procedente a nota do revedor, mandando que se restituia o que illegalmente se recebeu.

Lisboa, 14 de dezembro de 1910.—*B. Veiga—Abel de Abreu—Barbosa Vianna.*

Nada mais se continha no dito accordão, que neste transcrito fica e vae sem cousa alguma que duvida faça e, havendo, aos proprios autos me reporto.

Lisboa, 16 de dezembro de 1910.—Eu, Antonio Emygdio de Sá Nogueira, escrivão, a subscrevo e assino.—*Antonio Emygdio de Sá Nogueira.*

N.º 3

Supremo Tribunal de Justiça

José de Barros Mendes de Abreu, Bacharel formado em direito, Secretario-Director Geral da Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, etc.

Certifico, por ordem verbal do Ex.º Ministro da Justiça, que no livro «Notas para lembrança—Tribunal de

Verificação de Poderes—Resoluções diversas», a fl. 14, v., se acha o accordão do teor seguinte:

Accordam os juizes do Tribunal de Verificação de Poderes: Que em vista de ter sido proclamada a Republica em Portugal, em 5 do corrente mês. (*Diario do Governo* n.º 1 do dia 6), o Tribunal julga prejudicadas as suas attribuições e finda a sua missão.

Lisboa, 8 de outubro de 1910.—*V. Ervedal da Beira—P. Osorio Coelho da Rocha—E. Tovar—J. Sampaio—Castro—Mendonça.*

E para constar se passou a presente certidão, que vae conferida com outro empregado que commigo assina.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, 21 de dezembro de 1910.—*Albino de Figueiredo*, conferente—*José de Barros Mendes de Abreu.*

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

2.ª Repartição

Para os devidos effeitos se publica o seguinte despacho, visado pelo Tribunal de Contas em 9 do actual mês:

Dezembro 6

Vergilio da Mota Ambar, segundo sargento do regimento de infantaria n.º 26—nomeado provisoriamente, por um anno, nos termos do regulamento de 19 de outubro de 1900 e do artigo 194.º do Codigo Administrativo de 6 de maio de 1878, para o logar de amanuense do Governo Civil do districto de Ponta Delgada, o qual vagou pelo fallecimento de Filomeno Bicudo.

Secretaria do Ministerio do Interior, em 21 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *José Barbosa.*

Direcção Geral da Instrução Primaria

2.ª Repartição

Para os fins convenientes se publica o seguinte:

Foram approvados pela inspecção hygienica os fasciculos e pautas que constituem o methodo de escrita de Carlos Silva, de que é editor J. A. Garcia Mourão, mas não poderão ser postos no mercado os exemplares impressos a cor vermelha, que ha de ser substituida pela cor negra.

Direcção Geral da Instrução Primaria, em 21 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *João de Barros.*

3.ª Repartição

Por terem saído com inexactidão no *Diario do Governo* n.º 64 de 20 do corrente, novamente se publicam os seguintes despachos:

Por despacho de 19 do corrente:

Domingos José Rodrigues Soares, professor da escola para o sexo masculino na freguesia de Lago, concelho de Amares, circulo escolar de Braga—licença de sessenta dias, sem vencimento.

Joana das Mercês Pestana, professora da escola para o sexo feminino da freguesia da Amora, concelho do Seixal, circulo escolar de Setubal—idem de trinta dias, a contar de 20 de novembro ultimo, por motivo de doença.

Por despacho de 20:

Albertina Pinto Lopes, professora da escola do sexo masculino da freguesia de Bouça-Cova, circulo escolar de Pinhel—licença de noventa dias, sem vencimento.

Maria Augusta Vaz do Nascimento, professora da escola mista da freguesia de Castanheira, concelho e circulo escolar de Traçoso—idem de sessenta dias por motivo de doença.

Direcção Geral da Instrução Primaria, em 21 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *João de Barros.*

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de 19 do corrente:

Alfredo Franco de Albuquerque, secretario do Museu Nacional dos Coches—licença de noventa dias, sem vencimento, como requereu, para tratar da sua saúde.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, em 21 de dezembro de 1910.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Velloso.*

Direcção Geral de Saude e Beneficencia Publica

1.ª Repartição

Attendendo ao que me representou Carlos Augusto de Campos, antigo secretario da delegação de saude de Lisboa;

Visto o disposto no artigo 7.º da lei de 17 de julho de 1886, e como rectificação ao preceituado na ultima parte do § unico do artigo 3.º do decreto com força de lei de 24 de outubro ultimo:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa, em nome da Republica, faz saber que se decretou, para valer como lei, que a aposentação, nos termos legais, do sobre-dito funcionario, se promoverá com o vencimento que competir ao cargo que ultimamente desempenhava, de secretario da citada delegação de saude.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem

o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nelle se contém.

O Ministro do Interior o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 21 de dezembro de 1910.—O Ministro do Interior, interino, *Bernardino Machado.*

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Alem dos casos de aposentação ordinaria e extraordinaria, serão aposentados, por limite de idade, os magistrados judiciaes do continente da Republica, ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, que attingirem ou tiverem attingido setenta annos de idade, qualquer que seja o tribunal, ou instancia em que estiverem exercendo as suas funcções, ou ainda que estejam em commissão, no quadro, ou addidos, ou noutra situação, que não importe perda dos seus direitos.

§ unico. Excepcionalmente, o Governo poderá autorizar, em decreto fundamentado, a continuação do exercicio das suas funcções a qualquer juiz do Supremo Tribunal de Justiça, que seja dotado de robustez physica e de raro valor intellectual, não podendo, porem, essa autorização ir alem do limite de setenta e cinco annos, nem applicar-se a juizes de outros tribunales ou instancias, ou que se encontrem em diferente situação.

Art. 2.º Os juizes que já attingiram o limite de idade apresentarão os seus requerimentos no Ministerio da Justiça, instruidos com as competentes certidões de idade, devidamente reconhecidas, no prazo de trinta dias, a contar da publicação d'este decreto quanto aos que se encontrarem no continente, e a contar da chegada do *Diario do Governo* á respectiva ilha, ou da publicação no *Boletim* da competente provincia ultramarina, quanto aos que estiverem nas ilhas adjacentes ou nas colonias.

§ 1.º No mesmo prazo, a contar do dia em que attingirem o limite de idade, farão de futuro os seus requerimentos os juizes que actualmente ainda não tem setenta annos.

§ 2.º Feito o requerimento pedindo a aposentação por limite de idade, a cessação do exercicio de funcções será obrigatoria para o juiz, salva a hypothese do § unico do artigo 1.º, logo que seja publicado no *Diario do Governo* o nome do juiz que o ha de substituir.

§ 3.º A falta do requerimento mencionado neste artigo e seu § 1.º considera-se como renuncia a qualquer forma de aposentação, e será tomada como prolongação illegal de funcções publicas a continuação no logar alem do dito prazo.

Art. 3.º Na aposentação por limite de idade serão dispensadas as informações previas, bem como a consulta do Supremo Tribunal de Justiça; mas o respectivo processo, depois de verificado o tempo de serviço para o effeito da fixação do vencimento do aposentando, será mandado com vista, por quarenta e oito horas, ao Procurador Geral da Republica, para consultar sobre a observancia das formalidades legais.

§ unico. Em tudo o mais vigorarão os preceitos sobre a aposentação ordinaria e extraordinaria dos funcionarios de justiça.

Art. 4.º Este decreto entra immediatamente em vigor e será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Constituinte.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 20 de dezembro de 1910.—*Joaquim Theophilo Braga—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho.*

Sendo necessario explicar o n.º 7.º do artigo 4.º do decreto com força de lei de 3 de novembro de 1910, para que, na falta de sentença de interdição por demencia na epoca em que se deu a loucura incuravel, o conjuge do demente não seja obrigado a esperar mais tres annos sobre a acção que agora proponha, com grave prejuizo para si e para os filhos e sem a menor vantagem para o interdito nem para os propositos e cautelas a que obedeceu o legislador na fixação d'este prazo, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para os effeitos do n.º 7.º do artigo 4.º do decreto com força de lei de 3 de novembro de 1910, o juiz, quando possivel, designará na sentença ahi referida o espaço de tempo minimo, já decorrido, de loucura incuravel, sendo para isso essencial o voto affirmativo dos respectivos peritos; e logo que estejam completos os tres annos de loucura incuravel, o outro conjuge poderá intentar a competente acção de divorcio.

§ unico. No caso de se decidir na acção de interdição que já tinham decorrido os tres annos de loucura incuravel, a acção de divorcio pode ser posta em juizo desde o dia immediato áquelle em que passar em julgado a sentença de interdição.

Art. 2.º Este decreto entra immediatamente em vigor, e será sujeito á apreciação da Assembleia Constituinte.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 21 de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Affonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito Camacho*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados em 21 de dezembro

Joaquim Flaviano de Campos Jardim e Anibal Veiga Ferrão Paes, respectivamente escrivães de direito nas comarcas de Figueiró dos Vinhos e Portel — transferidos reciprocamente.

João Aires de Azevedo, conservador do registo predial na comarca de Meda — trinta dias de licença.

Direcção Geral da Justiça, em 21 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Publica

Repartição Central

Decretos expedidos por esta Direcção Geral nas datas abaixo indicadas

Dezembro 17

Pedro Aires Robocho, professor da escola primaria elementar da freguesia de Cogulla, do concelho de Trancoso, districto da Guarda — concedida aposentação extraordinaria com a pensão annual de 130\$335 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 25 de abril de 1895 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 20 de dezembro de 1910).

Balbina Candida da Piedade Pires, professora da escola primaria elementar da freguesia de Pereiro, do concelho de Pinhel, districto da Guarda — concedida aposentação ordinaria com a pensão annual de 170\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 25 de abril de 1895 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 20 de dezembro de 1910).

Jacinto da Costa de Vasconcellos Coutinho Cabral, segundo official da Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes — concedida aposentação ordinaria, que requereu, com a pensão annual de 600\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 20 de dezembro de 1910).

Alfredo de Sousa Mendes Pinheiro, segundo official da Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes — concedida aposentação extraordinaria com a pensão annual de 520\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 20 de dezembro de 1910).

João Maria Cardoso Freire de Andrade, escrivão de fazenda do 2.º bairro do Porto — concedida aposentação ordinaria com a pensão annual de 688\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1895 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 20 de dezembro de 1910).

Dezembro 20

João Marques da Cunha e Silva, segundo official da Repartição de Fazenda do districto de Santarem — concedida aposentação extraordinaria, que requereu, com a pensão annual de 408\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 21 de dezembro de 1910).

Julio Emilio Sant'Anna da Cunha Castel-Branco, primeiro official do quadro da 1.ª Repartição da Camara Municipal de Lisbon — concedida aposentação extraordinaria, que requereu, pela mesma Camara, nos termos do decreto de 8 de outubro de 1891, com a pensão annual de 800\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 21 de dezembro de 1910).

Direcção Geral da Contabilidade Publica, 21 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes

Annuncia-se que no dia 2 do proximo mês de janeiro, na 1.ª Repartição, situada no Terreiro do Trigo, pela uma hora da tarde, se procederá á venda em hasta publica de uma porção de papel inutilizado, como foi autorizado por despacho ministerial de 8 de dezembro do corrente anno, mediante as seguintes condições:

1.ª A arrematação será feita in loco, num só lote e a

quem maior lance offerecer sobre a base de 300 réis por 15 kilos.

2.ª As guias para pagamento do preço da arrematação serão passadas na Repartição Central, pagamento que se effectuará no prazo de tres dias.

3.ª O arrematante só depois de satisfeitos os seus debitos poderá retirar o papel arrematado, correndo de sua conta e responsabilidade a remoção e transporte do mesmo papel.

O lote do papel inutilizado estará patente no logar acima indicado todos os dias uteis, das dez horas da manhã ás quatro da tarde.

Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes, 20 de dezembro de 1910. — Pelo Director Geral, *I Camacho Rodrigues*.

Direcção Geral das Contribuições Directas

1.ª Repartição

Por despacho de 17 do corrente mês:

Alexandre Domingos Magano — nomeado, precedendo concurso, e por conveniencia urgente de serviço, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Ilhavo, vago pela demissão de *Alberto de Mello Vilhegas*. (Visto do Tribunal de Contas de 19 de dezembro de 1910).

Direcção Geral das Contribuições Directas, 21 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *Julio Maria Baptista*.

Administração Geral das Alfandegas

Conselho de Administração

De conformidade com o que dispõe o artigo 37.º do decreto n.º 3 de 27 de setembro de 1894, se publica a lista definitiva dos candidatos admittidos ao concurso para logares de sub-inspectores do quadro geral das alfandegas, a que se referiu o annuncio de 20 de setembro do anno ultimo, publicado no *Diario do Governo* n.º 210, de 21 do mesmo mês:

Candidatos admittidos:

Alfredo Lopes Vieira de Andrade.
Alvaro José Lopes da Silva.
Alvaro Placido de Sousa Ramos de Arnaud.
Antonio Augusto de Oliveira Machado.
Guilherme Augusto Malheiro.
Gustavo Adriano de Matos Sequeira.
Jacinto Pinto Coelho.
João Antonio Placido Lisboa.
Joaquim dos Santos Aragão.
José Isidoro Pires Leiria.
Manuel Gomes Xavier.
Manuel Metello de Liz Teixeira.

As respectivas provas theoricas hão de começar a ser prestadas no dia 24 de janeiro proximo, devendo para esse fim comparecer naquelle dia, pelas dez horas da manhã, no edificio do Terreiro do Trigo, onde funciona o Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, os candidatos admittidos, a que allude este aviso.

Sala das sessões do Conselho de Administração Geral das Alfandegas, em 21 de dezembro de 1910. — O Secretario, *Luiz José Frade de Almeida*.

MINISTERIO DA GUERRA

5.ª Direcção

2.ª Repartição

1.ª Secção

D. Maria Luisa Silvano Campos, *D. Carlota Adelaide Silvano Malheiro* e *D. Olinda Paulina Silvano Toste Parreira*, requerem a sobrevivencia da pensão do antigo montepio militar que fruiu sua mãe *D. Rita Carlota Vasconcellos Silvano*, fallecida em 26 de agosto de 1910.

Esta pretensão será definitivamente resolvida se no prazo de sessenta dias, a contar da publicação do presente annuncio, ninguem vier contestar o direito allegado pelas requerentes.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Repartição do Gabinete

Por portaria de 21 do corrente:

Nomeada uma comissão de inquerito ao Instituto de Soccorros a Naufragos, composta do lente da Escola de Medicina Veterinaria, *José Antunes Pinto*, capitães-tenentes de marinha *Francisco Eduardo dos Santos* e *Antonio Rafael Pereira Nunes*, primeiro tenente de marinha *Antonio da Camara Mello Cabral* e primeiro tenente-commissario *Marianno Martins*, servindo o primeiro de presidente e o ultimo de secretario.

Repartição do Gabinete, em 21 de dezembro de 1910. — O Chefe do Gabinete, *José Antonio Arantes Pedrosa*, capitão-tenente.

Rectificação

Na portaria de 17 do corrente mês, nomeando uma comissão, publicada no *Diario do Governo* n.º 63, de 19 do corrente, pag. 815, 3.ª col., onde se lê: «Direcção», deve ler-se: «Administração».

Repartição do Gabinete, em 21 de dezembro de 1910. — O Chefe do Gabinete, *José Antonio Arantes Pedrosa*.

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

Tendo sido por decreto com força de lei de 7 de novembro ultimo, revogados a carta de lei de 23 de agosto de 1899, que trata de tornar extensivas aos officiaes da armada as disposições applicaveis aos officiaes do exercito de terra pela lei de equiparação para reforma, e o decreto de 19 de dezembro de 1899 que regula a forma de o fazer; e

Attendendo a que o decreto com força de lei de 22 de novembro de 1910, mandando suspender a execução da carta de lei de 26 de julho de 1899 e do decreto de 19 de outubro de 1901 que regulam a reforma por equiparação dos officiaes das diversas armas e serviços do exercito de terra, estabelece no seu artigo 2.º que os officiaes que depois da sua publicação houverem de passar á reserva ou ser reformados, se-lo-hão pelas cartas de lei de 22 de agosto de 1897 e 24 de dezembro de 1906, ficando com direito á compensação que se julgar equitativa conferir-lhes por meio de uma nova lei de promoção e reformas.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º Ficam com direito á compensação que se julgar equitativa conferir-lhes por uma nova lei, os officiaes da armada que tenham passado ou vierem a passar ao quadro auxiliar do exercito e da armada e os que tenham sido ou vierem a ser reformados depois de entrar em execução o decreto com força de lei de 7 de novembro ultimo.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

O Ministro da Marinha e Colonias o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 20 de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Bernardino Machado* — *Affonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Manuel de Brito Camacho*.

Por decreto de 21 do corrente:

Capitão de fragata de marinha, *Ernesto Augusto Gomes de Sousa* — mandado regressar á situação de serviço na arma, sendo nella considerado desde 12 do corrente, data em que se apresentou na Majoria General da Armada.

Majoria General da Armada, aos 21 de dezembro de 1910. — O Major General da Armada, *José Cesario da Silva*, vice-almirante.

Direcção Geral das Colonias

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o artigo 51.º, § 1.º, do decreto de 21 de novembro de 1908, que reduziu a tres o numero de juizes do Tribunal da Relação de Nova Goa, restabelecendo-se a legislação anterior, quer quanto ao numero de juizes, que tornam a ser cinco, quer quanto aos votos necessarios para haver vencimento nas decisões e nos embargos.

Art. 2.º O presente decreto entra immediatamente em vigor e será sujeito á apreciação da proxima assembleia constituinte.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 21 de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Affonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito Camacho*.

1.ª Repartição

1.ª Secção

Por ordem superior se annuncia que os candidatos a encadernadores da Imprensa Nacional da provincia de Angola, *Manuel Alexandre Lopes* e *Joaquim José da Silva*, devem apresentar-se na Imprensa Nacional de Lisboa, no dia 31 do corrente, pelas nove horas da manhã, a fim de serem examinados.

Direcção Geral das Colonias, em 21 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

2.ª Repartição

3.ª Secção

Em portaria de 20 do corrente:

Isaac da Fonseca Reis, primeiro contramestre de marinha, n.º 157 — nomeado para exercer o cargo de patrão-mor de Inhambane.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

3.ª Repartição

Para os devidos efeitos se annuncia que pelas quatro horas da tarde do dia 10 de fevereiro do anno proximo futuro, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter logar o concurso para a adjudicação por aforamento de 500 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Diogo & C.ª, sito em Cambo Camana Capitania mor de Holo e Jinga, districto da Lunda, na provincia de Angola, confinando pelo norte com a via publica, sul e poente com terrenos baldios, nascente com o posto militar de Cambo Camana, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.ª

As propostas serão recebidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª

As propostas serão escritas em português nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos n.ºs ... de ..., nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... réis, por ...».

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.ª

Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Colonias, ou do governador do districto da Lunda, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial, a quantia de 5\$000 réis em moeda corrente.

4.ª

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunaes portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio português há mais de seis meses.

5.ª

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter logar.

6.ª

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas com os documentos designados nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.ª

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª

Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.ª

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offerecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offerecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral de Angola quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral das Colonias, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola, ou na secretaria do Governo do districto da Lunda, o certificado do deposito de caução na importancia de 25\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos, no cofre da Fazenda provincial ou do districto supracitado, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial ou do districto da Lunda.

12.ª

As propostas de preço designadas na condição 2.ª e os documentos mencionados nas condições 3.ª e 4.ª deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.ª

A base para a hasta publica é de 1 real por metro quadrado.

2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisório de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Para os devidos efeitos se annuncia que pelas quatro horas da tarde do dia 10 de fevereiro do anno proximo futuro, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter logar o concurso para a adjudicação por aforamento de 1:200 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Joaquim Carneiro de Sá, sito em Cambo Camana, capitania mor de Holo e Jinga, districto da Lunda, na provincia de Angola, confinando pelo norte e poente com terrenos baldios, sul com uma estrada publica, nascente com o posto militar de Cambo Camana, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.ª

As propostas serão recebidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª

As propostas serão escritas em português nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos n.ºs ... de ..., nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... réis, por ...».

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.ª

Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Colonias ou do governador do districto da Lunda, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial ou do supracitado districto, a quantia de 12\$000 réis em moeda corrente.

4.ª

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunaes portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio português há mais de seis meses.

5.ª

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter logar.

6.ª

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas, com os documentos designados nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.ª

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª

Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.ª

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offerecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offerecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral das Colonias, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola ou na secretaria do Governo do districto da Lunda, o certificado do deposito de caução na importancia de 60\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos, no cofre da Fazenda provincial ou do districto supracitado, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial ou do districto da Lunda.

12.ª

As propostas de preço designadas na condição 2.ª e os documentos mencionados nas condições 3.ª e 4.ª deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.ª

A base para a hasta publica é de 1 real por metro quadrado.

2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisório de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Para os devidos efeitos se annuncia que pelas quatro horas da tarde do dia 10 de fevereiro do anno proximo futuro, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter logar o concurso para a adjudicação por aforamento de 1:500 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Tito Cardoso da Cunha, sito em Xá-Qulongue, capitania mor de Cuango, districto da Lunda, na provincia de Angola, confinando pelo norte com terrenos de Antonio Ribeiro Guimarães & C.ª, sul com terrenos baldios, nascente com terrenos de Duarte & Barreira, poente com terrenos de José Sant'Anna Barreto, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.ª

As propostas serão recebidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª

As propostas serão escritas em português e nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., circunscrição de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos ... n.ºs ... de ..., nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... réis, por ...».

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.ª

Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Colonias ou do governador geral do districto da Lunda, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial ou do supracitado districto, a quantia de 15\$000 réis em moeda corrente.

4.ª

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunaes portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio português há mais de seis meses.

5.ª

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter logar.

6.ª

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas com os documentos designados

nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.ª

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª

Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior a base para a hasta publica.

9.ª

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offerecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offerecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral das Colonias, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola ou na secretaria do Governo do districto da Lunda, o certificado do deposito de caução, na importancia de 75\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos, no cofre da Fazenda provincial, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial ou do districto da Lunda.

12.ª

As propostas de preço designadas na condição 2.ª e os documentos mencionados nas condições 3.ª e 4.ª deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, aos 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.ª

A base para a hasta publica é de 1 real por metro quadrado.

2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisorio de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, aos 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Para os devidos effeitos se annuncia que pelas quatro horas da tarde do dia 10 de fevereiro do anno proximo futuro, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter lugar o concurso para a adjudicação por aforamento de 1:500 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Dias & Ferreira, sito em Xá Quilongue, capitania mór do Cuango, districto da Lunda, na provincia de Angola, confinando pelo norte com via publica, sul com terrenos baldios, nascente com Duarte & Barreiro, poente com terrenos occupados por Matos Vaz & C.ª, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.ª

As propostas serão recolhidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª

As propostas serão escritas em português nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos n.ºs ... de ... nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... réis, por ...».

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.ª

Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Colonias, ou do governador do districto da Lunda, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos, no cofre da Fazenda provincial ou do supracitado districto, a quantia de 15\$000 réis em moeda corrente.

4.ª

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunales portugueses, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio português ha mais de seis meses.

5.ª

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter lugar.

6.ª

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas com os documentos designados nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.ª

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª

Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.ª

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offerecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offerecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral das Colonias, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola ou na secretaria do Governo do districto da Lunda, o certificado do deposito de caução, na importancia de 75\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos, no cofre da Fazenda provincial ou do districto supracitado, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial ou do districto da Lunda.

12.ª

As propostas de preço designadas na condição 2.ª e os documentos mencionados nas condições 3.ª e 4.ª deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de novembro de 1910. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.ª

A base para a hasta publica é de 1 real por metro quadrado.

2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisorio de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de novembro de 1910. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Annuncin-se, em observancia do decreto com força de lei de 5 do corrente mês de dezembro, haver requerido D. Dulce Cunha Santos Monteiro, por si e por seus tres

filhos menores, os vencimentos em divida e espolio deixado na Fazenda por seu marido e pae o tenente de infantaria Manuel Maria de Bessa Monteiro, fallecido na provincia de Angola, a fim de que qualquer pessoa que tambem se julgue com direito aos ditos vencimentos e espolio ou a parte d'elles, requeira por esta repartição, no prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 21 de dezembro de 1910. — O Chefe da Repartição, *José Augusto de Sequeira Cilia*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas

Repartição de Minas

1.ª Secção

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa pelo Ministro do Fomento, que nos termos do artigo 39.º do regulamento para o aproveitamento das substancias mineraes de 5 de julho de 1894, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, sejam approvados os planos de lavra propostos para as minas de wolfram da Costa dos Valles, Monte dos Cochichos e Montado de Cordas, situados na freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena, districto de Villa Real, de que é concessionaria a sociedade franceza intitulada Société Civile d'Etudes de Tous Gisements Miniers, com sede em Paris.

Paços do Governo da Republica, aos 15 de dezembro de 1910. — O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Para a Société Civile d'Etudes de Tous Gisements Miniers.

Editos

Havendo a Société Civile d'Etudes de Tous Gisements Miniers requerido o diploma de descobridora legal da mina de wolfram e outros metaes, do Figueiredo, situada na freguesia de Moreira do Rei, concelho de Trancoso, districto da Guarda, registada pela requerente na camara municipal do mesmo concelho, em 24 de janeiro de 1910, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministerio do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este edito no *Diario do Governo*.

Repartição de Minas, em 21 de dezembro de 1910. — O Engenheiro Chefe da 1.ª secção, servindo de Chefe da Repartição, *E. Valerio Villaça*.

Havendo a Société Civile d'Etudes de Tous Gisements Miniers requerido o diploma de descobridora legal da mina de wolfram, estanho, uranite e outros metaes do Sufal, situada na freguesia de Moreira do Rei, concelho de Trancoso, districto da Guarda, registada pela requerente na camara municipal do mesmo concelho, em 8 de agosto de 1910, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar a apresentar as suas reclamações no Ministerio do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este edito no *Diario do Governo*.

Repartição de Minas, em 21 de dezembro de 1910. — O Engenheiro Chefe da 1.ª Secção, servindo de Chefe da Repartição, *E. Valerio Villaça*.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Commercio

Por alvará de 27 de agosto de 1909, foram approvados os seguintes:

Estatutos da Associação de Soccorros Mutuos de Nossa Senhora da Conceição do Portal da Villa de Alhandra

CAPITULO I

Denominação, organização e fins

Artigo 1.º A associação instituida em Alhandra em 6 de dezembro de 1883, denominada Associação de Soccorros Mutuos de Nossa Senhora da Conceição do Portal, da Villa de Alhandra, é composta de indeterminado numero de individuos de ambos os sexos, tanto nacionaes como estrangeiros e residentes na mesma ou fora.

§ unico. Só podem pertencer a esta associação os individuos matriculados como mordomos de Nossa Senhora da Conceição do Portal d'esta villa.

Art. 2.º Usa de um timbre de forma rectangular encimado por uma corôa e com a seguinte inscrição: «Associação de Soccorros Mutuos de Nossa Senhora da Conceição do Portal da Villa de Alhandra».

Art. 3.º São fins da Associação:

a) Soccorrer os socios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar, e concorrer para as despesas de funeral dos que fallecerem.
b) Estabelecer pensões para os socios permanentemente impossibilitados de trabalhar.

CAPITULO II

Admissão dos socios

Art. 4.º Podem ser admittidos socios os individuos que satisfaçam os seguintes quesitos:

1.º Terem profissão conhecida de que lhes derivem os meios de subsistencia.

2.º Terem bom comportamento moral e civil.

3.º Estarem no gozo de perfeita saúde.

4.º Não terem menos de sete annos nem mais de cincoenta.

§ unico. A direcção tem o direito de exigir a certidão de idade, quando julgue conveniente

Art. 5.º A proposta para admissão deverá ser assinada por um socio e ter as seguintes indicações: nome do proposto, estado, idade, naturalidade, profissão, residencia, declaração de ter ou não pertencido á associação, assinatura do proposto, e, quando não saiba escrever, a de outro individuo a seu rogo, autorização de pae ou tutor, sendo menor, do marido sendo senhora casada, e declaração da classe a que quer pertencer.

Art. 6.º Recebida a proposta, a direcção procederá ás informações precisas para conhecer se no proposto ha os requisitos exigidos no artigo antecedente.

§ 1.º Sendo favoráveis as informações, a direcção enviará a proposta ao facultativo da associação para inspecionar o candidato.

§ 2.º O candidato rejeitado na inspecção medica tem recurso, por intermedio do proponente, para uma junta medica composta do medico da associação, outro nomeado pelo interessado e um terceiro pelos dois para desempate ou tirado á sorte de entre os indicados por elle.

§ 3.º Da resolução da junta não pode haver recurso.

§ 4.º As despesas do recurso são da responsabilidade do proposto, não sendo admittido.

Art. 7.º A admissão ou rejeição dos candidatos pertence unicamente á direcção, salvo o direito de recurso interposto pelo proponente para a assembleia geral, quando lhe seja favoravel a opinião do conselho fiscal, devendo o recurso ser apresentado á assembleia geral da primeira sessão ordinaria ou extraordinaria

§ 1.º Este recurso deverá ser feito durante o prazo de quinze dias a contar da data em que fôr participada a rejeição ao proponente e assinado unicamente por este, e não lhe sendo favoravel a opinião do conselho fiscal, a assembleia só poderá tomar conhecimento do recurso, quando alem do socio proponente, o assinem dez socios, pelo menos dois terços dos quaes devem comparecer á sessão em que o recurso tiver de ser discutido.

§ 2.º Não comparecendo á sessão os dois terços dos signatarios, a assembleia geral não poderá occupar-se do recurso, que para todos os efeitos será considerado discutido.

Art. 8.º Os socios que forem chamados ao serviço militar e os que assentarem praça voluntariamente, ficam suspensos dos seus direitos e deveres desde a data do assentamento da praça.

§ 1.º Reassumem os seus direitos quando assim o requeram á direcção, no prazo de seis meses, a contar da data da sua ou baixa submettendo-se a nova inspecção medica.

§ 2.º Reassumindo os seus direitos, quando ainda na reserva, ficam novamente privados d'elles se outra vez forem chamados ao serviço.

CAPITULO III

Classes dos socios e sua transição

Art. 9.º Haverá duas classes de socios que poderão transitar de uma para outra nas seguintes condições:

1.ª Os socios de 2.ª classe podem passar para a 1.ª classe, não tendo menos de quinze annos de idade, nem mais de quarenta e cinco, estando correntes nos seus pagamentos e sendo novamente inspecionados.

2.ª Os socios que passarem para a primeira classe, só começam a receber os respectivos subsidios, seis meses depois da data da primeira quota que pagarem relativa á primeira classe.

§ unico. Se dentro d'este periodo transitorio forem acommettidos do doença que o facultativo da associação entenda que de futuro possa prejudicar a associação, serão reintegrados na 2.ª classe e embolsados das quantias que tiverem pago em relação á 1.ª classe.

3.ª Os socios que entrarem depois da data d'esta revisão dos estatutos, e os que depois da data da approvação da mesma, pelo Governo, se inscreverem na 2.ª classe, só podem transitar para a 1.ª classe ao fim de um anno de matriculados na associação, pagando da joia designada para a 1.ª classe uma terça parte, os que tiverem de quinze a quarenta annos, e metade os que tiverem mais de quarenta annos, e não excedam quarenta e cinco.

§ unico. Estes socios entrarão nas condições 1.ª e 2.ª e seu paragrapho d'este artigo, e os que na occasião da transição já tiverem completado quarenta annos só receberão o subsidio da inhabilidade como se fossem socios de 2.ª classe.

4.ª Os socios de 1.ª classe podem passar para a 2.ª classe sem limite de idade, sem inspecção medica, e sendo desde logo considerados para todos os efeitos socios de 2.ª classe.

§ unico. Estes socios não tem direito a ser embolsados das quantias que tiverem pago como socios de 1.ª classe.

CAPITULO IV

Deveres dos socios

Art. 10.º Os socios tem por dever:

1.º Pagar joia, diploma, estatutos, quotas, papeletas e mordomado.

2.º Servir gratuitamente os cargos da associação, para que forem legalmente nomeados ou eleitos sendo maiores ou emancipados.

3.º Dar parte na secretaria, quando doentes, para lhes ser passada a papeleta quando a isso tenham direito, apresentando sempre a ultima quota que tiverem pago, e os respectivos estatutos.

4.º Apresentar a papeleta ao facultativo da associação e a aquelle com que se tratarem, para a rubricar todas as vezes que os socios sejam por elles visitados, assim como aos visitadores e qualquer membro da fiscalização quando por estes lhe seja pedida.

5.º Sujeitar-se rigorosamente a todas as indirações prescritas pelo facultativo da associação ou por aquelle com que se tratarem.

6.º Passar recibo das quantias que receberem.

7.º Enviar a papeleta á secretaria no dia em que o facultativo lhes dê alta, e no dia ultimo do mês quando continuem em tratamento, tirando neste ultimo caso nova papeleta no primeiro dia do mês seguinte.

§ unico. Continuando os socios em tratamento de um para outro mês, deverá a papeleta ser rubricada no ultimo dia do mês pelo facultativo da associação.

8.º Consultar o facultativo ao seu consultório sempre que a doença lhes permitta sair de casa, e todas as vezes que pelo mesmo lhes seja indicado.

9.º Prestar todos os esclarecimentos que pelos corpos gerentes lhes sejam pedidos.

10.º Permitir a entrada em sua casa quando doentes, e dentro das horas legaes, ao facultativo da associação, membros da fiscalização e visitadores.

11.º Apresentar a ultima quota vencida juntamente com a papeleta, quando entregarem esta para lhes ser passada a ordem de pagamento do subsidio que tenham a receber.

12.º Zelar os interesses da associação e prevenirem a direcção ou qualquer membro dos corpos gerentes, de qualquer acto praticado por socio ou pessoa estranha á associação e que possa prejudicar a mesma.

13.º Participar á direcção todas as mudanças de residencia ou ausencias de Alhandra, indicando neste ultimo caso qual a pessoa que fica encarregada de pagar as suas quotas.

14.º Participar a qualquer membro da direcção ou do conselho fiscal, quando o cobrador não lhes vá receber a quota semanalmente.

15.º Cumprir todos os deveres que lhe são impostos por estes estatutos e mais regulamentos, assim como as deliberações da assembleia geral.

CAPITULO V

Direitos

Art. 11.º Os socios tem direito, tres meses depois do pagamento da primeira quota, e estando quites no pagamento de toda a sua joia, diploma, estatutos, quotas vencidas e outras dividas:

1.º A serem tratados com toda a assiduidade precisa pelo facultativo da associação, quando doentes.

2.º Aos medicamentos precisos para seu tratamento.

3.º A poderem tratar-se com facultativo de sua escolha, ficando sujeitos á fiscalizaçao do facultativo, o qual deverá dar alta logo que reconheça qualquer abuso.

§ unico. Os socios que forem tratados por medico que não seja o da associação, tem direito a medicamentos e aos subsidios constantes do capitulo VII, quando por declaração do facultativo com que se tratem e do da associação feita na respectiva papeleta, comprove estarem os socios impossibilitados de exercerem a sua profissão, emprego ou serviço domestico.

4.º A fazerem quaesquer propostas e a emitirem o seu voto, em assembleia geral, sobre todos os negocios da associação, e a indicarem por escrito á direcção tudo o que julgarem de interesse commum.

5.º A serem eleitos para os cargos da associação.

6.º A requererem a convocação da assembleia geral declarando os motivos nos termos do artigo 12.º

7.º A examinarem os livros e contas no tempo competente.

8.º A solicitarem aos corpos gerentes quaesquieres esclarecimentos.

9.º A receberem mensalmente os subsidios a que tiverem direito.

Art. 12.º Dez associados, excepto para os fins a que se referem os artigos 71.º e 104.º, poderão requerer a convocação da assembleia geral, declarando o motivo porque o fazem e obrigando-se a comparecer á sessão.

§ 1.º Não comparecendo os requerentes á hora indicada para a abertura da sessão, fica esta sem effeito, sendo necessario para a segunda e ultima rennião novo requerimento que não poderá ser assinado pelos signatarios do primeiro que não compareceram á rennião.

§ 2.º Verificado que se dê o indicado no § antecedente pela segunda vez, não podem os signatarios nem quaesquer outros socios reclamar novamente para o mesmo fim.

Art. 13.º Cada socio poderá representar um outro em rennião de assembleia geral, devendo apresentar a competente autorização por escrito.

CAPITULO VI

Recetta da associação

Art. 14.º A recetta da associação é constituída:

1.º Pela quota semanal de 120 réis para os socios de 1.ª classe, sendo de 100 réis para o fundo de doenças e 20 réis para o fundo de pensões.

2.º Pela quota semanal de 60 réis para os socios de 2.ª classe, sendo 50 réis para o fundo de doenças e 10 réis para o fundo de pensões.

3.º Pela joia paga na proporção da idade sendo para os socios de 1.ª classe, para os que tenham de 15 a 20 annos, de 1\$800 réis, de 21 a 30 annos, de 3\$600 réis; de 31 a 40 annos, de 4\$600 réis; de 41 a 50 annos, de 6\$000 réis.

4.º Pela joia paga na proporção da idade, sendo para

os socios de 2.ª classe, para os que tenham de 7 a 25 annos, de 1\$000 réis; de 26 a 40 annos, de 2\$000 réis; de 41 a 50 annos, de 3\$000 réis.

5.º Pelo pagamento de 300 réis pelo diploma, 120 réis pelos estatutos e 20 réis por cada papeleta, feito pelos socios de ambas as classes.

6.º Pelo dividendo dos titulos que a associação tiver.

7.º Pelo juro de capitães.

8.º Por quaesquer receitas imprevistas.

9.º Pelas importancias não reclamadas no tempo competente.

Art. 15.º As joias, diplomas, estatutos e mais dividas podem ser pagas por uma só vez ou a prestações, mas nos primeiros tres meses da admissão ou readmissão (artigo 11.º), e não o sendo serão os socios eliminados.

Art. 16.º Os individuos que já tiverem pertencido á associação e que tenham saído sem ser por transgressão dos estatutos, regulamentos ou deliberações da assembleia geral, e que tiverem pago joia por completo, podem ser readmittidos pagando só metade da joia a que se referem os n.ºs 3.º e 4.º do artigo 14.º

§ 1.º Os individuos que não estejam nas condições d'este artigo, pagarão a joia na sua totalidade.

§ 2.º Os que estiverem nas condições d'este artigo § 1.º, tem de satisfazer o seu pagamento no prazo determinado nos artigos 11.º e 15.º

Art. 17.º Os individuos que já tiverem pertencido á associação e que no acto de saírem ficassem devendo algumas quotas, tem de fazer o seu pagamento no prazo indicado nos artigos 11.º e 15.º

§ unico. As readmissões dos socios é feita em harmonia com o disposto no capitulo II.

Art. 18.º Quando houver reforma de estatutos ou os associados exijam outros exemplares, são obrigados a pagá-los.

CAPITULO VII

Subsidios

Art. 19.º Os socios, quando doentes, tendo satisfeito o disposto nos artigos 11.º e 15.º, tem direito, alem do que lhes é concedido pelos n.ºs 1.º e 2.º do artigo 11.º, aos subsidios consignados neste capitulo.

Art. 20.º Decorridos seis meses contados da data do pagamento da primeira quota, em doença que absolutamente impossibilite de exercerem a sua profissão, emprego ou serviço domestico, receberão:

1.º Nos primeiros trinta dias (primeiro periodo) 240 réis por dia os socios de 1.ª classe, e 120 réis os de 2.ª classe.

2.º Nos segundos trinta dias (segundo periodo) 200 réis por dia os socios de 1.ª classe, e 100 réis os de 2.ª classe.

3.º Nos dias seguintes, não podendo exceder dois annos, receberão 160 réis por dia os socios de 1.ª classe, e 80 os de 2.ª classe (terceiro periodo).

4.º Na convalescença de qualquer dos tres periodos receberão apenas 75 por cento do subsidio a que tem direito nos referidos periodos.

5.º Na prisão, 240 réis no primeiro dia a titulo de carceragem, para os socios de ambas as classes, e nos dias seguintes até serem julgados, 160 réis os socios de 1.ª classe e 80 réis os de 2.ª classe.

Art. 21.º No fim de tresentos e sessenta e cinco dias contados da data do pagamento da primeira quota, em caso de fallecimento, a subsidio para funeral, sendo de 9\$000 réis para os socios de 1.ª classe e de 6\$000 réis para os socios de 2.ª classe, por uma só vez e quando durante este tempo não tenham dado parte de doente, nem se tenham utilizado do disposto no n.º 5 do artigo 20.º

§ 1.º Tendo dado parte de doente ou utilizando-se do disposto no n.º 5 do artigo 20.º, durante este periodo de tempo, só terão direito ao subsidio para funeral ao fim de setecentos e vinte dias contados da data do pagamento do primeira quota.

§ 2.º Este subsidio será entregue á familia do socio ou á pessoa que tomar a seu cargo o funeral, e quando o socio tiver sepultura em separado.

Art. 22.º No fim de seis annos contados da data do pagamento da primeira quota, tem direito ao subsidio de inhabilidade, que é de 150 réis para os socios de 1.ª classe, e de 100 réis para os socios de segunda, por dia.

§ 1.º Estos socios, quando doentes, não tem direito aos subsidios consignados nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 20.º

§ 2.º Os socios que se inhabilitarem antes do decorridos seis annos contados da data do pagamento da primeira quota, quando sejam acommettidos de outras doenças, tem direito aos outros subsidios consignados neste capitulo

Art. 23.º Os socios que tiverem de recolher a algum dos hospitaes de Lisboa, por indicação do facultativo com que se tratarem, tem direito á importancia do bilhete de comboio, na classe mais barata, da estação d'esta villa para a de Lisboa.

§ 1.º Estes socios, logo que saíam do hospital, devem apresentar-se ao facultativo da associação, no prazo de quarenta e oito horas, para serem inspecionados.

§ 2.º Se saírem curados e não puderem immediatamente exercer a sua profissão, emprego ou serviço domestico, tirarão papeleta para se utilizarem do subsidio a que tiverem direito.

§ 3.º Se saírem a seu pedido não tem direito ao disposto no paragrapho antecedente, nem receberão subsidio pecuniaro durante o tempo que estiverem doentes se recaírem ou adoccerem por motivo de terem saído do hospital sem estarem devidamente curados.

§ 4.º Estos socios tem direito ao subsidio pecuniaro durante o tempo que estiverem no hospital.

§ 5.º Estes socios deverão apresentar attestado declarando os dias que estiveram no hospital em tratamento.

§ 6.º A associação não é responsável por despesas que os socios façam nos estabelecimentos onde forem tratados.

Art. 24.º Os socios, quando presos, permitindo-lhes a sua profissão trabalhar, podem fazê-lo, não perdendo por isso direito ao respectivo subsidio.

Art. 25.º Os socios que durante o periodo de cinco annos interruptos, a contar da data da approvaçãõ d'esta reforma dos estatutos, se não tiverem utilizado de subsidios pecuniarios ou medicamentos, terão direito, quando doentes, a receberem com o aumento de 20 por cento todos os subsidios pecuniarios, excepto os do n.º 5 dos artigos 20.º e 21.º

§ unico. Dando-se esta circumstancia pelo periodo de dez annos interruptos, receberão os ditos subsidios com o aumento de 40 por cento, e de 60 por cento sendo o periodo de quinze annos.

Art. 26.º O subsidio pecuniario é contado desde a data da primeira rubrica medica na papeleta e quando esta seja tirada até o meio dia.

Art. 27.º Os socios que recolherem a qualquer casa de caridade ou asylo, deixam de pertencer á associaçãõ.

Art. 28.º Os moradores no crmoi de Alverca são, para todos os effeitos d'estes estatutos, considerados moradores de Alhandra.

Art. 29.º A associaçãõ não abona subsidios de especie alguma nos socios enfermos ou inhabilitados, quando a enfermidade ou inhabilitação tenha por origem a embriaguês a que o socio seja dado por uso e costume.

Art. 30.º Nenhum socio poderá receber simultaneamente dois subsidios pecuniarios

Art. 31.º O subsidio de inhabilitação será immediatamente suspenso aos socios que, recebendo-o, venham a exercer a sua profissão, emprego ou serviço domestico, ou áquelles a quem o medico reconheça ter cessado a causa que deu lugar á inhabilitação.

Art. 32.º Em caso de doença repentina que exija immediato socorro do facultativo e este se ache ausente, poderão recorrer para a primeira visita ao medico mais proximo, chamando em seguida o medico da associaçãõ, que deverá declarar se houve ou não razão para tal procedimento, recebendo em caso affirmativo a quantia de 15000 réis em presença do recibo do facultativo que os tratou; se porem a opinião do medico for contraria ou se os socios continuarem em tratamento com facultativo estranho á associaçãõ, não terão direito ao referido subsidio.

Art. 33.º A parte de doente antes de decorridos noventa dias da alta da antecedente será considerada continuacãõ da doença anterior, quando não diversamente classificada pelo facultativo da associaçãõ.

Art. 34.º É concedido aos socios, quando inhabilitados, receberem o respectivo subsidio qualquer que seja a localidade de sua residencia nos limites do continente, devendo juntarem sempre ao recibo da sua pensão documento autentico que prove a continuacãõ de sua inhabilitação.

Dos socios residentes fora de Alhandra

Art. 35.º Os socios não residentes em Alhandra, só se podem utilizar do disposto no n.º 1 do artigo 11.º, quando a doença lhes permitta virem consultar á sua residencia o facultativo da associaçãõ.

Art. 36.º Quando se não possam utilizar do disposto no artigo 35.º e tenham direito ao disposto no artigo 20.º e n.ºs 1, 2, 3 e 4 do mesmo artigo, receberão os ditos subsidios com o aumento de 20 por cento em harmonia com a classe a que pertencam.

Art. 37.º Não podendo utilizar-se das vantagens constantes do artigo 35.º, e não se utilizando tambem de medicamentos e estando nas condições do artigo 20.º e seus n.ºs 1, 2, 3 e 4, receberão os ditos subsidios com o aumento de 20 por cento em harmonia com a classe a que pertencem.

Art. 38.º Estes socios devem dar parte de doente por escrito, declarando por qual dos artigos 35.º a 37.º podem ser socorridos, apenas adocorem.

Dos socios do sexo feminino

Art. 39.º Estes socios só tem direito aos subsidios do artigo 20.º e n.ºs 1, 2, 3 e 4 do mesmo artigo, e durante os dias que a doença os obrigue a estar de cama.

§ unico. Este subsidio é-lhes concedido com o aumento de 25 por cento.

Art. 40.º Em doença pertencente á clinica cirurgica, tem direito aos subsidios do artigo 20.º e seus n.ºs 1, 2, 3 e 4, quando absolutamente não possam exercer o serviço domestico, profissão ou emprego e que a doença os obrigue a estarem de cama.

Art. 41.º Nos partos receberão por uma só vez 15200 réis.

§ unico. Em doença consequente do parto deixam de receber este subsidio e passam a receber pelo artigo 39.º

Art. 42.º Na inhabilitação, quando esta as não prive por completo do serviço domestico, só tem direito a receberem metade do respectivo subsidio.

§ unico. Quando a inhabilitação não lhes permitta fazerem o serviço domestico, receberão por completo o dito subsidio.

CAPITULO VIII

Penalidades

Art. 43.º Os socios que não cumpram com o disposto nestes estatutos, incorrem nas seguintes penalidades: Perdem o direito de socios:

1.º Os que forem condemnados pelos tribunales criminaes em penas alem das correccionaes.

2.º Os que por qualquer acto, pela segunda vez, prejudiquem a associaçãõ.

3.º Os que tentarem por meios illegaes receberem quaesquer subsidios

4.º Os que por occasião da inspecção medica occultarem qualquer doença chronica.

5.º Os que incorrerem em tres altas por transgressão de prescrições medicas.

6.º Os que, passados tres meses contados da data da primeira quota, não tiverem cumprido o disposto no artigo 11.º

7.º Os que estiverem no atraso de doze quotas e não satisfaçam o seu debito quinze dias depois de serem avisados pela direcção.

8.º Os que estiverem em divida de qualquer quantia, e a não satisfaçam dentro do prazo marcado pela direcção.

9.º Os que desconceituarem a associaçãõ ou os seus corpos gerentes, e não provem as suas accusações quando sejam chamados pela direcção a comparecerem a uma das suas sessões para o fazerem; verificada a responsabilidade dos socios serão estes eliminados, sendo esta deliberação participada á assembleia geral.

§ unico. Se os socios não comparecerem á reunião, entendendo-se que não se querem defender e serão julgados á revelia.

Art. 44.º Os socios que sem motivo, que a assembleia tenha como justificado, se recusarem a exercer qualquer cargo para que hajam sido nomeados ou eleitos, só terão, quando doentes, direito a metade dos subsidios pecuniarios durante o tempo que teriam de servir a contar da data da nomeação ou eleição.

Art. 45.º Aos socios sem motivo justificado reconhecido pela assembleia geral, que se recusarem a servir qualquer commissão especial para que tenham sido nomeados, será applicada a pena de que trata o artigo antecedente, pelo espaço de quatro meses a contar da data da nomeação.

Art. 46.º Os socios que estiverem em atraso de quotas tem as seguintes penalidades:

1.º Os socios que estiverem em atraso de duas quotas não tem direito ao subsidio para funeral.

2.º Os que estiverem em atraso de tres quotas não recebem subsidios pecuniarios durante sete dias.

3.º Os que estiverem em atraso de quatro quotas não recebem subsidios pecuniarios durante doze dias.

4.º Os que estiverem em atraso de cinco quotas não recebem subsidios pecuniarios durante quatorze dias, nem medicamentos durante sete.

5.º Os que estiverem em atraso de seis quotas perdem os direitos aos subsidios pecuniarios durante vinte dias, e a medicamentos durante doze

6.º Os que estiverem em atraso de sete quotas perdem o direito a subsidios pecuniarios durante trinta dias, a medicamentos durante dezoito, e á assistencia medica durante sete dias.

7.º Os que estiverem em atraso de oito ou mais quotas perdem todos os seus direitos de socios, por tantas vezes cinco dias quantas forem as quotas em atraso.

§ unico. As penalidades constantes dos n.ºs 2 a 7 acresce a imposta pelo n.º 1.

Art. 47. A ultima quota que andar á cobrança, não sendo paga no prazo de quatro dias alem do seu vencimento, é já contada para o effeito das penalidades.

Art. 48.º No ultimo dia de cada mês o cobrador porá em todos os recibos que se acharem por pagar, o carimbo de «atrasado», repetindo esta operação nos mesmos recibos em todos os fins de meses, enquanto não forem pagos ou inutilizados.

Art. 49.º No acto de serem pagos os recibos em atraso o cobrador marcará nos mesmos a data em que elles foram pagos, e declarará em todos qual a data da quota mais antiga paga na mesma occasião.

Art. 50.º Os socios enfermos que saiam de suas casas sem autorizaçãõ do facultativo assistente mencionada na papeleta, serão considerados com alta por quinze dias pela primeira vez e trinta dias por todas as mais vezes que assim procedam.

Art. 51.º Os socios doentes ou inhabilitados de exercicio das suas profissões, emprego ou serviço domestico, que forem encontrados no desempenho dos mesmos, serão suspensos de todas as suas garantias pelo espaço de tres meses pela primeira vez, de seis pela segunda e excluidos á terceira vez.

Art. 52.º Os socios que sairem de casa fora de horas autorizadas pelo facultativo, são desde logo considerados com alta, perdendo o direito a todos os subsidios por quinze dias pela primeira vez, trinta pela segunda e eliminados á terceira vez.

Art. 53.º Os socios que não permittam a entrada em sua casa, quando doentes, e dentro das horas legais, ao facultativo, membros da direcção, do conselho fiscal ou visitantes, ser lhes-ha dada alta nos termos do artigo 52.º

Art. 54.º Os socios que sejam expulsos da associaçãõ ou sairem por sua vontade, perdem o direito a haverem o que tiverem pago e respondem para com ella pelo que deverem até ao dia da saída, em conformidade com o artigo 6.º do decreto de 2 de outubro de 1896.

Art. 55.º Os socios presos pela 2.ª vez por reincidencia não recebem o subsidio respectivo, e sendo pela terceira vez serão eliminados.

Art. 56.º Os socios que estiverem em atraso de uma ou duas quotas, quando derem parte de doente, só terão direito ao artigo 21.º quando o fallecimento se dê depois de decorridos trinta dias da data da participacãõ.

§ 1.º Os que estiverem em atraso de tres a cinco quotas terão direito ao dito subsidio ao fim de sessenta dias.

§ 2.º Os que estiverem em atraso de quotas, alem das marcadas no paragrapho antecedente, só terão direito ao referido subsidio decorridos que sejam noventa dias a contar da data da parte de doente.

Art. 57.º As importancias provenientes das penalidades serão descontadas no subsidio que os socios tenham a receber, e quando aquellas excedam a importancia do subsidio será a differença satisfeita pelos socios no prazo de trinta dias.

Art. 58.º Todas as exclusões e outras penalidades mencionadas nestes estatutos são da competencia da direcção, restando aos socios recursos para a assembleia geral interposto por si ou por qualquer outro socio no prazo de trinta dias, findo o qual não terá seguimento a reclamação.

Art. 59.º Os socios que tenham sido admoestados pela direcção por mais de tres vezes por falta de respeito á lei da associaçãõ, havendo provas, serão excluidos.

Art. 60.º Os socios que por sua deliberação tomem alta, sem approvaçãõ do facultativo, perdem o direito a socorros por noventa dias contados da data em que praticarem este acto.

Art. 61.º As penalidades a que se referem os n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 46.º são contadas da data em que o socio der parte de doente e as restantes contadas da data em que os socios tenham pago o seu atraso.

Art. 62.º Os socios que não cumprirem as prescrições medicas, perdem todos os seus direitos por dez dias pela primeira vez, por vinte dias pela segunda e á terceira serão eliminados.

CAPITULO IX

Fundos

Art. 63.º Haverá tres fundos especiaes com escrituração distincta, a saber:

1.º Fundo de doenças — que será constituido por joias, juros dos capitales, quota social e qualquer receita extraordinaria especial.

2.º Fundo de pensões — que será constituido por quota especial, producto da venda de estatutos, diplomas e papeletas, qualquer receita extraordinaria especial, importancias não reclamadas no tempo competente e importancias provenientes de penalidades.

3.º Fundo de culto — que será constituido pelo producto de oblatas, mordomados e qualquer receita extraordinaria especial.

Art. 64.º A receita associativa, não precisa para o movimento mensal, será depositada no Montepio Geral, ou na caixa economica da associaçãõ quando a mesma a fundar.

Art. 65.º Aos capitales disponiveis será dada a applicação que a assembleia geral resolver sobre proposta que a direcção apresente.

Art. 66.º Os fundos em deposito só podem ser levantados por meio de cheques assinados pelo presidente, thesourero e secretario da direcção.

Art. 67.º O saldo existente á data da approvaçãõ d'esta alteraçãõ dos estatutos, terá a seguinte distribuicãõ: 90 por cento para o fundo de doenças, 9 por cento para o fundo de pensões e 1 por cento, para o fundo do culto.

CAPITULO X

Assembleia geral

Art. 68.º Compõe-se a assembleia geral de socios maiores segundo a lei civil, e que estiverem no pleno gozo dos seus direitos.

§ 1.º Numa relação serão escriturados os socios que não estejam nas condições d'este artigo, a qual estará sobre a mesa da assembleia geral.

§ 2.º A relação de que trata o paragrapho antecedente será fornecida pela direcção na occasião em que a sessão esteja aberta, e será formulada em presença dos recibos que estiverem em divida.

Art. 69.º A assembleia geral reunir-se-ha em sessões ordinarias e extraordinarias.

§ 1.º Em dezembro de cada anno reunir-se-ha ordinariamente para eleger a direcção, o conselho fiscal e a mesa da assembleia geral, que devem entrar em exercicio no dia 1 de janeiro do anno seguinte.

§ 2.º Em fevereiro de cada anno reunir-se-ha ordinariamente para discutir, approvar ou modificar as contas da gerencia do anno anterior e apreciar os seus actos.

§ 3.º Nas reuniões ordinarias poderá a assembleia tratar de qualquer outro assunto relativo a negocios da associaçãõ, quando isso tenha sido indicado nos avisos convocatorios.

§ 4.º O relatorio e contas serão apresentados pela gerencia a que os mesmos se refram.

§ 5.º A sessão ordinaria para a discussãõ das contas da gerencia do anno anterior e do parecer do conselho fiscal, só poderá ter lugar depois de estarem patentes com todos os documentos que lhe digam respeito, durante quinze dias, no escritorio da associaçãõ para serem examinados pelos socios.

§ 6.º A assembleia geral reunirá extraordinariamente sempre que o respectivo presidente, a direcção ou o conselho fiscal o julgar necessario, ou quando seja requerida nos termos do artigo 12.º

§ 7.º Não tendo lugar dentro de quinze dias a reunião requerida conforme o disposto no artigo 12.º, será convocada a assembleia geral pelo administrador do conselho, quando os mesmos socios o requererem á referida autoridade.

§ 8.º A reunião da assembleia geral é convocada por meio de avisos feitos aos socios com a antecipaçãõ de um dia pelo menos.

§ 9.º Os avisos deverão mencionar o fim da convocação.

§ 10.º É nulla toda a deliberação tomada sobre objecto

estranho áquelle para que a assembleia geral foi convocada.

§ 11.º São prohibidas as discussões sobre assuntos alheios aos fins da associação expressos nos estatutos.

Art. 70.º A assembleia geral julgar-se-ha constituída meia hora depois da hora marcada nos avisos; e em caso nenhum poderá reunir em primeira convocação, sem que estejam pelo menos vinte socios estranhos aos corpos gerentes.

§ unico. Em segunda convocação, poderá reunir com qualquer numero.

Art. 71.º Para reforma, addicionamento ou alteração de estatutos, deverá a respectiva proposta ser apresentada pela direcção, conselho fiscal ou por um numero de socios não inferior a quinze, devendo na primeira reunião convocada para tal fim, comparecer um numero de socios não inferior a um terço dos inscritos no livro de matrícula, no pleno gozo dos seus direitos.

§ unico. Não comparecendo á primeira reunião o numero de socios exigidos neste artigo, convocar-se-ha nova reunião, na qual poderá deliberar-se com qualquer numero de socios.

Art. 72.º Compete á assembleia geral:

1.º Eleger a mesa, direcção, conselho fiscal e quaesquer outras commissões que entender conveniente a bem do serviço.

2.º Fiscalizar a rigorosa observancia d'estes estatutos, regulamentos e deliberações tomadas em harmonia com os mesmos.

3.º Deliberar sobre o emprego dos fundos quando seja proposto pela direcção.

4.º Deliberar sob proposta da direcção sobre o numero de empregados e seus vencimentos, e as fianças que tiverem de prestar.

5.º Conceder ou recusar aos socios a exoneração pedida de qualquer cargo.

6.º Resolver os recursos que lhe forem dirigidos, conforme as prescrições d'esta lei.

§ unico. O socio recorrente deve apresentar-se á sessão para isso destinada, ou autorizar por escrito outro socio que o represente, sendo de contrario julgado na ausencia sem direito a reclamação.

7.º Conhecer e deliberar sobre qualquer duvida ou recurso que se suscite entre a direcção e alguns dos socios, assim como as que tiverem lugar durante as reuniões.

8.º Apreciar os actos da direcção, do conselho fiscal, bem como das commissões ou socios delegados por ella para representar a associação em qualquer acto.

9.º Deliberar sobre a alteração d'estes estatutos, a qual só entrará em vigor depois de approvada pelo Governo.

Art. 73.º A mesa da assembleia geral será composta de um presidente, um vice presidente e dois secretarios.

§ 1.º Para se abrir a sessão devem estar preenchidos os lugares de presidente e secretario.

§ 2.º Na falta do presidente funciona como tal o vice-presidente, e na falta d'este os secretarios por sua ordem.

§ 3.º Não estando presentes á sessão, algum ou todos os membros da mesa, poderá esta funcionar sendo a falta d'aquelles preenchida pelos socios que a assembleia designar.

Art. 74.º As resoluções da assembleia geral são deliberativas e tomadas á pluralidade de votos, quer por escrutinio secreto quer por qualquer outra forma usada em taes casos.

Art. 75.º Na reunião de que trata o § 1.º do artigo 69.º serão eleitos um presidente, um vice presidente e dois secretarios sem prejuizo de revogabilidade de mandato sempre que a assembleia geral o julgue conveniente.

§ 1.º Os socios que tenham sido eleitos em dois annos successivos, não podem ser eleitos no anno seguinte para os mesmos cargos.

§ 2.º As funcções dos membros da mesa são gratuitas e só podem ser exercidas conforme o disposto no § unico do artigo 21.º do decreto de 2 de outubro de 1896.

Art. 76.º As deliberações tomadas pela assembleia geral e os actos praticados pela mesa, direcção ou conselho fiscal, contra os preceitos da lei ou dos estatutos, não obrigam a associação; e todos os que tomarem parte em taes actos ou deliberações, ficam pelos seus effectos pessoal e solidariamente responsaveis, salvo o caso de protesto.

§ 1.º Todos os socios teem o direito de protestar contra as resoluções e actos contrarios á lei ou aos estatutos.

Art. 77.º É da competencia do presidente ou quem as suas vezes fizer:

1.º Convocar a assembleia geral.

2.º Dirigir os trabalhos da assembleia e fazer cumprir e respeitar a lei.

3.º Rubricar todos os livros da associação e assinar os respectivos termos de abertura e de encerramento.

4.º Dar a palavra e retirá-la e fazer sair da sala das sessões, caso não queira entrar na ordem, a qualquer socio que não se sujeite ás disposições d'estes estatutos.

5.º Assinar as actas depois de approvadas, dar posse aos associados eleitos ou nomeados e referendar-lhes os diplomas.

6.º Manter na discussão a ordem e o respeito da associação e encaminhar imparcialmente as discussões e todos os trabalhos.

Art. 78.º Pertence ao primeiro secretario:

1.º Redigir, assinar e registar as actas no livro competente.

2.º Prover a todo o expediente da mesa.

Art. 79.º Pertence ao segundo secretario auxiliar o primeiro quando o serviço o exija e lhe seja determinado pelo presidente.

Art. 80.º A posse dos cargos para que os socios forem eleitos será dada no prazo de oito dias depois da data do officio da nomeação.

§ unico. Para este effecto a mesa designará nos respectivos officios o dia que o presidente julgar conveniente para a posse.

Art. 81.º As deliberações das assembleias geraes serão sempre respeitadas pelos corpos gerentes e só podem ser annulladas em assembleia extraordinaria, e por um numero de votos equivalente ao triplo do dos socios presentes na assembleia em que a deliberação for tomada.

CAPITULO XI

Direcção

Art. 82.º A direcção será composta de um presidente, um thesoureiro, um secretario e dois vogaes eleitos em reunião de assembleia geral.

§ 1.º Nas faltas e impedimentos de qualquer dos membros da direcção, serão respectivamente substituidos pelos mais votados para os mesmos cargos na mesma eleição.

§ 2.º A eleição dos membros da direcção será feita annualmente sem prejuizo de revogabilidade de mandato, sempre que a assembleia o julgue conveniente e nos termos do § 1.º do artigo 69.º e § 2.º do artigo 75.º

§ 3.º As direcções serão sempre compostas de um ou dois membros da direcção transacta se for possivel.

Art. 83.º Os membros da direcção não contraem obrigação alguma pessoal ou solidaria pelas operações da associação; respondem porém pessoal e solidariamente para com ella e para com terceiros, pela inexecução do mandato e pela violação e preceitos da lei

§ 1.º D'esta responsabilidade são isentos os membros da direcção que não tiverem tomado parte na respectiva resolução, se a reprovarem por declaração na acta ou por qualquer outro modo autentico, logo que d'ella tenham conhecimento; os que tiverem votado contra ella, e os que tiverem protestado por qualquer modo autentico contra as deliberações da maioria antes de lhes ser exigida a competente responsabilidade.

§ 2.º É expressamente prohibido aos membros da direcção negociar directa ou indirectamente com a associação cuja gerencia lhes estiver confiada, bem como fazer por conta da associação operações alheias á respectiva administração

§ 3.º A approvação da assembleia geral aos balanços e contas da gerencia da administração liberta os membros da direcção da sua responsabilidade para com a associação decorridos que sejam seis meses, salvo provando-se que nos balanços e contas houve omissões ou indicações falsas, com o fim de dissimular o verdadeiro estado da associação.

Art. 84.º Os membros da direcção podem ser reeleitos não podendo porém os mesmos ser eleitos mais de dois annos successivos.

§ unico. Alguns membros da direcção poderão continuar na mesma quando na eleição entrem sempre em minoria.

Art. 85.º Compete á direcção:

1.º Dirigir todos os negocios da associação.

2.º Organizar os regulamentos ou instrucções que forem necessarios para a boa gerencia da associação, submettendo-os porém á approvação da assembleia geral

3.º Alugar casa apropriada para os mesteres da associação.

4.º Prover á arrecadação da receita e satisfazer todas as despesas comprovadas com os competentes recibos.

5.º Conhecer das circunstancias dos candidatos a socios.

6.º Passar diplomas aos socios e pôr o pertence nos estatutos, devendo conter as assinaturas dos membros da direcção.

7.º Nomear os empregados que julgar indispensaveis.

8.º Autorizar o pagamento dos subsidios aos socios que estiverem no pleno gozo dos seus direitos.

9.º Vigiar para que os soccorros sejam ministrados com a maxima pontualidade e exactidão.

10.º Regularizar o serviço dos visitadores de modo a serem evitadas as transgressões dos estatutos.

11.º Aplicar as penalidades em que os socios tenham incorrido.

12.º Cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamentos e deliberações legais da assembleia geral.

13.º Requerer a reunião extraordinaria da assembleia geral, quando assim o julgar necessario.

14.º Fazer-se representar sempre em maioria em todas as reuniões da assembleia geral.

15.º Apresentar á assembleia geral as propostas que julgar convenientes para a redução ou aumento dos vencimentos dos empregados, e participar as nomeações ou demissões que houver feito ou dado, e informar das transgressões que tenham sido punidas.

16.º Affixar na casa da associação um balancete trimestral, depois de approvado pelo conselho fiscal.

17.º Conservar patentes na casa da associação oito dias antes de ter lugar o que estabelece o § 2.º do artigo 69.º, os livros e documentos que lhe digam respeito, a fim de que os socios os possam examinar.

18.º Dar cumprimento ao disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 68.º

19.º Propor todos os annos á assembleia geral o quadro dos visitadores que teem de servir nesse anno.

20.º Tomar conhecimento das communicações dos visitadores sobre abusos encontrados, a fim de resolver definitivamente.

21.º Enviar á repartição do commercio e ao respectivo conselho regional, findo cada anno de gerencia, e dentro

dos tres primeiros meses do anno seguinte, copia do relatório, contas, balanço e parecer do conselho fiscal, apresentados á assembleia geral.

22.º Remetter á mesma repartição e ao respectivo conselho regional, nos prazos que forem marcados, as necessarias informações sobre a situação e gerencia da associação, conforme os modelos que lhe forem remettidos.

23.º Patentear a escrituração e mais documentos da associação aos delegados especialmente nomeados para esse fim pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria ou pelo conselho regional, sempre que assim lhe seja exigido.

24.º Ter devidamente escriturados os livros especiaes mandados organizar pelo Governo.

25.º Reunir ordinariamente todos os fins do mes para dar cumprimento ao disposto no artigo 67.º, e extraordinariamente todas as vezes que o presidente o julgue conveniente, ou quando lhe seja requerido por algum dos membros da direcção ou do conselho fiscal, devendo o officio para tal conter o motivo que der origem a esse pedido.

§ unico. Nas actas das sessões ordinarias será sempre mencionada a quantia a depositar e a que fica em poder do thesoureiro; as actas serão assinadas pelos membros da direcção e pelo delegado do conselho fiscal que assistir ás reuniões.

26.º Todas as vezes que reunir, participar ao presidente do conselho fiscal o dia e a hora da reunião para este avisar o membro que deve assistir á sessão.

Art. 86.º O thesoureiro, como primeiro responsavel, é o unico que recebe ou delega a recepção de todos os fundos da associação, pertencendo-lhe igualmente:

1.º Assinar todos os documentos que pagar e os que tiver a receber.

2.º Não pagar subsidios senão em harmonia com o n.º 11 do artigo 10.º

3.º Pagar pontualmente todas as despesas autorizadas legalmente e em presença das ordens de pagamento.

4.º Apresentar mensalmente á direcção a nota com o saldo existente em seu poder.

Art. 87.º A direcção terá sempre em vista promover e sustentar por todos os meios ao seu alcance a dignidade e interesses da associação.

Art. 88.º O secretario, logo que tomem posse os novos eleitos, participá-lo-ha ao conselho regional indicando os nomes dos eleitos e dos que tomaram posse.

CAPITULO XII

Conselho fiscal

Art. 89.º O conselho fiscal será composto de tres membros, que distribuirão entre si os cargos de presidente, secretario e relator, eleitos por tempo de um anno, pela assembleia geral, sem prejuizo de revogabilidade de mandato, sempre que a mesma assembleia o julgue conveniente.

§ unico. Os membros do conselho fiscal podem ser reeleitos, não podendo porém os mesmos ser eleitos mais de dois annos successivos.

Art. 90.º Compete ao conselho fiscal:

1.º Examinar, sempre que o julgue conveniente, e pelo menos de tres em tres meses; a escrituração da associação.

2.º Convocar a assembleia geral extraordinariamente quando o julgue necessario, exigindo-se neste caso o voto unanime do conselho.

3.º Assistir ás sessões da direcção sempre que o entenda conveniente.

4.º Fiscalizar a administração da associação, verificando frequentemente o estado da caixa.

5.º Dar parecer sobre as contas e relatório apresentado pela direcção.

6.º Nomear por escala entre os seus membros, um para assistir ás sessões da direcção quando não queira assistir na sua totalidade.

7.º Vigiar por que as disposições da lei e dos estatutos sejam observados pela direcção.

§ 1.º Nas faltas e impedimentos de qualquer dos membros substituir-se-hão em harmonia com o indicado no § 1.º do artigo 82.º para os membros da direcção.

§ 2.º A responsabilidade dos membros do conselho fiscal cessa pela mesma forma e nos prazos indicados no § 3.º do artigo 82.º para os membros da direcção

Art. 91.º As funcções dos membros do conselho fiscal são exercidas conforme o indicado no § 2.º do artigo 83.º para os membros da direcção.

Art. 92.º O secretario, logo que tomem posse os novos eleitos, participá-lo-ha ao conselho regional, indicando os nomes dos eleitos e dos que tomaram posse.

Art. 93.º O conselho fiscal reunirá as vezes que entender necessario.

Art. 94.º O conselho fiscal é considerado solidario com os actos da direcção, dos quaes não decline opportunamente a responsabilidade perante a assembleia geral e antes d'esta lhe ser exigida.

Art. 95.º O conselho fiscal deve ser consultado sobre qualquer pendencia entre os socios e a direcção, devendo esta, quando não se conforme com o opinião do conselho, levar o caso para a assembleia geral.

CAPITULO XIII

Visitadores

Art. 96.º Haverá um corpo de quatro visitadores que será presidido pelo presidente do conselho fiscal, e que terá as reuniões que forem precisas para o bom desempenho do serviço de que é incumbido.

Art. 97.º Ao corpo de visitadores pertence:

1.º Exercer a fiscalização externa dos associados que estiverem vencendo subsídio pecuniário, a fim de conhecer se elles cumprem com todos os deveres que a lei e prescrições medicas lhes impõe, dando parte á direcção das transgressões que encontrar.

2.º Verificar se quaesquer determinações da direcção teem a devida execução, e visitar de quatro em quatro dias, pelo menos, os socios doentes, ou todas as vezes que entender a bem do serviço, regularizar-lhes as papeletas na occasião da visita, e, quando o não façam, ser-lhes-ha applicada a multa de 100 réis quando não apresentem motivo justificando.

3.º Dividem o serviço entre si conforme julgarem conveniente a bem dos interesses da associação.

CAPITULO XIV

Eleições

Art. 98.º As eleições para os corpos gerentes da associação serão feitas por escrutinio secreto e pela forma seguinte:

1.º Para a mesa da assembleia geral uma lista de quatro nomes, designando adiante de cada um os respectivos cargos.

2.º Para a direcção uma lista de cinco nomes com os respectivos cargos designados.

3.º Para o concelho fiscal uma lista de tres nomes.

Art. 99.º Para a eleição de qualquer cargo exige-se sempre maioria absoluta no primeiro escrutinio, relativo no segundo e decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 100.º Todas as vezes que a assembleia geral dispensar algum socio do cargo para que haja sido eleito ou nomeado, supprir-se-ha immediatamente a vacatura por uma nova eleição, servindo durante esse tempo o socio mais votado para o mesmo cargo.

Art. 101.º A mesa da assembleia geral que presidir ás eleições officiará no prazo de dois dias aos socios eleitos, servindo-lhes esse officio de diploma para o exercicio dos mesmos corpos.

CAPITULO XV

Disposições transitórias

Art. 102.º Os socios existentes nesta data podem passar para a 1.ª classe sem pagamento de joia, fazendo o no prazo de seis meses a contar da data da approvação d'esta revisão de estatutos, e não tendo mais de 45 annos de idade.

§ 1.º Os socios que tiverem de quarenta e seis a cincoenta annos de idade, podem transitar, mas com a condição de na inhabilidade receberem os respectivos subsídios como socios de 2.ª classe, e devendo a passagem ser feita no prazo de tempo marcado neste artigo.

§ 2.º Estes socios só terão esta regalia em harmonia com o disposto nos n.ºs 1.º e 2.º e seu parágrafo do artigo 9.º

CAPITULO XVI

Disposições gerais

Art. 103.º A associação, quando o julgar opportuno, fundará uma caixa economica que se regerá por estatutos especiaes approvados pelo Governo.

§ unico. O capital da associação garantirá provisoriamente os depositos effectuados na mesma caixa, e em quanto esta não tiver criado pelos seus lucros capital proprio.

Art. 104.º Para tratar da festa, que annualmente se costuma fazer a Nossa Senhora da Conceição, será nomeada pela direcção, no dia 2 de novembro de cada anno, uma commissão especial de nove socios para tratar d'este acto religioso, e que será composta de um juiz, um secretario, um thesoureiro e seis procuradores.

§ 1.º A commissão solicitará na direcção todas as alfaías pertencentes á Senhora, e que sejam precisas para aquelle acto.

§ 2.º A festividade deverá realizar-se no dia 8 de dezembro de cada anno, podendo porém ter lugar em outra qualquer epoca se a commissão julgar mais conveniente.

§ 3.º Se algumas pessoas estranhas á associação quiserem exercer qualquer dos cargos a que se refere este artigo ser-lhes-ha dada a preferéncia, devendo porem a maioria dos individuos que compuserem a commissão ser socios.

§ 4.º Esta commissão apresentará as contas da festividade, no prazo de quinze dias, á direcção, bem como o saldo que houver; se porem houver algum deficit e a commissão requerer para lhe ser abonado, ser-lhe-ha entregue comtante que não exceda a quantia de 15.000 réis.

§ 5.º Approvadas que sejam pela direcção as contas apresentadas pela commissão cessará as funções d'esta.

Art. 105.º Todos os negocios associativos e todas as pendencias suscitadas entre os socios e os corpos gerentes serão resolvidas pela assembleia geral, unico tribunal que a associação reconhece competente para tal fim, ficando salvo o direito do recurso para os tribunaes competentes.

Art. 106.º A dissolução da associação só poderá ter lugar quando se dá algum dos casos previstos no artigo 24.º do decreto de 2 de outubro de 1896.

Art. 107.º No caso de dissolução e liquidação cumprirão as disposições dos artigos 25.º, 26.º e 27.º do mesmo decreto.

Art. 108.º Votada e realizada a liquidação será o seu producto, depois de satisfeitas todas as dividas que a associação tenha, dividido pelos socios existentes á data da dissolução, em proporção ás importancias com que tenham contribuido, depois de deduzidas aquellas que tiverem re-

cebido por subsidio e as que provierem de atraso de quotas.

Art. 109.º Os presentes estatutos só poderão ser alterados quando a experiencia e a conveniencia provadamente o exigirem.

§ unico. Para se fazerem as alterações é mestor que preceda proposta, pelo menos, de quinze socios ou de algum dos corpos gerentes, devendo nella serem indicadas e fundamentadas as mesmas alterações.

Art. 110.º Nos casos omissos, e para interpretação d'estes estatutos, regulará o decreto de 2 de outubro de 1896.

Art. 111.º Pelos presentes estatutos ficam revogados os approvados por alvará de 14 de junho de 1894.

Repartição da Propriedade Industrial

2.ª Secção

Patentes de invenção.

Aviso de pedidos

Em cumprimento do disposto no artigo 18.º do regulamento para a execução do serviço da propriedade industrial de 28 de março de 1895, e para conhecimento dos interessados, se annuncia que, nos dias abaixo designados, foram pedidas patentes de invenção pelos individuos constantes da relação que segue:

N.º 7:571.

Anastasius Sadovski, residente em Wigodda, perto de Morschestowo, Prussia Occidental, requereu, pelas duas horas e meia da tarde do dia 10 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Apparelho de engate automatico para caminhos de ferro», reivindicando o seguinte:

«Apparelho de engate automatico para caminhos de ferro caracterizado pelo facto do aparelho constar de um gancho alongado, articulado á haste de tracção e movel em todos os sentidos, tendo na frente um dente com uma superficie inclinada, com a qual se apoia contra um rolete existente no outro wagon e por intermedio d'este se pode elevar, para poder passar além de um engate existente no dito wagon e ali se pode engatar, ficando os ganchos dos dois wagons juntos um ao outro, engatando-se os dois simultaneamente nos engates oppositos, mantendo-se os ganchos na posição central por meio de molas fixas no supporte das bombas de choque, e levantando-se os ganchos para o desengate por intermedio do coentes, movidas por intermedio de um binario de alavanca e respectivas multiplicações por qualquer dos lados do wagon».

N.º 7:572.

Sociedade Badische Anilin & Soda-Fabrik, com sede em Ludwigshafen a/Rein, Allemanha, requereu, pelas quatro horas da tarde do dia 10 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Um processo para a produção do ammoniaco», reivindicando o seguinte:

1.º Um processo para a produção catalytica do ammoniaco a partir dos seus elementos, processo que consiste em substancia em utilizar com catalysadores massas de contacto que contenham alem dos elementos de grupo de ferro, oxydos, hydroxydos, sales ou outros compostos dos metaes alcalinos, alcalino-terrosos ou terrosos

2.º Uma modificação de processo reivindicado em 1, modificação que consiste em substituir os oxydo, hydroxydos, sales ou outros compostos de metaes alcalinos, alcalinos-terrosos ou terrosos por outras materias extranhas,

3.º Uma modificação de processo reivindicado em 1 e 2, modificação que consiste em substituir os elementos de grupo de ferro por outros agentes catalysadores propios para a catalysação do ammoniaco;

4.º Uma modificação do processo reivindicado em 1 e 2, modificação que consiste em substituir os metaes, oxydos, carbonatos ou outros compostos do grupo de ferro susceptiveis de se transformarem em oxydos por aquecimento, contendo estes corpos materias activas ou tendo-se sujeitado estas de antemão a um aquecimento a alta temperatura, eventualmente em presença do ar, do oxigenio ou de agentes capazes de desenvolverem ou ainda no vacuo ou n'uma atmosfera inerte, e em reduzir eventualmente as massas oxytricas obtidas;

5.º Uma modificação do processo reivindicado em 1 e 2, modificação que consiste em utilizar como catalysador o molibdeno ou seus compostos em ausencias de materias extranhas;

6.º As massas de contacto reivindicadas em 1 e 5;

7.º O ammoniaco preparado segundo os processos reivindicados em 1 e 5.

N.º 7:573.

Paul Lengemann, doutor, residente em Bremen, Allemanha, requereu, pelas quatro horas da tarde do dia 10 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Um novo calçado para pés planos», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Um novo calçado para pés planos em elasticidade longitudinal e prancha de apoio lateral, caracterizado por a prancha de apoio (b) que serve para o apoio interno da aboboda do pé ser fixa por certo numero de contrafortes estreitos (c), os quaes, atravessando por entre os pontos de costura do bordo da palmilha (d) e da sola propriamente dita (e) são applicados entre estas duas solas;

2.º Um calçado segundo o reivindicado no n.º 1, caracterizado por ao bordo de costura reforçado da palmilha estarem dispostos enfileiros que recebem em si os contrafortes (c) para evitar engrossamentos da palmilha ou a formação de rugas no couro exterior e tendões prejudiciaes nos pontos correspondentes das costuras;

3.º Um calçado segundo o reivindicado no n.º 1, caracterizado por alguns dos contrafortes (c) serem formados de tal modo que venham abaixo do calcabhar e por baixo do bordo exterior do pé, precisamente detrás da carnosidade do dedo pequeno»

N.º 7:574.

Henri Pieper, subdito belga, industrial, residente em Liege, Belgica, requereu, pelas quatro horas e meia da tarde do dia 10 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Dispositivo de governo dos eixos propulsores para vehiculos de propulsão mixta que circulam sobre carris», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Dispositivo de governo dos eixos propulsores para vehiculos com eixos radiaes, circulando sobre carris e recebendo a sua

potencia de um motor thermico, secundado por um dynamo que funciona como motor ou gerador parallelamente com uma bateria, caracterizado pela combinação de um grupo motor collocado no eixo do vehiculo e longitudinalmente com duas arvores, accionando cada uma um propulsor por meio de engrenagens;

2.º Dispositivo de propulsão segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo emprego de duas embraiagens situadas de um e outro lado do grupo motor e que permitem ligar e desligar o grupo motor e as transmissões ás rodas, fazendo-se estas manobras vantajosamente com o auxilio de um governo unico que actua simultaneamente sobre as duas embraiagens;

3.º Dispositivo de propulsão segundo a reivindicação 1, caracterizado pela posição da articulação do systema Cardan, collocada nas proximidades da vertical que passa pelo centro do bogie ou pelo eixo de oscillação dos eixos radiaes;

4.º Dispositivo de propulsão segundo as reivindicações 1 e 3, caracterizado pelo emprego de uma construção de eixos radiaes com rodas desiguales, sendo as maiores motoras e supportando uma carga inheiente maior que as rodas menores simplesmente transportadoras;

5.º Dispositivo de propulsão segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo emprego de construccões com eixos radiaes ou bogies, tendo rodas iguaes tornadas solidarias por meio de biellas de conjugamento, por tal forma que o esforço propulsor seja distribuido sobre todas as rodas do vehiculo.

N.º 7:575.

Amedeo Giorgi, gerente de uma companhia de gaz, residente em Florença, Italia, requereu pelas tres horas da tarde do dia 13 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos em lampadas de incandescencia pelo gaz, com bico invertido», declarando ser da sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Uma lampada de incandescencia pelo gaz, com bico invertido, que comprehende um ejector (c) do gaz; um tubo do bico (e); uma mola helicoidal (b) ligando o ejector com aquelle tubo; um ou mais cones (a) ajustaveis, installados entre o ejector e o tubo do bico, formando dois ou mais alimentadores do ar; e peças para defletem e afastarem os productos da combustão, dos alimentadores do ar;

2.º Uma lampada de incandescencia pelo gaz, com bico invertido, construida como se descreve na 1.ª reivindicação, e na qual o cone, ou cones, fica installado no interior da mola helicoidal;

3.º Uma lampada de incandescencia pelo gaz, com bico invertido, construida como se descreve na 1.ª reivindicação, e em que o cone, ou cones, está munido com pernos (g), ou com outras saliências appropriadas, introduzidos entre as helices da mola, por meio dos quaes se effectua o ajustamento;

4.º Uma lampada de incandescencia pelo gaz, com bico invertido, construida e funcionando da forma que se descreve e está representada nos desenhos annexos á descripção.

N.º 7:576.

Cornelius Middelthon, consul, residente em Stavanger, Noruega, requereu pela uma hora e meia da tarde do dia 14 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos nos instrumentos para o fabrico de caixas metallicas», declarando ser da sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Um instrumento para fabricar caixas metallicas (caixas de lata) de maneira que o corte, a estampagem e o corte nos bordos sejam effectuados mediante uma só operação, consistindo n'uma materia, uma anilha de pressão movel munida de um bordo cortante, exterior á dita matiz e um cortante annular, exterior e fixo, achando-se estas tres peças montadas sobre a estampa inferior, em combinação com uma anilha de pressão movel, um cortante annular fixo dentro da dita anilha e uma placa expulsora interior ao cortante, achando-se estas tres peças montadas sobre a estampa superior da machina;

2.º O dispositivo que consta no facto da anilha movel repousar sobre peças montadas sobre um disco que, por seu turno, repousa sobre uma parte que recebe a pressão de uma mola poderosa, sendo o movimento do disco limitado por um parafuso ou um orgão tendo o mesmo effecto, fixado sobre a haste conductoras.

N.º 7:577.

Manuel Ferreira Barata, proprietario, residente em Escallos de Baixo, Castello Branco, requereu, pelas duas horas da tarde do dia 14 de dezembro de 1910, patente de invenção, para: «Um aparelho de segurança contra roubos», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Um aparelho de segurança contra roubos que é constituido por duas peças metallicas A e B, unidas por meio de articulação de cadeia C, sendo uma d'aquellas peças A, construida de forma que quando for aberta a porta ou janella onde se acha applicada, dobrar-se-ha sobre a outra peça ou chapa B, destravando as duas ou só uma das hastes D e E, que se acham em comunicação com um aparelho electrico de alarme por meio de luz ou campainha, sendo estas duas hastes articuladas para o mesmo lado ou em sentido contrario. Uma mola helicoidal F, adaptada nas peças A e B, do aparelho e que passa sobre a articulação das mesmas, serve para obrigar a parte movel A a cair com maior rapidez sobre a parte fixa B, e sobre as duas hastes D e E dos contactos electricos».

N.º 7:578.

Peter Burd Jagger, engenheiro, residente em Carlton Studios, Carlton Vale, Maida Vame, Londres, requereu, pela quatro horas da tarde do dia 15 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos em travessas de beton para vias ferreas», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Um processo para fixar os carris ou os coxins ás travessas de beton, caracterizado por orificios com as paredes reforçadas com metal, formadas na travessa, nos quaes se introduzem casquilhos ou cavilhas ócas de madeira, com diametro superior ao dos orificios, de maneira a ficarem comprimidos lateralmente de fóra para dentro, e n'estes orificios dos casquilhos, introduzem-se ou aparafusam-se as peças de fixação, parafusos ou equivalentes, roscaadas ou lisas, mas com diametro um pouco maior do que o canal ligeiramente apertado que atravessa os casquilhos, e por esta forma os ultimos são ainda mais apertados lateralmente, de dentro para fóra;

2.º Um processo em harmonia com a 1.ª reivindicação para fixar os carris ou os coxins ás travessas de beton, caracterizado pelo facto de os orificios com as paredes reforçadas com metal atravessarem completamente o beton».

N.º 7:579.

Pascal Frigola Carnana (Barão de Ruaya), subdito hespanhol, residente em Madrid, Hespanha, requereu, pelas quatro horas e meia da tarde do dia 15 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Apparelho indicador-signalizador de velocidade, para carruagens automoveis», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

- 1.º Um mecanismo indicador de velocidade, formado por uma roda de um mecanismo de rel-journa, que deslocando-se periodicamente pelos dentes da dita roda, produz escapos instantaneos periodicos de uma roda que contém um ponteiro indicador que percorre um mostrador, sendo a dita roda accionada por systemas de engrenagem, manobradas por uma transmissão flexivel que comunica com as rodas de um automovel em redução de velocidade.
- 2.º Mechanismos e avisadores compostos de molas accionadas por engrenagens movidas pelo vehiculo em redução de velocidade, e ligados aos eixos dos signaes opticos ou sonoros, cujas molas produzem escapos, pela acção sobre a detenção da roda que contém o ponteiro indicador de velocidade, quando uma velocidade determinada for excedida.
- 3.º O dispositivo constituido por rodas de engrenagem com desembrayagens automaticas e alavancas de detenção que actuam sobre as molas dos escapos avisadores designados acima.
- 4.º Os mecanismos avisadores compostos de rodas de engrenagem de molas, de discos com entalhes e alavancas, as quaes sendo accionadas por um regulador de força centrífuga, produzem um escaço que faz funcionar as molas que põem em movimento signaes opticos ou acusticos, indicando que o vehiculo excede uma velocidade determinada.
- 5.º Um aparelho indicador-signalizador de velocidade, tal como descripto na presente memoria e representado no desejo junto.

N.º 7:580.

Reginald Vandeeze Farnham, engenheiro, residente em Audley End, Skelmorlie, Ayrshire, Escocia, requereu, pelas tres horas da tarde do dia 16 de dezembro de 1910, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos em geradores de gaz», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

- 1.º Um gerador de gaz, que comprehende uma grelha movel verticalmente, destinada a comprimir o combustivel, comprindo com um suporte movel horizontalmente, e um mecanismo de ligação reciproca, disposto essencialmente como se descreve, para accionar a grelha e aquelle suporte, como se descreve.
- 2.º As disposições que se descrevem para satuar com vapor o ar alimentado, em um gerador de gaz, como se descrevem.
- 3.º Uma construção aperfeiçoada de grelhas, como se descreve.
- 4.º Uma disposição para isolar do pó e das cinzas os machismos de elevar e de baixar a grelha, como se descreve.
- 5.º Um gerador de gaz, como se descreve e está representado nos desenhos.

N.º 7:581.

Whitehead & Co., fabricantes de torpedos, com sôde em Fiume, Hungria, requereram, pelas quatro horas e meia da tarde do dia 16 de dezembro de 1910 patente de invenção para: «Mechanismo de percussão para torpedos automoveis», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindicam:

- 1.º Um mecanismo de percussão para torpedos automoveis, caracterizado pelo facto do percutor *h*, atarrachado a um embolo *x* movel num cilindro *t*, estar supportado na posição de armado pelo dente *5* de uma alavanca *6* ligada a uma outra alavanca *8*, de cuja extremidade está suspenso, por meio das bastes *11* e *13*, um pendulo *10* immobilizado na posição de repouso por uma alavanca *15* submettida á acção de uma mola *19* a fim de produzir o destravamento do percutor pelo choque do torpedo contra um obstaculo, qualquer que seja o angulo sob o qual este torpedo bata no alvo.
- 2.º Uma forma de execução da disposição reivindicada em 1, caracterizada pelo facto da ponta *v* do percutor, na posição de repouso, estar alojada dentro de um embolo *x* supportado pelo dente *5* que termina uma das alavancas *6* do systema articulado, a fim de evitar, no caso de destravamento accidental de percutor, que a sua ponta possa ferir a capsula.
- 3.º Uma forma de execução da disposição reivindicada em 1, caracterizada pelo facto do pendulo *10*, na posição de repouso, ser mantido immovel por meio de uma alavanca *15* submettida á pressão de uma mola *19*, a qual alavanca termina por um dente *16* que fica saliente dentro do cilindro *t* que contém o percutor e que pode ser abaixado, durante o andar do percutor, por uma porca movel *y* a fim de tornar livre o pendulo.
- 4.º A disposição para armado do mecanismo de percussão do torpedo, caracterizada pelo facto do veio *a* do propulsor *b*, que, por meio de um mecanismo apropriado, arma o percutor *h*, em vez de estar collocado no eixo longitudinal do torpedo, está disposto fora d'este eixo numa posição tal que, na occasião do carregamento do torpedo, a parede interior do tubo de lançamento constitua um obstaculo á rotação d'este propulsor, a fim de se obter uma disposição de segurança e de se poder augmentar o comprimento util bem como o effeito destruidor do torpedo.
- 5.º Uma disposição segundo a reivindicação 1, caracterizada pelo facto da cavilha usual de segurança *r* estar disposta, não á frente do propulsor *b*, mas na parte posterior do veio d'este propulsor, a fim de obrigar o servente a retirar esta cavilha antes de terminarem o carregamento e de garantir assim que o propulsor *b*, não fique immobilizado durante a marcha do torpedo.
- 6.º Uma disposição, segundo a reivindicação 2, caracterizada por uma manga *n* com movimento de translação e não de rotação collocada no veio *a* do propulsor, destinada, depois da cavilha de segurança *r* ter sido retirada e de se ter feito girar á mão o veio do propulsor, a tapar o orificio de entrada da cavilha, a fim de se impedir que o percutor possa ser armado por malevolencia.

Da data da publicação do terceiro aviso, começa a contar-se o prazo de tres meses para reclamações de quem se julgar prejudicado pelas patentes pedidas.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 17 de dezembro de 1910 — O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Direcção Geral da Agricultura

Repartição dos Serviços Agronomicos

Para os devidos effeitos se declara que na data abaixo designada se effectuou o seguinte despacho:

Em 19 de dezembro de 1910:

Autorizando a firma commercial fabricante de farinha matriculada **Eduardo Conceição Silva & Irmão** a exercer a sua industria durante um anno na fabrica da Es-

trella, da Nova Companhia Nacional de Moagem, emquanto procede á reconstrução da sua fabrica da Rua de S. Joaquim, ao Calvario, que foi destruida por um incendio.

Direcção Geral da Agricultura, em 20 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *Joaquim Pedro da Assumpção Rasteiro*.

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte.

Artigo 1.º É autorizada a Camara Municipal de Grandola a applicar do fundo da viação, até a quantia de réis 6:200,5000, ás expropriações necessarias para a construção da linha do Sado, dentro do concelho

Art. 2.º É revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros do Interior e do Fomento o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 17 de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* = *Afonso Costa* = *José Relvas* = *Antonio Xavier Correia Barreto* = *Amaro Justiniano de Azevedo Gomes* = *Bernardino Machado* = *Manuel de Brito Camacho*.

Caixa de Reformas e Soccorros do Pessoal Jornaleiro dos Serviços Telegrapho-Postaes

Annuncia-se em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Maria Rosã Dias o pagamento do que ficou em divida a seu fallecido marido Manuel Ferreira, que era servente jornaleiro dos correios de Lisboa, a fim de que qualquer pessoa que tambem se julgue com direito áquelle pagamento ou a parte d'elle, requiera por esta Caixa dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Secretaria da Caixa de Reformas e Soccorros do Pessoal Jornaleiro dos Serviços Telegrapho-Postaes, em 21 de dezembro de 1910. — O Presidente da Comissão Administrativa, *J. M. Pinheiro e Silva*.

TRIBUNAES

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tabella dos feitos que são de ser julgados na sessão de 3 de janeiro de 1911

Revistas civeis

N.º 34:280 — Relator o Ex.ºm Juiz Poças Falcão — Autos civeis vindos da Relação de Moçambique, recorrente José Francisco Isidoro Salvador Pinho, recorrida a Filial do Banco Nacional Ultramarino. Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Silva Matos, Ferreira da Cunha, Pinto Ribeiro, Silva

N.º 34:226 — Relator o Ex.ºm Juiz Pinto Ribeiro — Autos civeis vindos da Relação do Porto, recorrente a Camara Municipal do Porto, recorridos Hughes & Lancaster e Ministerio Publico Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Silva, Serpa, Dias de Oliveira, E. J. Coelho.

N.º 34:627 — Relator o Ex.ºm Juiz Pinto Ribeiro — Autos civeis vindos da Relação do Porto, recorrentes Maria Alves Ferreira, seu marido e outros, recorridos Delфина Alves Ferreira Neves e marido. Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Silva, Serpa, Dias de Oliveira, E. J. Coelho.

Revista commercial

N.º 34:461 — Relator o Ex.ºm Juiz Poças Falcão — Autos commerciaes vindos da Relação de Lisboa, recorrente Thomás Octavio Shaddick, recorrido Manuel Gonçalves. Vistos dos Ex.ºms Juizes, relator, Pinto Ribeiro, Silva, Serpa, Dias de Oliveira. Advogado do recorrente Dr Franco de Castro, advogado do recorrido Dr. Frederico dos Santos Martins.

Embargos

N.º 33:792 — Relator o Ex.ºm Juiz Dias de Oliveira — Autos civeis vindos da Relação de Lisboa, primeiro embargante a Camara Municipal do Funchal, segundos embargantes Luis da Rocha Machado e mulher. Vistos dos Ex.ºms Juizes, relator, Pinto Ribeiro, Silva, Serpa, E. J. Coelho.

N.º 33:453 — Relator o Ex.ºm Juiz E. J. Coelho — Autos civeis vindos da Relação de Moçambique, embargante Antonio Ferreira, embargados João de Mendonça e outros. Vistos dos Ex.ºms Juizes, relator, Poças Falcão, Pinto Ribeiro, Silva, Serpa.

N.º 33:968 — Relator o Ex.ºm Juiz Poças Falcão — Autos civeis vindos da Relação do Porto, embargantes Manuel Moreira Machado e outros, embargados Bernardino da Costa e Sá, mulher e outros e o Ministerio Publico. Vistos dos Ex.ºms Juizes, relator, Sebastião de Albuquerque (Visconde do Ervedal da Beira), Pinto Ribeiro, Serpa, E. J. Coelho.

Aggravo cível

N.º 34:701 — Relator o Ex.ºm Juiz Pinto Ribeiro — Autos civeis de aggravo vindos da Relação de Nova Goa, aggravaes Balcrisna Nilconta Sinay Dessay, aggravaes Narana Atmarama Porobo e outros. Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Silva Serpa.

Conflicto de Jurisdição

N.º 13:379 — Relator o Ex.ºm Juiz Poças Falcão — Autos crimes de conflicto negativo de jurisdição entre o juizo de direito da comarca de Espouende e as justizas da 3.ª divisão militar, requerente o delegado do procurador da Republica na comarca de Espouende. Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Pinto Ribeiro, Silva.

N.º 34:339 — Relator o Ex.ºm Juiz Pinto Ribeiro — Autos civeis de conflicto positivo de jurisdição entre o juizo de direito da comarca de Arcos de Valdevez e o da 1.ª vara da comarca de Lisboa, requerente o delegado do procurador da Republica na comarca de Arcos de Valdevez. Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Silva, Serpa.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, 20 de dezembro de 1910 — O Secretario e Director Geral, *José de Barros Mendes de Abreu*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção Geral

3.ª Repartição

No processo de recurso interposto pelos vogaes da Junta de Parochia da freguesia de Moure, concelho de Barcellos, districto de Braga, contra o accordão da respectiva commissão districtal que julgou as contas da mesma junta dos annos de 1903 e 1904, foi proferido o accordão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no Tribunal de Contas.

Visto o presente processo de recurso em que são recorrentes Padre José Gomes Ferreira, Manuel Gomes Ferreira e José Joaquim Simões, presidentes e vogaes que foram da Junta de Parochia da freguesia de Moure, concelho de Barcellos, e é recorrida a Commissão Districtal de Braga

Mostra-se que sendo presentes á commissão recorrida as contas dos annos de 1903 e 1904 da Junta de Parochia de Moure, prestadas pelos recorrentes como presidente e vogaes da mesma Junta, a commissão as julgou por seu accordão provisorio de 27 de novembro de 1905 condemnando os recorrentes em 350,5000 réis recebidos de João José Barbosa que em si retinham, pertencentes ao legado de José Bento da Costa, ficando reposto o capital do legado na importancia de 1:502,805 réis;

Mostra-se que contra este accordão, na parte em que os condemnou a entregarem a referida quantia de 350,5000 réis reclamaram os recorrentes perante a commissão recorrida allegando que essa quantia fôra por elles recebida, — que isso fôra consignado na acta que para esse fim mandaram lavrar e na qual declararam que tomavam a responsabilidade d'esse dinheiro e por elle pagariam juros até que fosse mutuado por escrituras de mutuo ao mesmo legado, mas que essa importancia entrava no cofre da Junta, e estava comprehendida na totalidade nos fundos do legado, que em capitães e titulos de mutuo fôra por elles entregue, como se via das contas do anno de 1904;

Mostra-se que a commissão recorrida desattendeu a reclamação dos recorrentes, e por seu accordão definitivo de 28 de novembro de 1906 confirmou a condemnação imposta aos mesmos no accordão provisorio, com o fundamento de que os 350,5000 réis que elles tinham recebido, e pertencentes ao legado nunca mais foram mutuados e continuavam sempre desviados do cofre da Junta, e que se assim não fosse das actas constaria o seu emprego ou a sua reposição e restituição; e que portanto a condemnação não era mais do que uma restituição do que andava distraido do cofre da Junta e pertencente ao legado que esta administrava;

É d'este accordão que vem o presente recurso a que a commissão recorrida não ajuntou nem documentos, nem allegações;

Mostra-se allegarem os recorrentes que o legado deixado por José Bento da Costa só foi entregue á administração da Junta de Parochia em 16 de maio de 1898 e que a sua importancia era de 1:152,805 réis, em dinheiro, e em titulos de mutuo, e que foi essa mesma quantia que os recorrentes entregaram ao findar a sua gerencia, como pelas respectivas contas se mostrava; que os 350,5000 réis recebidos de João José Barbosa foram com effeito entregues aos recorrentes, que por elles se responsabilizaram, mas que essa importancia não fôra distraida e tornara a entrar nos fundos do legado, como se conhecia pelas contas onde o legado figurava por uma quantia igual á quella que tinha quando foi entregue á administração da Junta;

Mostra-se que no processo existem os documentos comprovativos de todas as allegações.

O que tudo visto e tendo ouvido o Ministerio Publico: Considerando que o presente recurso é interposto do accordão definitivo, proferido pela Commissão Districtal no julgamento das contas dos annos de 1903 e 1904 da Junta de Parochia da freguesia de Moure, e na parte somente em que os recorrentes foram condemnados a repor no cofre a quantia de 360,5000 réis pertencentes ao legado de José Bento da Costa e recebidos de João José Barbosa;

Considerando que o fundamento que a commissão recorrida invocou para condemnar os recorrentes foi o facto d'elles terem recebido a quantia de que se trata, proveniente de remissão de duas escrituras de mutuo pertencentes ao legado, de terem consignado em uma acta por elles assinada que por ella se responsabilizavam, e de não terem declarado a applicação que lhe deram;

Considerando que o legado deixado por José Bento da Costa e que em 16 de maio de 1898 possuiu para a administração da Junta de Parochia era da quantia de réis 1:152,805, em escrituras de mutuo 861,5000 réis e em dinheiro 291,805 réis, e que essa mesma quantia foi en-

treque no fim da gerencia á Junta successora, sendo em capital mutuado 5615000 réis e em dinheiro 5915805 réis:

Considerando que o facto de os recorrentes terem recebido da remissão de capitães pertencentes ao legado a quantia de 3505000 réis, de se responsabilizarem por elles e os guardarem em seu poder até lhes darem applicação, embora abusivo e illegal não trouxe desfalque aos fundos do legado, antes se mostra que essa quantia tornou a entrar para os mesmos fundos, pois se assim não fosse ella havia de faltar na importancia total do legado que foi entregue pelos recorrentes no fim da sua gerencia;

Considerando que todas e quaesquer allegações devem ceder perante a verdade dos factos demonstrada por documentos, e que por estes se mostra a evidencia que o legado de José Bento da Costa quando foi entregue á administração da Junta de Parochia era de 1:1525805 réis e que esta mesma quantia foi entregue no fim da sua gerencia pela junta, de que faziam parte os recorrentes aquella que lhe succedeu: o que prova que nenhum desfalque nem desvio houve nos fundos do mesmo legado;

Nestes termos: Não havendo fundamento legal para a condemnação dos recorrentes, dão provimento no recurso e revogam o accordo recorrido na parte em que condemnou os recorrentes a reporem no cofre a quantia de 3505000 réis.

Laboa, 13 de dezembro de 1910. = Gouveia Osorio = Villa Mondo = Arroyo = Abel de Andrade = Gouveia Valladares — Fui presente: Antonio Macieira.

Está conforme. — 3.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 20 de dezembro de 1910. = Paulo de Azevedo Chaves, Chefe de Repartição.

No processo de recurso interposto por Antonio Rodrigues Paula, representante de um fallecido vogal da Junta de Parochia da freguesia de Longos Valles, districto de Vienna do Castello, do accordo da respectiva Commissão Districtal que julgou as contas da mesma junta relativas aos annos de 1887, 1888 e 1889, foi proferido o accordo do teor seguinte:

Accordam os conselho no Tribunal de Contas: Visto este processo, em que Antonio Rodrigues Paula, na qualidade de representante de seu fallecido pai Manuel Rodrigues Paula, vogal que foi da Junta de Parochia de Longos Valles, concelho de Monção, em 1887, 1888 e 1889, pede que seja revogado o accordo, fl. 78, da commissão districtal;

Mostra-se que o accordo recorrido é definitivo, por ser proferido sobre a reclamação feita contra o accordo, fl. 15, e foi interposto no prazo legal;

Mostra-se que pelo accordo provisorio, fl. 15, foram os gerentes dos tres annos referidos condemnados a entregar nos seus successores da Junta de 1900, a quantia de 5025127 réis, importancia das receitas cobradas, por não se ter mostrado que foi legalmente despendida;

Mostra-se que pelo accordo recorrido, fl. 78, foi aquella importancia reduzida a 1945827 réis, visto a Commissão Districtal mandar deduzir 3085100 réis de despesas documentadas; e

Considerando que o recorrente instruiu a minuta do recurso, fl. 85, com o documento, fl. 88, provando que os vogaes da Junta que serviram em 1889 entregaram nos da gerencia seguinte, entre papeis representativos do capital, dinheiro e outros valores, quantia superior á de 1945827 réis em que tinha sido fixada, no accordo recorrido a sua condemnação.

O que tudo visto, e tendo ouvido o Ministerio Publico; Dão provimento ao recurso revogando o accordo recorrido, na parte que condemna os gerentes da Junta de Parochia de Longos Valles, dos annos de 1887, 1888 e 1889, a entregar nos da Junta successora de 1900, a quantia de 1945827 réis.

Tribunal de Contas, 13 de dezembro de 1910. = Gouveia Valladares = A. Hintze Ribeiro = Dias Costa — Fui presente, Antonio Macieira.

Está conforme. — 3.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 20 de dezembro de 1910. = Paulo de Azevedo Chaves, Chefe de Repartição.

No processo da Santa Casa da Misericordia de Viseu, de 1 de julho de 1907 a 30 de junho de 1908, foi proferido o accordo do teor seguinte:

Accordam os do Conselho no Tribunal de Contas. Visto o relatório de fl. 1 e o ajustamento de fl. 2, organizado em presença dos documentos justificativos da responsabilidade da Santa Casa da Misericordia de Viseu, constituída pelos cidadãos indicados a fl. 2 verso, no periodo decorrido desde 1 de julho de 1907 até 30 de junho de 1908;

Vistas as leis e mais disposições em vigor: Considerando achar-se provado que o debito mencionado responsavel importa em réis..... 31:3476126 o credito em réis..... 31.1325634 e o saldo em réis..... 2145492

nas especies designadas no referido ajustamento que depois de devidamente rubricado pelo signatario relator fica fazendo parte integrante d'este accordo:

Julgam os responsaveis indicados a fl. 2 verso, que constituam a mesa da Santa Casa da Misericordia de Viseu, quizes pela sua gerencia no periodo decorrido desde 1 de julho de 1907 a 30 de junho de 1908, devendo responder

na conta seguinte pelo saldo de 2145492 réis que neste se lhe abona

Mas, considerando que a mesa da Santa Casa da Misericordia de Viseu dispendeu com a sopa economica réis 1485260 a mais, da verba autorizada no respectivo orçamento, condemnam os gerentes responsaveis na multa de 105000 réis, nos termos do Codigo Administrativo de 1906, artigo 407.º, do Codigo Administrativo de 1878, artigo 364.º e do regimento de 30 de agosto de 1886, artigo 232.º, § 3.º

Tribunal de Contas, 22 de novembro de 1910. = Abel Andrade = G. Osorio (Villa Mondo) = Arroyo = Gouveia Valladares = Fui presente, Antonio Macieira.

Está conforme. — 3.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 20 de dezembro de 1910. = Paulo de Azevedo Chaves, chefe de repartição.

4.ª Repartição

Por lapso foi incluído na relação dos processos julgados na sessão de 20 de dezembro corrente o da responsabilidade do pagador da Direcção das Obras Publicas do districto de Aveiro e encarregado de diversos pagamentos, de 1 de julho de 1897 a 11 de novembro de 1901.

4.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 21 de dezembro de 1910. = Francisco Augusto Soares Branco.

TRIBUNAL SUPERIOR DO CONTENCIOSO TECNICO ADUANEIRO

N.º 314

Accordam os do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro:

Visto o recurso interposto por Grijó & C.ª, do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro, que confirmou o accordo do tribunal de 1.ª instancia, relativo á tributação de um «batonte» para tear de fitas, pedido a despacho na alfandega do Porto, pelo bilhete n.º 3:309, da delegação do Pinheiro, e importado de Huelva pela via ferrea, em duas caixas com endereço e n.ºs 10 a 11, contramarca 535/910;

Vista a resolução do Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª Instancia, junto da referida alfandega;

Visto o desenho que acompanhou o recurso;

Visto o despacho de que se recorre;

Vista a instrução do processo, nos termos do decreto n.º 2, com força de lei, datado de 27 de setembro de 1894;

Vista a informação da Inspeção do Serviço Technico Aduaneiro;

Visto o parecer do relator;

Vistos os artigos 174.º, n.º 1, e 192.º do decreto citado;

Mostrando-se do processo que o verificador do despacho tributou os artefactos, de que se trata, pelo artigo 444.º da pauta como «madeira em obra... envernizada», com o que não se conformou o importador e por isso foi o mesmo processo presente ao Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª Instancia;

Mostrando-se tambem que o dito tribunal confirmou, por unanimidade de votos, a referida classificação pautal, por entender que os artefactos questionados, sendo destinados a completar um tear de fitas, são evidentemente peças separadas d'esse tear, e, portanto, tributaveis como obra da respectiva materia;

Mostrando-se igualmente, que da resolução do tribunal de 1.ª instancia recorre o importador, allegando que os «batontes» applicaveis a teares de fitas, embora não acompanhem estes, devem ser considerados aparelhos completos e compreendidos no artigo 372.º da pauta;

Mostrando-se ainda, que a Inspeção Geral do Serviço Technico mandou seguir o despacho, nos termos do accordo do tribunal de 1.ª instancia, tributando-se os artefactos, a que o processo se refere, pelo artigo 444.º da pauta «madeira em obra de moveis ou outros objectos... envernizados...», conforme a resolução do Tribunal Superior do Contencioso Technico sobre consulta da mesma Inspeção Geral e porque os referidos artefactos como «peças de machinas industriaes» que são, devem ser considerados como obra da materia que os constitue, de conformidade com as disposições pautaes que regulam a classificação das mesmas peças;

Mostrando-se mais, que do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico recorre o importador;

Mostrando-se finalmente, que a Inspeção Geral do Serviço Technico informa manter o seu despacho pelos motivos nelle apontados e por ser conforme a resolução do Tribunal Superior do Contencioso Technico;

Considerando que, nos termos estabelecidos no artigo 25.º das instrucções preliminares da pauta, é necessario que as machinas e aparelhos estejam completos para poderem gozar da classificação especial mencionada no artigo 372;

Considerando que os «batontes», que originaram a presente contestação, importados isoladamente dos teares a que se destinam, não são manifestamente aparelhos completos mas simples peças ou órgãos dos mesmos aparelhos;

Considerando que, segundo as disposições consignadas no indice remissivo e explicativo da pauta das alfandegas, as peças de machinas industriaes não especificadas são tributaveis segundo o regime correspondente ás obras da materia de que são feitas;

Denegar provimento ao recurso e resolvem confirmar, para os devidos effeitos, o despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico.

Em sessão do Tribunal Superior do Contencioso Te-

chnico Aduaneiro, de 25 de novembro de 1910 = Presentes os vogaes, Cabret de Magalhães, presidente = Ferreira de Mesquita = João Ulrich = Sá Carneiro = Manuel dos Santos = Frade de Almeida, relator.

Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro, em 6 de dezembro de 1910. = J. P. de Sá Carneiro.

Está conforme. — Secretaria do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, em 19 de dezembro de 1910. = Ferreira de Mesquita.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE AGUEDA

Pelo juizo de direito da comarca de Agueda e cartorio do escrivão abaixo assinado correm editos de sessenta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio no Diario do Governo, citando o refractario Simão, filho de Antonio Castro Rodrigues e de Maria Rita da Silva, da freguesia da Castanheira de Vouga, mas ausente em parte incerta, para no prazo de dez dias que começa a contar-se oito dias depois de terminado o prazo dos editos, pagar á Fazenda Nacional a quantia de réis 3005000, como refractario ao serviço militar, ou para dentro do mesmo prazo nomear á penhora bens sufficientes para pagamento da referida quantia, sob pena de se devolver esse direito ao Ministerio Publico que é quem promove a respectiva execução, seguindo esta os demais termos, na forma do disposto no artigo 173.º do regulamento de 24 de dezembro de 1901.

Agueda, 16 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Fernando Ayres da Costa.

Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, Albergaria.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE THOMAR

Faz-se publico que no juizo de direito d'esta comarca e pelo cartorio do escrivão do primeiro officio, Ernesto Rebelo, correm editos de dez dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando todas as pessoas que se julgarem com direito ao terreno expropriado amigavelmente pela Direcção das Obras Publicas do districto de Santarem, para construção do lanço da estrada de serviço de Santa Citta (estrada real n.º 51) ao apeadeiro da Lamosa, comprehendido entre a Gueneira e o mesmo apeadeiro, para que o venham deduzir dentro do referido prazo findo o qual, não havendo reclamação, será o mesmo terreno adjudicado, livre e desembaraçado, á Direcção das Obras Publicas já referida, sendo o producto da expropriação, que se acha depositado na Caixa Geral de Depósitos, levantado como indemnização pelos expropriados.

O referido terreno foi expropriado aos seguintes proprietarios:

A Manuel Vicente e mulher Maria da Conceição, da Curvaceira Pequena, freguesia de Payalvo, d'esta comarca, 150 metros quadrados de terreno e uma oliveira, entre os perfis 265 e 267, que corresponde á parte do n.º 36 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Curvaceira Pequena, expropriados pela quantia de 255000 réis e ficando para os expropriados a arvore, depois de arrancada.

A Rosa da Conceição, viuva, da Curvaceira Pequena, dita freguesia de Payalvo, 278 metros quadrados de terreno, tres oliveiras e uma tanxoeira, entre os perfis 263 e 265, para construção do lanço acima referido, o que corresponde á parte n.º 35 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Curvaceira Pequena, expropriados pela quantia de 458000 réis e ficando para a vendedora as arvores, depois de arrancadas.

A Anna da Conceição, viuva, moradora no dito lugar da Curvaceira Pequena, 224 metros quadrados de terreno, duas oliveiras e uma figueira, para construção do lanço acima referido, entre os perfis n.ºs 262 e 263, o que corresponde á parte n.º 35 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada, no sitio da Curvaceira Pequena, expropriados pela quantia de réis 355000 e ficando para a vendedora as arvores, depois de arrancadas.

A Manuel Lopes Braga e mulher Maria da Nazareth, moradores no dito lugar da Curvaceira Pequena, 255 metros quadrados de terreno e duas oliveiras para a construção do lanço acima referido, entre os perfis 260 e 262, o que corresponde aos n.ºs 33 e 34 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Curvaceira Pequena, expropriados pela quantia de 305000 réis e ficando para os vendedores as arvores, depois de arrancadas.

A João Matias e mulher Anna da Conceição, residentes no dito lugar da Curvaceira Pequena, 56 metros quadrados de terreno e uma oliveira, para a construção do lanço acima referido, entre os perfis 259 e 260, o que corresponde no n.º 31 da planta parcelar comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Curvaceira Pequena, expropriados pela quantia de 85000 réis e ficando para os vendedores as arvores, depois de arrancadas.

A José da Fonseca e mulher Maria da Conceição, residentes no dito lugar da Curvaceira Pequena, 240 metros quadrados de terreno, uma oliveira e parte de uma casa para construção do lanço acima referido entre os perfis 257 e 260, o que corresponde aos n.ºs 30 e 32 da planta parcelar e comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Curvaceira Pequena, expropriados pela quantia de 865000 réis, ficando para os vendedores a ar-

vore depois de arrancada e todos os materiaes saídos da demolição da casa, podendo ainda os mesmos vendedores abrir os vãos necessarios, para o lado da estrada, na construcção da mesma casa.

A Francisco Ribeiro, viuvo, residente no dito logar da Curvaceira Pequena, 678 metros quadrados de terreno, sete oliveiras e tres figueiras, para a construcção do lanço acima referido entre os perfis 244 e 256 o que corresponde aos n.ºs 28 e 29 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio do Casal Pontão, expropriados pela quantia de 69\$500 réis e ficando para o vendedor as arvores, depois de arrancadas, e bem assim o caminho velho que entesta com a sua propriedade.

A João de Sousa Gonçalves e mulher Gerarda da Conceição, residentes no logar do Carrascal, dita freguesia de Paialvo, duas oliveiras para a construcção do lanço acima referido entre os perfis 236 e 237 o que corresponde ao n.º 27 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Fonte de Cima, expropriadas por 6\$000 réis e ficando para os vendedores as arvores, depois de arrancadas.

A José Bernardo e mulher Julia Maria, residentes no logar da Curvaceira Grande, freguesia dita de Paialvo, 174 metros quadrados de terreno, dois poços e parte de uma figueira, para a construcção do lanço acima referido entre os perfis 231 e 234, o que corresponde ao n.º 24 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Fonte de Cima, e expropriados pela quantia de 23\$000 réis.

A Antonio Lopes Boavista e mulher Anna Nunes da Conceição Boavista, residentes no dito logar das Curvaceiras Grandes, 669 metros quadrados de terreno, quatro oliveiras e duas tanxoeiras, para a construcção do lanço acima referido entre os perfis 223 e 241 o que corresponde ao n.º 23 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Fonte de Cima, expropriados pela quantia de 60\$000 réis e ficando para os vendedores as arvores, depois de arrancadas, e bem assim a estrada velha que entesta com a sua propriedade.

A Joaquim Nunes Filipo e mulher Maria Luciana, residentes no já referido logar da Curvaceira Pequena, 861 metros quadrados de terreno, quatro oliveiras e uma tanxoeira para a construcção do lanço acima referido, entre os perfis 234 e 243, o que comprehende o n.º 25 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Fonte de Cima, expropriados pela quantia de 55\$000 réis e ficando para os vendedores as arvores, depois de arrancadas.

A Francisco Lopes e mulher Maria da Nazareth Mendes, residentes no já referido logar das Curvaceiras Grandes, 390 metros quadrados de terreno, para a construcção do lanço acima referido entre os perfis 166 e 172, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Charruada, expropriado pela quantia de 3\$000 réis.

A José Rodrigues Monteiro e mulher Maria do Espirito Santo, residentes no logar do Outeiro das Eiras, freguesia de Paialvo, já referida, 160 metros quadrados de terreno para a construcção do lanço acima referido entre os perfis 172 e 178, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio da Charruada, expropriados pela quantia de 2\$500 réis.

A João Martins e mulher Maria José, de Carrazede, dita freguesia de Paialvo, 180 metros quadrados de terreno para a construcção do lanço acima referido, entre os perfis 178 e 181, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio do Casal Branco, expropriados pela quantia de 2\$500 réis.

A Antonio Mendes e mulher Maria Rosa, do logar da Curvaceira Grande, já referido, 179 metros quadrados de terreno e duas oliveiras, para a construcção do lanço acima referido, entre o perfil 215 e 217, o que corresponde ao n.º 19 da planta parcelar, comprehendido na marcação da mesma estrada no sitio dos Lamaças, expropriados pela quantia de 5\$000 réis e ficando para os mesmos vendedores as arvores, depois de por elles arrancadas.

A José Gonçalves da Silva e mulher Ermelinda de Jesus Gonçalves da Silva, do dito logar da Curvaceira Grande, 1:074 metros quadrados de terreno e oito oliveiras, para a construcção do lanço acima referido, entre o perfil 217 e 223, o que corresponde aos n.ºs 20 e 21 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio do Recanto, expropriados por 38\$500 réis, ficando para os vendedores as arvores arrancadas e bem assim o caminho velho que entesta com a sua propriedade.

A Antonio Bastos e mulher Maria Joaquina, do dito logar da Curvaceira Grande, 184 metros quadrados de terreno e seis oliveiras, para a construcção do lanço acima referido, entre os perfis 223 e 225, o que corresponde ao n.º 22 da planta parcelar, comprehendido na demarcação da mesma estrada no sitio do Recanto, expropriados por 14\$000 réis e ficando para os vendedores as arvores, depois de arrancadas.

Thomar, 16 de dezembro de 1910. — O Escrivão do primeiro officio, Ernesto Rebello da Costa Sardo e Abreu. Visto. — O Juiz de Direito, José Maria Lopes da Silveira e Castro.

RECEBEDORIA DO 2.º BAIRRO DE LISBOA

Edital

Contribuições predial, industrial e de juros de 1910

Pela recebedoria do 2.º bairro de Lisboa, que se compõe das freguesias de S. Julião, Conceição Nova, Martires, Sacramento, S. José, Anjos, Pena, S. Jorge de Arroios, Campo Grande, Lumiar, Carnide e Ameixoeira, se

faz publico que devendo ter logar em duas prestações o pagamento das contribuições predial e industrial do anno de 1910, o cofre de recepção da 1.ª prestação está aberto de 2 de janeiro a 6 de fevereiro e da 2.ª de 1 de julho a 4 de agosto de 1911.

Para os contribuintes a que, em virtude da sua declaração, foram os conhecimentos divididos em quatro prestações, o vencimento da 1.ª é em janeiro, da 2.ª em abril, da 3.ª em julho e da 4.ª em outubro.

Para a contribuição de juros de 1910 está aberto o cofre de 2 de janeiro a 6 de fevereiro.

É permitido, mas sem desconto algum, o pagamento de qualquer prestação não vencida. A cobrança é feita na secção d'este Bairro, Rua Ivens, 24.

As prestações cujo pagamento não for feito no prazo indicado se lançarão 3 por cento de multa nos primeiros trinta dias, e depois d'este o juro de mora de 6 por cento ao anno, e em tempo competente o relaxe com pagamento das custas e sellos do processo, o qual deverá ter logar para as collectas semestreaes depois de findo o prazo para a cobrança voluntaria da 2.ª, para as trimestreaes logo que deixem de ser pagas as duas primeiras e para a contribuição de juros logo que finde o prazo para a cobrança voluntaria.

E para constar se manda affixar o presente edital. Lisboa, 20 de dezembro de 1910. — O Recebedor, Henrique Lopes da Cunha Pessoa.

CAMINHOS DE FERRO DO ESTADO

Direcção do Sul e Sueste

Concurso para a exploração dos bufetes dos vapores e da gare da estação do Barreiro

Faz-se publico que no dia 16 do mês de janeiro de 1911, pela uma hora da tarde, na sede d'esta direcção e perante o respectivo engenheiro sub-director, terá logar o concurso para o arrendamento, por um anno, da exploração dos bufetes dos vapores e do da gare da estação do Barreiro.

Para ser admittido á licitação tem o concorrente de mostrar que effectuou na thesouraria d'esta direcção o deposito provisorio de 10\$000 réis.

A base da licitação é a renda annual de 400\$000 réis.

O concorrente a quem a adjudicação for feita reforçará, no prazo de cinco dias, a contar da data em que lhe for comunicada a approvação, o seu deposito provisorio até a quantia necessaria para perfazer 5 por cento da importancia total da adjudicação.

Este reforço ha de realizar-se na thesouraria onde foi feito o deposito provisorio e ficará á ordem d'esta Direcção, por intermedio da qual será posteriormente transferido para a Caixa Geral de Depositos.

O caderno das condições e de encargos d'este arrendamento está patente na secretaria da Direcção (Largo de S. Roque n.ºs 23 e 24) onde pode ser examinado, em todos os dias uteis, das dez horas da manhã ás quatro da tarde.

Lisboa, 20 de dezembro de 1910. — O Engenheiro-Director, Antonio Lourenço da Silveira.

CASA DA MOEDA E PAPEL SELLADO

Folha das serias extraordinarias do pessoal operario da Casa da Moeda e Papel Sellado, relativas á semana finda em 12 de novembro de 1910

Nomes	Dias	Salarios		Total
		Por dia	Por semana	
Officina do sello				
Francisco Maria Alves Torres	6	2\$000	11\$700	
Joaquim Augusto Magão	6	1\$500	9\$000	
Joaquim Aires	6	1\$500	9\$000	
Malaquias Ferreira	6	1\$300	7\$800	
Augusto Cruz da Silva	6	1\$300	7\$800	
José Rodrigues	6	1\$250	7\$500	
Agostinho C da Silva	6	1\$300	7\$800	
Gabriel José Daries	6	1\$200	7\$200	
José Antunes Barradas de Campos	6	1\$150	6\$900	
Manuel Aires	6	1\$150	6\$900	
José Eduardo Correia	6	1\$100	6\$600	
Luis Augusto das Neves	6	1\$150	6\$900	
José H. Ribeiro	6	1\$000	6\$000	
Luis Rodrigues	6	1\$000	6\$000	
José A Aires de Sá	6	1\$000	6\$000	
Manuel de Sousa Lopes	6	1\$000	6\$000	
João E Neumayer	6	1\$000	6\$000	
Antonio A. Soriano	6	\$950	5\$700	
Eduardo Henrique Faria	6	\$950	5\$700	
Amadeu H. Correia	6	\$950	5\$700	
Pedro de Moraes	6	\$950	5\$700	
Antonio Soares	6	\$950	5\$700	
Artur de Carvalho	6	1\$000	6\$000	
Joaquim Gualberto da Cruz	5	\$850	5\$100	
Manuel J. Rebello	5	\$850	4\$250	
Carlos Saraiva	6	\$850	5\$100	
Aitor da Fonseca e Sousa	6	\$850	5\$100	
Carlos Pereira	4	\$850	3\$400	
Carlos Daniel Pinho Fextor	4	\$800	3\$200	
Joaquim Baltasar da Silva	6	\$850	5\$100	
Antonio Maria Rodrigues	6	\$850	5\$100	
José Rodrigues Lopes	6	\$850	5\$100	
Roberto Velloso Muñoz	6	\$850	5\$100	
João Fernandes da Costa	6	\$850	5\$100	
Guilherme Augusto Amorim Vianna	6	\$800	4\$800	
Thomás de Mello Costa	6	\$800	4\$800	
Jaime O. da Costa	6	\$750	4\$500	
José A da Silva	6	\$700	4\$200	
Alexandre Baptista	6	\$750	4\$500	
João F. Pardal Junior	6	\$750	4\$500	
Antonio Inacio da Costa Ferreira	6	\$750	4\$500	
José Maria Rente	6	\$700	4\$200	

Nomes	Dias	Salarios		Total
		Por dia	Por semana	
Miguel Paula da Cruz	6	\$650	3\$900	
Manuel de Figueiredo	6	\$650	3\$900	
Manuel Joaquim	6	\$650	3\$900	
Pedro Duarte	6	\$650	3\$900	
Adelino Moreno	6	\$550	3\$300	
Virgínio Gomes de Abreu	6	\$600	3\$600	
Pedro Luis de Paula	5	\$650	3\$250	
Manuel da Silva	6	\$650	3\$900	
Antonio N. Carneiro	6	\$750	4\$500	282\$300
Armazens				
Augusto Pires Palhares	6	1\$200	7\$200	
José Francisco Gualberto	4	\$900	3\$600	
Joaquim Francisco Amaral	6	1\$100	6\$600	
Antonio Maria da Silva	6	1\$100	6\$600	
Nicolau da Cruz José Ferreira	6	1\$000	6\$000	
Julio Marques de Sousa	6	1\$000	6\$000	
Manuel Inês	5	\$800	4\$000	
Antonio Matias da Silva	6	\$800	4\$800	
André dos Santos	6	\$800	4\$800	
Armando Julio Moreira	6	\$800	4\$800	
José da Costa Loureiro	6	\$800	4\$800	
Miguel de Oliveira	6	\$800	4\$800	
Henrique José da Silva	6	\$800	4\$800	
Egídio Mendonça Belings da Mata	6	\$800	4\$800	
José Augusto	6	\$800	4\$800	
João Baptista dos Santos	6	\$800	4\$800	
Antonio da Silva Loureiro	5	\$800	4\$000	
Francisco Agostinho da Silva	6	\$800	4\$800	
Joaquim Trindade Ferreira Sette	6	\$750	4\$500	
Jaime Brito da Nobrega	6	\$750	4\$500	
Raul Antonio da Silva	6	\$750	4\$500	
José A Ribeiro	6	\$750	4\$500	
José S. C. Ramos da Silva	6	\$750	4\$500	
Manuel Furtado	6	\$700	4\$200	
Antonio Francisco Rosa	6	\$700	4\$200	
João Pastor	6	\$700	4\$200	
Rafael de A. X. Cruz Pereira	6	\$650	3\$900	
José Alexandre Simões	6	\$650	3\$900	
Antonio Baptista	6	\$600	3\$600	
José Rodrigues	6	\$600	3\$600	
Luis Garcia	6	\$600	3\$600	
Manuel Dias Passos Freitas	6	\$600	3\$600	
Manuel H. da Silva	6	\$600	3\$600	
José Filipe de Sousa	6	\$600	3\$600	
João E. Garção Krusse Gomes	6	\$500	3\$000	
Etelvina A. da Conceição Silva	6	\$400	2\$400	
Julia da Conceição Ferreira	6	\$400	2\$400	
Maria Emilia Rufina da Costa	6	\$400	2\$400	
Emilia da Silva Dias	6	\$400	2\$400	
Albertina Cerdeira	6	\$400	2\$400	
Emilia Adelaide de Sousa	6	\$400	2\$400	
Getrudes Maria Alves	6	\$400	2\$400	
Lucilia Rita dos Santos	6	\$400	2\$400	
Rosa Tavares Pinheiro	6	\$400	2\$400	
Rosalina Pereira	6	\$350	2\$100	
Rosa Maria Loureiro	6	\$350	2\$100	
Maria da Conceição Cardoso	6	\$350	2\$100	
Filomena D. do Carmo Silva	6	\$350	2\$100	
Rita da Costa Loureiro	6	\$350	2\$100	
Joaquina Margarida Gonçalves	6	\$350	2\$100	
Julia da Conceição Pina	6	\$350	2\$100	
Jacinta Candida do Amaral	6	\$350	2\$100	
Maria da Conceição Dias	6	\$400	2\$400	
Isabel Pardal	6	\$350	2\$100	
Francisco Fernandes	6	\$650	3\$900	206\$300
				488\$600

Importa esta folha na quantia de 488\$600 réis, ficando em poder do thesoureiro a quantia de 300 réis do imposto do rendimento.

Casa da Moeda e Papel Sellado, em 12 de novembro de 1910. — Pelo Chefe da Contabilidade, João de Deus Antunes Pinto.

Confere. — Fernando Carlos Deshorta.

Está conforme. — João de Deus Antunes Pinto.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Repartição de Contabilidade

Pagamento de juros

Para conhecimento de quem interessar se annuncia que, em conformidade do decreto de 15 do corrente, o pagamento de juros se fará em todos os sabbados para que estiver annuciado, das dez horas da manhã ao meio dia e meia hora.

Quando o primeiro dia util e o decimo quinto de cada mês forem sabbado, o pagamento effectuar-se-ha, como nos outros dias da semana, desde as dez horas e meia da manhã ás duas e meia da tarde.

Secretaria da Junta do Credito Publico, 21 de dezembro de 1910. — Pelo Director Geral, H. M. Gouveia Prego.

CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA

Movimento da barra em 17 de dezembro

Entradas

- Vapor francês «Cambodge», de Bordeus.
- Vapor português «Maria Luiza», do Fogo.
- Vapor hollandês «Uranos», de Malaga.
- Vapor hollandês «Koning Willelm 2.º», de Southamp-ton.
- Vapor hollandês «Hilversum», de Newport.
- Vapor inglês «Avocet», de Liverpool.
- Vapor inglês «Antony», de Manaus.
- Vapor dinamarquês «Beira», de Bonanza.

Escuna francesa «Anna», de Dahomet. Escuna francesa «Capricieuse», de Dahomet. Barca allemã «Bell», de Nova Orleans.

Saldas

Vapor allemão «Rio Negro», para Hamburgo. Vapor inglês «Parkmill», para Villa Real. Vapor francês «Aube», para Oran. Vapor francês «Cambodge», para Buenos Aires. Vapor francês «Nanna», para Huelva. Vapor francês «Loke», para Huelva. Vapor allemão «Hermes», para Huelva. Vapor italiano «Mauritania», para Genova. Escuna francesa «Elisabeth», para St. Pierre.

Capitania do porto de Lisboa, 19 de dezembro de 1910. — O Chefe do Departamento Maritimo, Capitão do porto de Lisboa, Eduardo João da Costa Oliveira, capitão de mar e guerra.

ESTAÇÃO TELEGRAPHICA CENTRAL DE LISBOA

Serviço das barras

Villa Real de Santo Antonio

Dia 18 — Entradas: canhoneira portuguesa «Lagos», do mar, e vapor norueguês «Camma», de New-Castle. Mar chão, vento N. fresco. Dia 19 — Entradas: vapor inglês «Parkmill», de Lisboa, e chalupa portuguesa «Algarve», de Tavira. Nos dois dias não saiu embarcação alguma. Mar chão, vento N. brando.

Figueira da Foz

Dias 17 e 18 — Não houve movimento marítimo. Mar agitado, ceu limpo, vento NE. moderado. Barometro 774, thermometro 16º.

Lelxões

Dia 19 — Entraram neste porto os paquetes allemão

«Santa Catharina», e ingleses «Polycarp» e «Antony», e patacho «Clementine».

Sairam os paquetes «Antony» e «Polycarp», e vapor «Avon», ingleses.

Continuam fundeados: hiate «Silva Guerra», chalupa «Chiquita» e vapor «Constancia», portugueses; vapores allemães «Delia», «Stableck» e «Triton», e chalupa norueguesa «Neptun».

Luz (Foz do Douro)

Dia 19 — Nada entrou.

Saiu o vapor português «Arrabida».

Fora da barra os vapores suecos «Millos» e «Mercia»; ingleses «Heron» e «City of Dortmund»; allemães «Emma» e «Planete»; noruegueses «Eli Elg», «Grane Nauranger» e «Tanke».

Vento N. fraco, mar plano.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, em 19 de dezembro de 1910. — O Chefe dos Serviços Telegraphicos, A. A. Pedro dos Santos.

AVISOS

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

Venda de agua, café, refrescos, frutas e doces nas estações, durante o anno de 1911

Até o dia 26 de dezembro corrente, pela uma hora da tarde, esta Companhia receberá propostas em carta fechada dirigida ao engenheiro em chefe da exploração em Lisboa (estação de Santa Apolonia), para a venda de agua, café, refrescos, frutas e doces nas estações e apeadeiros abaixo indicados.

Chellas, Braço de Prata, Olivares, Sacavem, Povoas, Alverca, Alhandra, Villa Franca, Carregado, Azambuja, Regucogo, Morgado, Muge, Marinhas, Agulha, Coruche, Quinta Grande, S. Torquato, Lavre, Cunha, Vidigal, Sant'Anna, Valle de Santarem, Valle de Figueira, Mato Miranda, Torres Novas, Lamarosa, Pinalvo, Chão de Maças, Caxaria, Albergaria, Vermoil, Pombal, Soure, Villa Nova de Aouos, Formoselha, Pereira, Taveiro, Coimbra B, Coimbra, Sousehas, Mealhada, Mogofores, Oliveira do Bairro, Cacia, Quintans, Estarreja, Avanca, Ovar, Esmoriz, Espinho, Granja, Valladares, General Torres e Gaia.

Barquinha, Tancos, Praia, Tramagal, Abrantes, Bemposta, Ponte de Sor, Chãça, Crato, Assumar, Santa Eulalia, Cuiheira, Peso, Castello de Vide e Marvão.

Campolide, Sete Rios, S. Domingos, Cruz da Pedra, Bemfica, Baraca, Amadora, Queluz, Barcarena, Cacem, Mercês e Cintra.

Sabugo, Pedra Furada, Mafra, Malveira, Pero Negro, Dois Portos, Runa, Ramalhal, Outeiro, Bombarral, S. Mamede, Obidos, Bouro, S. Martinho, Cella, Vallado, Martingança, Mariuba, Monte Real, Monte Redondo, Guia, Lourical, Telhada, Verride, Lares e Santo Aleixo.

Alcantara T, Alcantara M, Junqueira, Belem, Bom Sucesso, Pedrouços, Algés, Dafundo, Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro, Oeiras, Caravellos, Parede, Cae Agua, S. João do Estoril, Estoril, Monte Estoril e Cascaes.

Alfarrarede, Mouriscas, Alvega, Belver, Barca, Amieira, Fratel, Rodam, Sarnadas, Alcains, Lardosa, Castello Novo, Alpedrinha, Valle Prazeres, Penamacor, Alcide, Fundão, Alcaria, Tortosendo, Covilhã, Caria, Belmonte, Benespera e Sabugal.

Carvalhosas, Ceira, Tramon, Almalaguez, Miranda do Corvo, Padrão e Lousã.

São prevenidos os proponentes de que: 1.º No involucro das propostas, alem do endereço, deverá indicar-se o seguinte: Proposta para a venda de agua.

2.º As propostas deverão estipular claramente o preço fixo offerecido para todo o anno, desde 1 de janeiro até 31 de dezembro de 1911, considerando-se nulas e de nenhum effeito as que se apresentarem fora d'estas condições.

3.º As demais condições estão patentes na Secretaria da Exploração em Lisboa e nas estações acima indicadas.

Lisboa, 14 de dezembro de 1910. — O Engenheiro em chefe da exploração, A. Bossa.

Previo-se o publico que se acha restabelecido todo o serviço nas linhas do Minho e Douro

Lisboa, de 19 de dezembro de 1910. — O Director Geral da Companhia, L. Forquenal

Serviço dos armazens geras

Fornecimento do oleo da purgueira

No dia 26 de dezembro, pela uma hora e meia da tarde, na estação central de Lisboa (Rocio), perante a commissão executiva d'esta Companhia, serão abertas as propostas recebidas para o fornecimento de 85 toneladas de oleo de purgueira.

As condições estão patentes na repartição central do serviço dos armazens geras (edificio da estação de Santa Apolonia), todos os dias uteis, das dez horas da manhã ás quatro da tarde.

O deposito para ser admittido a licitar deve ser feito até as doze horas precisas do dia do concurso, servindo de regulador o relógio externo da estação de Rocio.

Lisboa, 14 de dezembro de 1910. — Pelo Director Geral da Companhia, Ferreira de Mesquita.

Serviço dos armazens geras

Fornecimento do artigos de coiro

No dia 2 de janeiro, pela uma hora e meia da tarde, na estação central de Lisboa (Rocio), perante a commissão executiva d'esta Companhia, serão abertas as propostas recebidas para o fornecimento de artigos de coiro e similares.

As condições estão patentes em Lisboa, na repartição central do serviço dos armazens geras (edificio da estação de Santa Apolonia), todos os dias uteis, das dez horas da manhã ás quatro da tarde

O deposito para ser admittido a licitar deve ser feito até as doze horas precisas do dia do concurso, servindo de regulador o relógio externo da estação central do Rocio.

Lisboa, 14 de dezembro de 1910. — Pelo Director Geral da Companhia, Ferreira de Mesquita

MONTEPIO GERAL

Mesa da assembleia geral

Por ordem de S. Ex.º o Sr Presidente é convocada a assembleia geral a reunir em sessão ordinaria no dia 31 do corrente mês, ás sete horas e meia da noite, sendo a ordem dos trabalhos a seguinte.

1.º Eleger os corpos gerentes que teem de funcionar no anno de 1911.

2.º Discutir e votar uma proposta da direcção e respectivo regulamento, para emprestimos cautionados com propriedades.

3.º Resolver sobre alteração no horario dos serviços.

Lisboa e sala das sessões da assembleia geral, 15 de dezembro de 1910. — O primeiro secretario da mesa, Eugenio Alberto Carvalho Leitão

PUBLICAÇÕES

Obras á venda por conta da Imprensa Nacional

Livraria Bertrand

Rua Garrett n.º 75 e 76

Estão á venda no depositario das obras da Imprensa Nacional, Livraria Bertrand, Rua Garrett, 75, Lisboa, todas as impressos para serviço official da instrucção primaria e secundaria e ensino particular; para serviço das repartições dependentes do Ministerio do Interior; para serviço dos governos civis; para pagamento ás classes inactivas; para pagamento de juros da divida interna tanto em Lisboa como nos districtos; para serviço do exercito.

Fornecem-se catalogos a quem os requisitar

Tabella das taxas do imposto do sello relativo a contribuição industrial, approvada por portaria de 24 de agosto de 1903. — Preço 40 réis.

Curso de habilitação para primeiros oabros, leituras, arithmetica pratica e desenho (para ras escolas para praças de pret) — Preço 300 réis

Cadernetas escolares. — Preço, 100 réis.

Regulamento da contribuição predial urbana, approvado por decreto de 10 de agosto de 1903, seguido das leis de 17 de maio de 1880 e 29 de julho de 1899. 1903, 8.º gr. — Preço 100 réis.

Forma de processar as acções civis ou commerciaes por pequenas dividas, nos termos do decreto com força de lei de 29 de maio de 1907. — Preço 50 réis.

ANNUNCIOS

COMARCA DE FIGUEIRA DE CASTELLO RODRIGO

1 Pelo juizo de direito da comarca da Figueira de Castello Rodrigo e cartorio do segundo officio correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este na Folha Official, citando o interessado ausente em parte incerta da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Antonio Maria Aguilhar, casado com Maria do Carmo Correia, para assistir a todos os termos do inventario orfanologico de Francisco Rocha, que foi d'esta villa, em que é cabeça de casal João Correia, sem prejuizo do andamento do mesmo.

Figueira de Castello Rodrigo, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão do segundo officio, Anibal Augusto de Abreu e Campos. Verifiquei. — O Juiz de Direito, Ponce.

2 Pelo juizo de direito da 2.ª vara civil do Porto e no inventario orfanologico por obito de Maria da Rocha Machado, viuva, moradora que foi no logar do Monte, freguesia de Villar do Paraiso, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, a citar o neto Laurindo Pedro da Silva, solteiro, maior e Hen-

rique Monteiro, maído da neta Maria da Silva Monteiro, ambos ausentes no Brasil, em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do mesmo inventario

Porto, 12 de novembro de 1910. — O Escrivão do processo, João Eduardo da Fonseca. Verifiquei. — A. M. Coelho.

EDITOS DE DEZ DIAS

3 Pelo juizo de direito da 4.ª vara civil d'esta cidade e cartorio do escrivão do quinto officio, a requerimento de Teresa da Silva Ascensão, da freguesia de S. Pedro de Fins, nos autos de acção especial por divida, que promove contra José de Oliveira Dionisio e mulher Maria Moreira Ascensão, da referida freguesia de S. Pedro de Fins, nos termos e para os effeitos dos artigos 931.º e 932.º, § 1.º, do Código do Processo Civil, correm editos de dez dias, a contar da ultima e segunda publicação do presente annuncio, a citar os credores que pretenderem deduzir preferencias sobre a quantia de 136\$567 réis, importancia penhorada áquelles José de Oliveira Dionisio e mulher, para que o venham fazer até dez dias depois de findo o prazo dos editos, sob pena de revelia.

Porto, 12 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Antonio Balha e Mello. Verifiquei. — O Juiz de Direito, Cruz Capello.

4 Pelo juizo de direito da 2.ª vara civil da comarca de Lisboa e cartorio do escrivão Almeida Fernandes correm seus termos uns autos civis de acção especial de divorcio em que é autora D. Clotilde Deolinda Barreto Roballo, residente nesta cidade, na praça da Alegria, n.º 12, 2.º andar e R. José Roballo, residente que foi na rua Palmira, n.º 19, 2.º andar, tambem d'esta cidade e actualmente em parte incerta, pelo que correm editos de trinta dias que começam a contar se na publicação do ultimo annuncio, citando o mesmo José Roballo, residente em parte incerta, para, querendo, contestar a mesma acção na terceira audiencia posterior áquella em que esta citação for accusada, que deve ser a segunda depois de findo o prazo dos editos, sob pena de revelia.

As audiencias na comarca judicial de Lisboa fazem-se em todas as terças e sextas feiras de cada semana, não sendo estes dias feriados, por que sendo-o passam aos immediatos se o não forem tambem, sempre por dez horas da manhã, no tribunal judicial da comarca, edificio da Boa Hora, na rua Nova do Almada.

Lisboa, 20 de dezembro de 1910. Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito da 2.ª vara civil, Oliveira Guimarães.

5 Pelo juizo de direito da comarca de Valença e cartorio do escrivão do segundo officio correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no Diario do Governo e jornal da localidade, citando Julia da Silva, da freguesia de S. Pedro da Torre, da mesma comarca, ausente em parte incerta em Lisboa, para que no prazo de cinco dias, findo o dos editos, pague ao exequente Domingos José Esteves, casado, soldado da guarda fiscal de serviço na Carvalha, freguesia de Campos, Villa Nova de Cerveira, a quantia de 49\$995 réis, importancia de uma letra de que a mesma é aceitante, juros, custas e mais despesas legais ou dentro do mesmo prazo nomear bens á penhora, sob pena de proseguimento á revelia

Valença, 17 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Pereira de Brito. Verifiquei. — O Juiz de Direito, L. de Assis.

6 Pelo juizo de direito da 1.ª vara civil d'esta comarca de Lisboa e cartorio do escrivão abaixo assiuado, no dia 2 do proximo mês de janeiro, pelo meio dia, á porta do tribunal judicial respectivo, se ha de proceder á arrematação em hasta publica do predio abaixo mencionado, descrito no inventario orfanologico a que se procede por fallecimento de Francisco José Correia de Brito Penteado, o qual será entregue a quem por elle mais offeecer acima da sua avaliação, e é o seguinte: Uma casa abarracada situada na Rua Direita de Carnide, com o n.º 3, descrita sob o n.º 3 842, da conservatoria do 3.º districto, d'esta comarca Rende annualmente a quantia de 66\$000 réis e foi avaliada na quantia de 85\$000 réis.

Pelo presente são citados quaesquer credores, incertos, nos termos e para os fins da lei Lisboa, 8 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Augusto Cesar Cardoso Pinto de Queiroz Verifiquei. — O Juiz de Direito da 1.ª vara, João Baptista Castro

7 Pelo cartorio do segundo officio do juizo de direito da 4.ª vara civil da comarca de Lisboa, e nos autos de acção de divorcio litigioso requerido por Joaquim Ferreira contra sua mulher Josefina

Candida dos Santos Ferreira, moradora que foi na Rua da Boa Vista n.º 114, 1.º andar e actualmente ausente em parte incerta, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando a referida Josefina Candida dos Santos Ferreira, moradora que foi na morada acima indicada e actualmente ausente em parte incerta, para na segunda audiencia d'este juizo, findo que seja o prazo dos editos, ver accusar a sua citação e ahí marcar-se-lhe o prazo de tres audiencias para contestar querendo o pedido na mesma acção, sob pena de revelia

As audiencias neste juizo fazem-se todas as terças e sextas feiras por dez horas da manhã no Tribunal da Boa Hora, sito na Rua Nova do Almada, não sendo feriado, porque sendo fazem-se no immediato se o não for, no mesmo local e hora.

Lisboa, 17 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Antonio Mendes Lima. Verifiquei. — O Juiz de Direito, F. Pires.

EDITOS DE OITO DIAS

8 No tribunal do commercio da comarca de Peso da Regua, e pelo processo de fallencia da firma Piloto & Barros, estabelecida que foi na villa de Peso da Regua, correm editos de oito dias, a contar da segunda publicação do presente annuncio no Diario do Governo, citando aquella firma fallida, na pessoa do seu unico representante João Pereira Dias Piloto, viuvo, morador na dita villa, e bem assim os seus credores, para dentro de cinco dias, depois de findo o prazo dos editos, examinarem as contas apresentadas pelo administrador da mesma fallencia, Faustino José Gonçalves, e dizerem acerca d'ellas o que se lhes offerecer.

Peso da Regua, 16 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Antonio Gomes Carneiro. Verifiquei a exactidão. — O Juiz Presidente, Pinto.

EDITOS DE TRINTA DIAS

9 Pelo juizo de direito da comarca de Mafra e cartorio do primeiro officio, Mendonça, pretende Antonio Estanslau Bernardes, viuvo de D. Sofia de Roure Auffdiener Bernardes, proprietario, morador no Casal dos Mogos, freguesia de Santo Isidoro, habilitar-se como unico e universal herdeiro de sua fallecida esposa, a dita D. Sofia de Roure Auffdiener Bernardes, natural do logar e freguesia de S. Pedro da Cadeira, comarca de Torres Vedras, moradora que foi no mesmo logar do Casal dos Mogos, para o fim de receber na dita qualidade todos os bens que constituirem a respectiva herança e designadamente poder inscrever os predios nas conservatorias respectivas pertencentes ao casal Em consequencia do que são citados, por editos de trinta dias, a contar do segundo e ultimo annuncio publicado no Diario do Governo, quaesquer interessados incertos, para na segunda audiencia posterior ao prazo d'estes editos verem accusar a citação e assinar-se-lhes tres audiencias para deduzirem qualquer impugnação que tiverem no respectivo processo As audiencias neste juizo fazem-se ás segundas e sextas feiras de cada semana, não sendo dias feriados nem santificados, porque sendo-o se fazem nos dias immediatos, se tambem o não forem, por dez horas da manhã, no tribunal judicial, situado no edificio d'esta villa, lado sul.

Mafra, 19 de outubro de 1910. — O Escrivão do primeiro officio, João Antonio da Silva Mendonça. Verifiquei. — O Juiz de Direito, A. Barreto.

10 Pelo juizo de direito da 5.ª vara civil d'esta comarca e cartorio do escrivão do quarto officio correm editos de trinta dias, a contar do ultimo annuncio que se publica duas vezes no Diario do Governo, e noutro jornal, citando os interessados incertos á herança do Dr. Artur Martiniano de Oliveira, natural da freguesia de S. Paulo, d'esta cidade de Lisboa, e fallecido no estado de solteiro, sem ascendentes nem descendentes e sem testamento, no dia 24 de agosto do corrente anno, na freguesia de S. João Baptista do Lutiar, onde residia, a cuja herança se habilita como unico e universal herdeiro seu irmão germano Adolfo de Oliveira, solteiro, maior, silvicultor chefe da exploração das matas nacionaes, residente na Marinha Grande. A presente citação ha de ser accusada na segunda audiencia d'este juizo, depois de findo o prazo dos editos e neste marcar-se ha o prazo de tres audiencias para quem quiser impugnar, podendo qualquer interessado deduzir por artigos a sua habilitação na audiencia designada para a contestação.

As audiencias neste juizo fazem-se ás terças e sextas feiras ou nos dias immediatos, quando aquelles forem impedidos, pelas dez horas da manhã, no edificio dos tribunaes de justiça, sito na Rua Nova do Almada.

Lisboa, 14 de dezembro de 1910. — O Escrivão, José Augusto Leal Pena. Verifiquei. — O Juiz de Direito, F. Pires.

11 No juizo de direito da 4.ª vara cível da comarca do Porto e cartorio do escrivão do terceiro officio que este assina pendem uns autos de acção ordinaria em que são autoras D Olga Woodfin dos Santos Barroso, com outorga de seu marido João dos Santos Barroso, D Celina Woodfin de Andrade, solteira, maior, e D Graça Woodfin de Andrade Costa, com outorga de seu marido Exbello de Aguiar Costa, moradores na cidade do Rio de Janeiro, dos Estados Unidos do Brasil, e reus a Fazenda Nacional e quaesquer interessados incertos, para a annullação da sentença que julgou vaga para o Estado a herança de seu tio Antonio dos Santos Andrade e para sua habilitação como unicas herdeiras do mesmo seu tio, pois que o mesmo falleceu em 4 de abril do corrente anno de 1910, na sua casa do Largo de S Domingos, freguesia de S Nicolau da cidade do Porto, no estado de solteiro, sem descendentes nem ascendentes nem disposição dos seus bens e as autoras são sobrinhas do dito fallecido, as unicas vivas e suas parentes mais proximas e suas unicas herdeiras, nos termos da lei, por serem filhas legitimadas de José dos Santos Andrade e de sua mulher Anna Lucy Woodfin e tambem porque o pae das autoras, dito José dos Santos Andrade, era filho legitimo de Florencio dos Santos Andrade e de D Delfina Maria de Andrade, que tambem usou o nome de D Delfina de Jesus Andrade, sendo no entanto uma e a mesma pessoa, e o fallecido Antonio dos Santos Andrade era tambem filho legitimo de Florencio dos Santos Andrade e de D Delfina de Jesus Andrade ou D Delfina Maria de Andrade, sendo consequentemente irmão germano d'aquelle José dos Santos Andrade, pae das autoras e tio paterno d'estas; e ainda porque, apesar de terem resultado inuteis os esforços empregados para se encontrarem os assentos do nascimento d'aquelles José dos Santos Andrade, pae das autoras, e do fallecido Antonio dos Santos Andrade, não ha duvida de que um e outro são irmãos germanos, filhos dos referidos Florencio dos Santos Andrade e mulher D Delfina Maria de Andrade ou D Delfina de Jesus Andrade, e é certo que o dito pae das autoras, José dos Santos Andrade, falleceu em 9 de junho de 1900, sendo as autoras as suas herdeiras e representantes por serem suas unicas filhas e consequentemente tambem unicas herdeiras de seu dito tio Antonio dos Santos Andrade, sendo tambem certo que as autoras não foram pessoalmente citadas para os termos do processo de herança jacente em que foi julgada vaga para o Estado a herança do mencionado seu tio e que o seu direito a ella ainda se não acha prescrito nem prescreverá tão cedo, devendo, portanto, annullar-se a dita sentença que julgou vaga para o Estado a herança do referido seu tio Antonio dos Santos Andrade e as autoras serem julgadas unicas herdeiras d'elle e como taes com direito a haver, em partes iguaes, a sua herança, condemnando-se os reus a reconhecer-lhes aquella sua referida qualidade e direito.

E nos mencionados autos correm editos de trinta dias citando quaesquer interessados incertos para que, por si ou por procurador, compareçam na segunda audiencia d'este juizo, posterior ao prazo de trinta dias, que começam a contar-se da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, a fim de falarem a todos os termos da referida acção, verem offerecer a mesma acção e segurem-se os demais termos com pena de revelia.

As audiencias neste juizo fazem-se em todas as terças e sextas feiras de cada semana, ou nos dias immediatos sendo aquelles feriados, pelas dez horas da manhã, no tribunal judicial cível, sito na Rua de S. João Novo, d'esta cidade do Porto.

Porto, 23 de novembro de 1910 = *Eduardo Augusto Cortez Machado*
Verifiquei. = O Juiz de Direito da 4.ª vara, *Cruz Capello*.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

12 No dia 22 do corrente, pela uma hora da tarde, no edificio d'este Banco, realiza-se o sorteio das obrigações predias ultramarinas de 4 e meio e de 6 por cento (antigas e modernas) a amortizar no presente semestre.

Lisboa, 20 de dezembro de 1910 = O Governador, *Luis Diogo da Silva*

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

13 No dia 22 do corrente, pela uma hora da tarde, no edificio d'este Banco, realiza-se o sorteio das obrigações de 4 e meio por cento, coupon, emitidas pela Camara Municipal de Lourenço Marques, a amortizar no presente semestre.

Lisboa, 20 de dezembro de 1910 = O Governador, *Luis Diogo da Silva*

COMPANHIA COMMERCIAL DE ANGOLA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

14 Previnem-se os Srs. obrigacionistas d'esta Companhia que no dia 26 do corrente, pelas duas horas da tarde, se procederá publicamente ao sorteio de 22.500.000 réis das suas obrigações a amortizar este anno, no seu escritorio Praça do Municipio, 32, 1.º

Lisboa, 21 de dezembro de 1910 = Pela Companhia Commercial de Angola, *Francisco Maria Bacellar = Sousa Lara & C.ª*

COMPANHIA DE MOAGEM

EM VIANNA DO CASTELLO, LIMITADA

Fundada em 1888

15 Por ordem do Ex.º Sr. presidente da assembleia geral, e em harmonia com os nossos estatutos, é convocada a assembleia geral especial para o dia 7 de janeiro de 1911, ás duas horas da tarde, na Rua da Conceição, n.º 45, 1.º andar, a fim de tomar conhecimento do projecto de reforma dos estatutos d'esta Companhia, discutir e votar a mesma reforma.

Lisboa, 20 de dezembro de 1910. = O Primeiro Secretario, *Carlos Chaves*.

TRIBUNAL DO COMMERCIO DE LISBOA

1.ª Vara

Fallencia de Jorge Alberto da Cruz

16 Por sentença de dez do corrente foi declarado em estado de fallencia Jorge Alberto da Cruz, com officina de canteiro na Rua da Assunção, n.º 10 e 12, d'esta cidade, sendo nomeado administrador da massa fallida Manuel Ribeiro do Amaral, o tribunal fixou o prazo de trinta dias para a reclamação dos creditos e nomeou curadores fiscaes os credores João Fernandes Biaga e Francisco Rodrigues Galvão, o que se annuncia nos termos e para os effeitos do § unico do artigo 194.º do Codigo do Processo Commercial.

Lisboa, 12 de dezembro de 1910. = O Escrivão, *Antonio Pires Laranjeira*.
Verifiquei. = *Sá Motta*.

CILIA, LIMITADA

17 Perante mim, José Carlos Rodrigues Grillo, notario da comarca de Lisboa, e as testemunhas idoneas adeante mencionadas, minhas conhecidas, compareceram Alfredo Cilia, casado, negociante, morador na Rua de João Chrisostomo, letras C S, 1.º andar, direito; José de Matos Pinheiro, casado, proprietario, morador na Rua da Trindade n.º 15, 1.º andar; Artur Cilia, solteiro, maior, proprietario, morador na Avenida da Praia da Victoria, letras A C, 1.º andar; Alfredo Cilia Junior, casado, negociante, morador na Rua de João Chrisostomo, letras C S, 1.º andar, direito, d'esta cidade; e José Alexandre Rodrigues, casado, proprietario, morador em S Martinho do Porto, concelho de Alcobaca, todos os outorgantes pessoas cuja identidade reconheço. E disseram:

Que, como unicos socios da sociedade por quotas Cilia, Limitada, com sede em Lisboa, aumentaram com 27.000.000 réis o capital de 35.000.000 réis, com que fôra constituída, o que se mostra da escritura de 10 de novembro de 1910, lavrada em minhas notas, a fl. 45 do livro n.º 445;

Que para esse aumento concorreram todos os socios:

- Alfredo Cilia com uma quota de 2.500.000 réis;
- José de Matos Pinheiro com uma quota de réis 11.000.000;
- Artur Cilia com uma quota de 11.000.000 réis;
- José Alexandre Rodrigues com uma quota de 2.000.000 réis;
- Alfredo Cilia Junior com uma quota de 500.000 réis.

Que estas quotas ficam sendo perfeitamente distinctas das que já tinham na sociedade e que eram e são as seguintes:

- Alfredo Cilia 10.000.000 réis;
- José de Matos Pinheiro 9.000.000 réis;
- Artur Cilia 9.000.000 réis;
- José Alexandre Rodrigues 5.000.000 réis;
- Alfredo Cilia Junior 2.000.000 réis; como se vê da escritura de 28 de março ultimo, pela qual se constituiu a sociedade, e das de 25 de agosto e 15 de setembro tambem d'este anno;

Que cada um d'elles outorgantes, pois, fica tendo duas quotas na sociedade alludida.

Que d'este modo tem aclarado e rectificado a citada escritura de 10 de novembro de 1910, declarando mais que, como nella já se disse, no objecto da sociedade se comprehende o exercicio da pesca de arrasto, alem do commercio de commissões ou consignação de conta propria ou alheia, e bem assim o exercicio de qualquer commercio ou industria que a sociedade julgue conveniente explorar, e que os socios se obrigam a não ceder a estrangeiros as suas quotas na sociedade, e quando a transmissão a favor de estrangeiros for em virtude de successão legitima ou testamentaria ficam esses estrangeiros obrigados a fazer a respectiva alienação dentro de trinta dias, contados d'aquelle em que tenham entrado na sua posse effectiva.

Esta escritura foi celebrada em minhas notas, em 17 de dezembro de 1910. = O Notario, *José Carlos Rodrigues Grillo*.

AO COMMERCIO

13 São avisados os credores do fallecido Francisco Ferreira, que foi estabelecido na Rua de S. João da Praça n.º 98 a 100, a enviarem nota explicativa dos seus creditos para a mesma morada no prazo de oito dias, a contar da publicação d'este annuncio, ficando sem effeito qualquer divida apresentada depois d'este prazo.

Lisboa, 19 de dezembro de 1910 = Pela commissão delegada dos credores, *Martinho & Serra*. — (Segue-se o reconhecimento)

1.ª VARA COMMERCIAL DE LISBOA

19 Por este juizo e cartorio do escrivão que este assina e nos autos de contas prestadas por Alvaro de Sousa Luna, administrador da fallencia de Manuel Sal & C.ª, correm editos de oito dias citando os fallidos e seus credores, para dentro de cinco dias, findo o prazo dos editos, dizerem acerca das contas.

Lisboa, 12 de dezembro de 1910. = O Escrivão do segundo officio, *José Rebello da Costa e Abreu*.
Verifiquei = O Juiz da 1.ª vara, *S Motta*.

CONCURSO

20 A Commissão Municipal do concelho das Caldas da Rainha, superiormente autorizada, abre concurso por espaço de trinta dias, contados da publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, para provimento do logar de parteira, com o vencimento annual de 109.350 réis.

As concorrentes deverão entregar na secretaria da Camara, no prazo indicado, os seus requerimentos documentados consoante o decreto de 24 de dezembro de 1892, bem como o diploma das suas habilitações.

Secretaria, em 25 de novembro de 1910 = O Vice-Presidente da Commissão, *João Antonio Duarte*

21 Por este juizo, escrivão Marques, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio, citando Manuel Caetano Valente e mulher Teresa Marques Ferreira e An-

tonio Caetano Valente e mulher Maria Augusta, aquelles residentes em Lisboa e estes em Veirds, comarca de Estarreja, como uns dos herdeiros da fallecida legataria, sua mãe e sogra, Rosa Simões Valente, que foi de Sarrazolla, freguesia de Cacia, para todos os termos, e deduzirem os seus direitos no inventario de maiores a que se procede por obito de José Rodrigues da Cunha, morador que foi em Sarrazolla, freguesia de Cacia, em que é cabeça do casal Angelica Rodrigues da Costa, viuva do inventariado.

Aveiro, 13 de dezembro de 1910. = O Escrivão, *Francisco Marques da Silva*.
Verifiquei. = *Ferreira Dias*

22 Por este juizo e cartorio do segundo officio Magalhães, se processam e correm seus devidos e legaes termos uns autos de acção especial de divorcio em que é autor Francisco Manuel Ilomem Christo, jornalista e ex-official do exercito, morador nesta cidade, e ré sua esposa D. Laura Franco da Silva, ausente em parte incerta do Brasil.

Na petição do autor, requer este para a acção ser julgada procedente e provada e o divorcio decretado, com o fundamento por que se pede, matado no n.º 1.º do artigo 4.º do decreto com força de lei de 3 de novembro corrente, com todas as consequencias emergentes do disposto no referido decreto e com custas pela ré.

Em virtude de despacho proferido nos autos correm editos de sessenta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este no *Diario do Governo*, chamando e citando a referida ré, para na segunda audiencia d'este juizo, posterior ao prazo dos editos, ver accusar a citação e receber o duplicado da petição, e ali marcar-se-lhe o prazo de tres audiencias para contestar, querendo, e mais termos do processo e incidentes applicaveis, tudo sob pena de revelia.

As audiencias d'este juizo fazem-se todas as segundas e quintas feiras de cada semana, não sendo taes dias feriados, sempre por dez horas da manhã, no tribunal judicial d'esta comarca, sito na Praça da Republica d'esta cidade.

Aveiro, 26 de novembro de 1910. = O Escrivão, *Silvestre Augusto Barbosa de Magalhães*.
Verifiquei. = O Juiz de Direito, *Ferreira Dias*

23 No processo de expropriação por utilidade publica e urgente que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes intentou contra Leandro da Silva, do Cartaxo, para a construcção da variante da linha feireira em Espinho, entre os kilometros 314:600 e 319:540, de quatro parcelas de terreno em Espinho, sendo uma com o n.º 91, de quintal, com a area de 714 metros quadrados, outra com o n.º 91-A, de casa, com a area de 158m²,10, outra com o n.º 91-B, de terreno para edificação, com a area de 57m²,85, e outra com o n.º 91-C, de terreno, com a area de 125m²,75, autorizada por decreto de 28 de outubro findo, correm editos de trinta dias, citando o referido dono e proprietario Leandro da Silva e sua mulher, se for casado, e quaesquer outros interessados, para na primeira audiencia d'este juizo, findo que seja aquelle prazo, virem declarar a natureza e encargos e mais circunstancias da dita propriedade, e nomear loutvados para a avaliação, com a pena de revelia.

As audiencias neste juizo fazem-se no respectivo tribunal, sito no edificio do convento d'esta villa, ás segundas e quintas feiras de cada semana, não sendo feriados, por dez horas da manhã.

Feira, 12 de dezembro de 1910. = O Escrivão ajudante, *Americo de Resende*.
Verifiquei. = *A. Toscano*.

24 Pelo juizo de direito da 1.ª vara cível da comarca do Porto e cartorio do escrivão que este subsegue se processaram uns autos de inventario de menores por obito de Francisco da Fonseca Vieira, morador que foi na rua de Cedofeita, d'esta cidade, em que é inventariante Joaquim Antonio Pinto da Fonseca, da comarca de Felgueiras, em virtude de terem fallecido os usufructuarios do remanescente da herança João da Fonseca e Sousa e Anna da Fonseca Dias, se procede á partilha dos bens que ficaram pertencendo a estes, e por isso correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio, a citar Francisco da Fonseca e Sousa, José da Fonseca Vieira, Joaquim da Fonseca Vieira, Alfredo da Fonseca Vieira, Ilidio da Fonseca Vieira e Merenciano da Fonseca Vieira, ignorando-se o seu estado, ausente em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do alludido inventario, sob pena de revelia.

Porto, 10 de novembro de 1910. = O Escrivão, *Eugenio Gomes Netto*.
Verifiquei = *Perdigão*.

EDITOS DE TRINTA DIAS

25 No juizo de direito da 4.ª vara cível e cartorio do escrivão do terceiro officio, que este assina, correm seus termos uns autos de justificação para habilitação requeridos por D. Maria Clara Ferreira, solteira, maior, d'esta cidade, a fim de se habilitar como unica e universal herdeira de Maximo José dos Santos, morador que foi nesta cidade:

Que em 3 de novembro do corrente anno falleceu nesta cidade, freguesia do Senhor do Bomfim, Maximo José dos Santos, natural e baptisado que foi na freguesia de S. Martinho de Penafiel, concelho e comarca de Penafiel;

Que o justificado Maximo José dos Santos era viuvo de Rosa Emilia dos Santos e não deixou descendentes nem ascendentes, mas fez testamento em que, instituindo diversos legados, dispôs do remanescente da sua herança a favor da justificante D. Maria Clara Ferreira, com os encargos e obrigações constantes do referido testamento com que o mesmo justificado falleceu;

Que na herança comprehendem-se, alem de outros, os valores seguintes:

A quantia de 1.704.650 réis, de capital e seus juros em deposito na Caixa Economica Portuguesa;

Guimarães Sobrinho e mulher, da Rua de Santa-Catarina, d'esta cidade.

Que a dita justificante D. Maria Clara Ferreira deve ser habilitada como unica e universal herdeira do referido justificado Maximo José dos Santos, e como tal pessoa legitima e competente para addir e tomar conta da sua herança, com os encargos e obrigações do testamento com que falleceu o mesmo justificado, e em especial para poder levantar e receber da Caixa Economica Portuguesa o dito capital e seus juros e arrecadar o capital e seus juros, vencidos e vincendos da divida activa referida, e em geral para exercer os direitos e cumprir todas as obrigações que na dita qualidade lhe competem por lei e por força do alludido testamento.

Em observancia dos termos legaes correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação no *Diario do Governo*, a citar os interessados incertos que se julguem com direito á herança para na segunda audiencia findo que seja o prazo dos editos verem accusar a citação e marcar-se-lhes o prazo de tres audiencias para deduzirem a impugnação que tiverem, seguindo-se os mais termos legaes até final.

As audiencias neste juizo tem logar no tribunal de S. João Novo, d'esta comarca, todas as terças e sextas feiras de cada semana, por dez horas da manhã, não sendo dias feriados porque sendo-o se observará o que se acha prescrito na lei.

Porto, 3 de dezembro de 1910. = O Escrivão do terceiro officio da mesma vara, *Eduardo Augusto Cortez Machado*.

Verifiquei. = O Juiz de Direito da 4.ª vara, *Cruz Capello*

26 No juizo de direito da comarca de Penacova e cartorio do escrivão do segundo officio, abaixo assinado, correm seus termos uns autos de acção especial requerida por Bernardino Simões Lucas, casado, proprietario, Emilia Simões Lucas, tambem casada, proprietaria, autorizada por seu marido Joaquim de Carvalho, todos da Povoia de Abraveia, para lhes ser deferida a curadoria definitiva dos bens da ausente Maria Alice de Carvalho Lucas, que ali foi moradora, nos quaes a fl. 50 foi proferida a sentença, que é do teor seguinte:

Os requerentes Bernardino Simões Lucas, casado, proprietario, e Emilia Simões Lucas, tambem casada, proprietaria, autorizada por seu marido Joaquim de Carvalho, todos da Povoia de Abraveia, pretendem lhes seja deferida a curadoria definitiva dos bens da ausente sua irmã Maria Alice de Carvalho Lucas, para o que allegam o seguinte:

1.º Que a referida sua irmã Maria Alice de Carvalho Lucas, viuva, desappareceu havia oito annos sem que deixasse procurador e sem que d'ella haja noticias algumas, desde a data do seu desapparecimento, ignorando-se onde para ou se é morta;

2.º Que a ausente é irmã germana dos requerentes, como filhas que foram dos fallecidos Manuel Carvalho Lucas, tambem conhecido por Manuel Carvalho Lucas, e de Teresa Lucas, tambem conhecida pelos nomes de Teresa Simões Lucas, Teresa de Jesus Lucas e Teresa de Jesus, e que foram moradores na Povoia de Abraveia;

3.º Que a ausente, posto que viuva á data do seu desapparecimento, não tem ascendentes nem descendentes, sendo portanto os requerentes, como unicos irmãos, os seus parentes mais proximos, e portanto os seus herdeiros universaes, visto a ausente não ter deixado testamento;

4.º Que os bens da ausente estão a ser possuidos pelo primeiro requerente;

5.º Que os requerentes são os proprios que estão em juizo

Em conclusão pedem que, justificada a ausencia, se deve deferir a curadoria definitiva dos bens da ausente sua irmã, julgando-se os requerentes habilitados para receberem e tomarem conta d'elles, mediante inventario e caução.

Mostra-se por despacho de fl. 11 que foram citados para contestarem a acção na terceira audiencia depois de accusada a citação o Ministerio Publico, os incertos e a ausente, tudo em harmonia com o disposto no artigo 406.º do Codigo do Processo Civil e 130.º, n.º 3.º, do mesmo codigo;

Mostra-se pelos documentos juntos com a petição inicial que os requerentes são irmãos germanos da ausente Maria Alice de Carvalho Lucas, viuva, da Povoia de Abraveia;

Mostra-se que o processo correu os seus verdadeiros termos, como manda o artigo 65.º do Codigo Civil;

Mostra-se pelo depoimento das testemunhas, de fl. ... e fl. ... que a ausente não deixou ascendentes nem descendentes nem testamento.

Não ha duvida sobre a legitimidade das partes que não foi contestada.

O que tudo visto.

Considerando que as testemunhas a fl. ... e fl. ... provaram sufficientemente a ausencia da referida Maria Alice de Carvalho Lucas, bem como provam ser os requerentes os seus mais proximos parentes, e portanto os seus universaes herdeiros, por isso julgo justificada a ausencia de Maria Alice de Carvalho Lucas, irmã dos requerentes, pelo que defiro aos mesmos requerentes a curadoria definitiva dos bens da referida ausente, e os requerentes habilitados para receberem e tomarem conta dos mesmos bens, mediante inventario e caução nos termos do artigo 410.º do Codigo do Processo Civil, tendo-se em attenção o que determina o § 2.º do artigo 407.º do mesmo Codigo

Dou esta por publicada na mão do escrivão. Intimo se

Penacova, 21 de novembro de 1910 = *Augusto Cesar Raposo*.

Decorridos quatro meses depois da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo* será executada a referida sentença, nos termos do artigo 407.º, § 2.º do Codigo do Processo Civil.

Penacova, 15 de dezembro de 1910 = O Escrivão, *Americo Pinto Guedes*.
Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, *Cesar Raposo*

27 Pelo juizo de direito da comarca de Almeida e cartorio do escrivão do segundo officio...

Almeida, 23 de novembro de 1910. = O Escrivão do segundo officio, Camillo Augusto da Fonseca.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Joaquim A. Machado. (a)

28 Pelo juizo de direito d'esta comarca de Amarante e cartorio do quarto officio...

Amarante, 8 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Antonio Celestino de Vasconcellos.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, C. Fonseca. (b)

29 Pelo juizo de direito d'esta comarca de Amarante e cartorio do quarto officio...

Amarante, 12 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Antonio Celestino de Vasconcellos.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, C. Fonseca. (c)

COMARCA DE VILLA NOVA DE FOZCOA

Editos de trinta dias

30 Pelo juizo de direito da comarca de Villa Nova de Fozcoa e cartorio do primeiro officio...

Fozcoa, 5 de dezembro de 1910. = O Escrivão, José Joaquim Tavares Remizio.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, primeiro substituto, H. Pirés Vasconcellos. (d)

COMARCA DE VILLA NOVA DE FOZCOA

Editos de trinta dias

31 Pelo juizo de direito da comarca de Villa Nova de Fozcoa e pelo cartorio do escrivão...

Villa Nova de Fozcoa, 25 de julho de 1910 = O Escrivão, José Joaquim Tavares Remizio.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, primeiro substituto, J. Margarido. (e)

32 Pelo juizo de direito da comarca de Reguengos de Monsarás, cartorio do escrivão...

Reguengos de Monsarás, 15 de novembro de 1910.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Seto Mair. (f)

COMARCA DE VILLA NOVA DE FOZCOA

Editos de trinta dias

33 Pelo juizo de direito da 2.ª vara da comarca de Lisboa e cartorio do escrivão...

Lisboa, 1.º andar, d'esta cidade, para deduzirem a sua habilitação na segunda audiência...

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, primeiro substituto, J. Margarido. (g)

34 Por este juizo, e cartorio do segundo officio, e pelo inventario orfanologico...

Torres Novas, 14 de dezembro de 1910 = O Escrivão, Joaquim Mendes da Conceição Santos.

Verifiquei = O Juiz de Direito, J. Osorio da G. Castro. (h)

35 No juizo de direito da comarca de Penacova e cartorio do escrivão do segundo officio...

Penacova, 13 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Americo Pinto Guedes.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Augusto, Cesar Raposo. (i)

36 No juizo de direito da comarca de Evora, cartorio do escrivão do terceiro officio...

Evora, 16 de dezembro de 1910 = O Escrivão, Manuel Eduardo Costa Fragoso.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Pedro da Costa. (j)

37 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario...

Olhão, 16 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Rodrigo Antonio de Oliveira.

Verifiquei = A. J. Guerra. (k)

38 Pelo juizo de direito da comarca de Evora e cartorio do quarto officio...

Evora, 9 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Henrique de Sousa Grade Callado.

para o Estado, nos termos do artigo 691.º e seus paragrafos doCodigo do Processo Civil.

As audiencias fazem-se no Tribunal da Boa Hora ás terças e sextas feiras de cada semana...

Lisboa, 12 de dezembro de 1910 = O Escrivão, Caetano da Silva Saque.

Verifiquei = Oliveira Guimarães. (l)

EDITOS DE TRINTA DIAS

34 Por este juizo, e cartorio do segundo officio, e pelo inventario orfanologico...

Torres Novas, 14 de dezembro de 1910 = O Escrivão, Joaquim Mendes da Conceição Santos.

Verifiquei = O Juiz de Direito, J. Osorio da G. Castro. (h)

35 No juizo de direito da comarca de Penacova e cartorio do escrivão do segundo officio...

Penacova, 13 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Americo Pinto Guedes.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Augusto, Cesar Raposo. (i)

36 No juizo de direito da comarca de Evora, cartorio do escrivão do terceiro officio...

Evora, 16 de dezembro de 1910 = O Escrivão, Manuel Eduardo Costa Fragoso.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Pedro da Costa. (j)

37 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario...

Olhão, 16 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Rodrigo Antonio de Oliveira.

Verifiquei = A. J. Guerra. (k)

38 Pelo juizo de direito da comarca de Evora e cartorio do quarto officio...

Evora, 9 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Henrique de Sousa Grade Callado.

Verifiquei = O Juiz de Direito, Pedro de Castro. (l)

COMARCA DE VALPAÇOS

Editos de quarenta dias

39 Pelo juizo de direito da comarca de Valpaços e cartorio do escrivão Vieira...

Valpaços, 17 de dezembro de 1910 = O Escrivão, Arthur Vieira.

Verifiquei = J. Gouveia. (m)

COMARCA DO FUNCHAL

Quinto officio

40 Pelo juizo de direito da comarca de Valpaços e cartorio do escrivão Vieira...

Valpaços, 17 de dezembro de 1910 = O Escrivão do terceiro officio, Arthur Vieira.

Verifiquei = O Juiz de Direito, C. Fernandes. (n)

41 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do primeiro officio...

Santa Cruz, 2 de novembro de 1910 = O Escrivão, Arsenio Alvares de Freitas.

Verifiquei a exactidão = Joaquim José de Gouveia. (o)

42 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do primeiro officio...

Santa Cruz, 18 de novembro de 1910. = O Escrivão, Arsenio Alvares de Freitas.

Verifiquei a exactidão = Joaquim José de Gouveia. (p)

43 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do primeiro officio...

Santa Cruz, 18 de novembro de 1910. = O Escrivão, Arsenio Alvares de Freitas.

Verifiquei a exactidão = Joaquim José de Gouveia. (q)

44 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do segundo officio...

seja o dos editos, pagar á Fazenda Nacional a multa de quatro meses, á razão de 100 réis por dia...

Valpaços, 17 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Arthur Vieira.

Verifiquei = O Juiz de Direito, C. Fernandes (m)

COMARCA DE VALPAÇOS

Editos de quarenta dias.

40 Pelo juizo de direito da comarca de Valpaços e cartorio do escrivão Vieira...

Valpaços, 17 de dezembro de 1910 = O Escrivão do terceiro officio, Arthur Vieira.

Verifiquei = O Juiz de Direito, C. Fernandes. (n)

41 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do primeiro officio...

Santa Cruz, 2 de novembro de 1910 = O Escrivão, Arsenio Alvares de Freitas.

Verifiquei a exactidão = Joaquim José de Gouveia. (o)

42 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do primeiro officio...

Santa Cruz, 18 de novembro de 1910. = O Escrivão, Arsenio Alvares de Freitas.

Verifiquei a exactidão = Joaquim José de Gouveia. (p)

43 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do primeiro officio...

Santa Cruz, 18 de novembro de 1910. = O Escrivão, Arsenio Alvares de Freitas.

Verifiquei a exactidão = Joaquim José de Gouveia. (q)

44 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz e cartorio do segundo officio...

Santa Cruz, 23 de novembro de 1910. = O Escrivão, Antonio Teixeira de Gouveia.

Verifiquei = Joaquim José de Gouveia. (r)

45 Por editos de quarenta dias, a contar da segunda e última publicação...

Valpaços, 17 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Arthur Vieira.

Vi = O Juiz de Direito, C. Fernandes. (s)

46 Pelo juizo de direito da comarca de Santa Cruz, Madeira, e cartorio do escrivão...

Santa Cruz, 30 de novembro de 1910. = O Escrivão, Antonio Teixeira de Gouveia.

Verifiquei = J. Gouveia. (t)

COMARCA DO FUNCHAL

Quinto officio

47 Por este juizo e cartorio supra corre seus termos uma execução por custas e sellos, movida...

pelo Ministerio Publico contra João Affonso da Silva, e outros, para pagamento da quantia de 104\$892 réis...

Funchal, 7 de dezembro de 1910. = O Escrivão, João Isidoro Gomes.

Verifiquei = O Juiz de Direito, Rufino da Graça. (u)

COMARCA DO FUNCHAL

Quinto officio

48 Por este juizo e cartorio supra corre uma execução por custas e sellos...

Funchal, 7 de dezembro de 1910. = O Escrivão, João Isidoro Gomes.

Verifiquei = O Juiz de Direito, Rufino da Graça. (v)

49 Pelo juizo de direito da comarca da Ponta do Sol e cartorio do escrivão...

Ponta do Sol, 7 de dezembro de 1910. = O Escrivão, João José de Brito Figueiroa.

Verifiquei = Freitas Junior. (x)

50 Pelo juizo de direito da comarca do Funchal e cartorio do segundo officio...

Funchal, 5 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Ayres Frederico de Mesquita Spranger.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Rufino da Graça. (y)

COMARCA DO FUNCHAL

Quinto officio

51 Por este juizo e cartorio supra se procede ao inventario orfanologico...

Funchal, 5 de dezembro de 1910. = O Escrivão, João Isidoro Gomes.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Rufino da Graça. (z)

52 Pelo juizo de direito da comarca de Fornos de Algodres e cartorio do escrivão...

Fornos de Algodres, 17 de dezembro de 1910. = O Escrivão, Alberto Augusto Ferreira Sarmento.

Verifiquei a exactidão = O Juiz de Direito, Domingos Amaral. (aa)